

UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

CONSTRUINDO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER

Espaço ou programa – o que garante a animação?

- Uma Retrospectiva Histórica sobre o Município de Sorocaba –

Por

Elcie Helena Costa Rodrigues

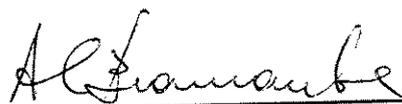
Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

**Campinas
13 de fevereiro de 2003**

CONSTRUINDO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER
Espaço ou programa – o que garante a animação?
- Uma Retrospectiva Histórica sobre o Município de Sorocaba –

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de mestrado defendida por Elcie Helena Costa Rodrigues e aprovada pela Comissão Julgadora, em 13 de fevereiro de 2003.



Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante
orientador

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	3e
Nº CHAMADA	UNICAMP R618c
V	EX
TOMBO BC/	54605
PROC.	16.124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	15/10/2003
Nº CPD	

CM00186542-9

BIB ID 294970

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF-UNICAMP

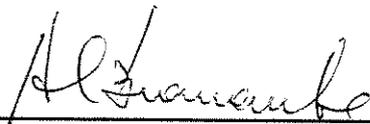
R618c	Rodrigues, Elcie Helena Costa ^{pública} Construindo uma política pública de lazer: espaço ou programa – o que garante a animação? Uma retrospectiva histórica sobre o município de Sorocaba / Elcie Helena Costa Rodrigues. – Campinas: [s.n], 2003.
	Orientador: Antonio Carlos Bramante Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.
	1. Lazer. 2. Políticas públicas. 3. Espaço geográfico. I. Bramante, Antonio Carlos. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

CONSTRUINDO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER

Espaço ou programa – o que garante a animação?

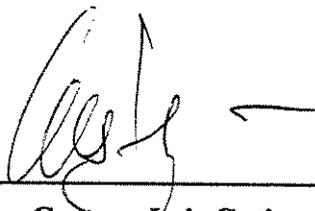
- Uma Retrospectiva Histórica sobre o Município de Sorocaba –

Banca examinadora:



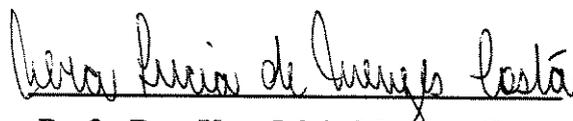
Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante

orientador



Prof. Dr. Gustavo Luis Gutierrez

membro



Profa. Dra. Vera Lúcia Menezes Costa

membro

200924325

Confissões provisórias

A escolha do objeto de pesquisa – Política de Lazer de Sorocaba - construiu-se justamente pela curiosidade gradual de ver de perto propostas de intervenção pública no campo do lazer que frutificaram ao longo de quase três décadas, as quais conhecia por relatos e documentos.

Sob a égide de uma “licenciosidade acadêmica” (quase poética), que chega às raias do romantismo, atrevo-me a inferir que enxergo a biografia do Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante e sua atuação profissional na perspectiva do “artesanato intelectual” de Mills (apud Oliveira, 1998). Ele tem procurado promover a tradução de uma teoria que concebeu no amadurecimento dos anos, convertendo-a numa prática afirmativa e frutífera que sempre perseguiu, pois, fez da cidade de Sorocaba seu permanente objeto de investigação.

Numa paráfrase, considero sua trajetória na vida sorocabana como o hipertexto, no qual desenvolveu-se toda uma tradição de expressiva vanguarda no campo do lazer. Isto se deve, provavelmente, a uma - se não intencional - porém consistente forma de contribuir para a construção de uma sociedade que possa usufruir e exercer seu direito ao lazer.

Agradecimentos

Poder agradecer a cada um que tomou parte desta minha aventura é momento precioso, quase uma oração, pois gostaria que cada um sentisse o que estou sentindo por eles. Em suas posições estratégicas foram o farol avisando do caminho.

Mario Quintana diz que existem palavras doces que podem ser mil vezes repetidas... E eu as repetirei sempre que oportuno: Muito Obrigada, de coração!

Prof. Dr. Bramante, por absolutamente TUDO e, principalmente, pelos nossos laços de carinho e amizade que se estreitaram depois de tantas luas!

Prof. Dr. Gutierrez, pela construção e desconstrução do andaime!

Profa. Dra. Vera, pela certeza da aventura segura e pelos vôos de liberdade!

Prof. Dr. Sérgio, pela certeza serena da sua presença!

Aos funcionários: César, Carmem, Michele, Tânia, Kleber, Márcia e alguns que não sei o nome, pela coragem de gostar e a paciência em todos os momentos!

A todos os Professores que caminharam um pedaço fundamental comigo!

À minha família pela incontestável crença em mim!

À grande amiga e incentivadora Profa. Kátia, pelas primeiras pedrinhas que formaram esta trilha, pois não há maratona sem os primeiros metros!

Finalmente, agradeço à Universidade Estadual de Campinas, onde pude aprender tanto e ao CNPq que financiou parte desta formação!

Especiais agradecimentos à Administração Municipal de Sorocaba, a seus servidores e gente desta cidade, pela generosidade em compartilhar comigo segredos e tesouros tão caros!

RODRIGUES, Elcie Helena Costa. Construindo uma política pública de lazer: espaço ou programa – o que garante a animação? Uma retrospectiva histórica sobre o Município de Sorocaba. (Dissertação de Mestrado). Campinas/SP: UNICAMP/FEF, 2003.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante

Resumo

O desenvolvimento da temática desta pesquisa discutiu o processo de intervenção do poder público na promoção do lazer para a população, tendo o município de Sorocaba/SP, como objeto de estudo. O presente trabalho foi composto por um amplo levantamento de fatos e documentos e respectiva análise histórica, centrando suas atenções na investigação da Política Setorial de Lazer do Município de Sorocaba. Verificou-se, a forte influência do Ciclo do Tropeirismo não só no desenvolvimento econômico, mas também, nas formas de vivência de lazer da população, devido as tradicionais e importantes Feiras de Muares. Foi considerada a evolução dos setores competentes e especializados na prestação destes serviços na Administração Municipal. Foram investigados, também, o planejamento e ocupação do espaço da cidade, com o foco nas áreas destinadas às experiências de lazer e por fim, a análise de um programa como fator preponderante na animação e utilização dos espaços de lazer, dentro da vida da cidade. Esta pesquisa transitou na reflexão sobre o processo de construção e aplicação de uma política pública de lazer, que em última análise existe para oportunizar à população acesso aos serviços de lazer, concretizando um direito social. O lazer acontece num determinado “local”, bem como num “momento” específico e é traduzido por uma experiência, resultado de uma “atividade programática”. Assim, buscou-se determinar qual variável era mais decisiva para que as experiências de lazer se tornassem realidade: espaço ou programa? Nesta perspectiva, quem ou o que garante a animação? A abordagem foi predominantemente qualitativa, de natureza exploratória, baseada, essencialmente, nas pesquisas bibliográfica e documental. Com o desafio de captar aspectos subjetivos, a interpretação de alguns dados apoiou-se também em fundamentos metodológicos da Análise do Discurso, de Eni Orlandi. Dentre algumas conclusões levantadas, pode-se verificar que Sorocaba é uma cidade que tem programa de vanguarda que se sustenta na tradição e numa vocação histórica para o lazer. Por outro lado observou-se uma significativa lentidão e falta de sintonia com o desenvolvimento e implantação de espaços públicos de lazer, configurando-se numa contradição entre progressos e retrocessos nas políticas públicas adotadas, tanto no campo do lazer como no desenvolvimento urbano. Por fim, buscou-se uma resposta para a questão central da pesquisa, o que garante a animação de uma política de lazer? No caso de Sorocaba, as conclusões apontam para uma inversão do enfoque, ou seja, a própria vocação histórica de Sorocaba para lazer constitui a alma para a sua vivência.

RODRIGUES, Elcie Helena Costa. **Building a leisure public policy: space or program, what guarantees the animation? A historic review of Sorocaba City.** (Master's Degree Dissertation). Campinas/SP: UNICAMP/FEF, 2003.

Abstract

The development of the theme proposed in this study discussed the intervention process of the public sector in promoting leisure experiences for the people of Sorocaba city, SP. This study considered a wide spectrum of facts and documents with respective historic analysis, focusing on the investigation of the Leisure Policy for the Municipality of Sorocaba document. The evolution of specialized sectors in charge of delivering this type of service was explored. It was also investigated the planning process and the space occupation in the city, focusing, mainly, in areas allocated for leisure experiences. Finally, the original program proposal was analyzed as one important factor in the animation and use of leisure space within the city's life. This research also reflected upon the process of building and applying the city's leisure public policy, which, in final analysis, exists to facilitate the access of population to leisure services as a social right. Leisure depends upon a "place" and a "moment" through living a meaningful experience as a result of a "programmatic activity". Therefore, it was searched which variable was more decisive in order to learn how leisure experience takes place: space or program? In this perspective, who or what guarantees the animation process? The methodological approach to this study was, predominantly, qualitative, through exploratory nature, based essentially on bibliographic and documental research. Aiming at obtaining more subjective aspects, the interpretation of some data was based on the method called "discourse analysis" devised by Eni Orlandi. Among some raised conclusions, it was possible to verify that Sorocaba is a city that has a vanguard program that is supported by its historic and vocation tradition for leisure. On the other hand, it was observed a significant slowness and lack of tuning with the development and the implementation of public spaces for leisure, configuring itself in a contradiction between progress and retrocession in the adoption of public policies, as much in the field of leisure as in the urban development. Finally, it was explored some alternatives trying to reply to the central research question: what guarantees the animation of a leisure policy? Conclusions appointed to an inversion of approach, which means that, in Sorocaba, perhaps the proper historical vocation of the city for leisure constitutes the soul for its experience.

SUMÁRIO

CAPÍTULO	Página
RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
I. PRIMEIRAS PALAVRAS	1
1.1.- TEMA	1
1.1.1. Caminhos metodológicos	
1.1.2. Nota importante	
1.1.3. Outras questões de método	
1.1.4. Interpretando com a análise do discurso (AD)	
1.1.5. Algumas questões geradoras	
II. SOROCABA – HISTÓRIA, ESPAÇO E LAZER	12
2.1. SOROCABA - UMA HISTÓRIA DE VOCAÇÃO PARA O LAZER	12
2.1.1. 1ª etapa – Bandeirismo e Tropeirismo (fase pré-industrial)	
2.1.2. 2ª etapa –A Manchester Paulista (fase industrial)	
2.2. ESPAÇO	17
2.2.1. Espaço geográfico e espaço social	
2.2.2. Organização espacial e política	
2.2.3. Espaço local <i>versus</i> espaço global	
2.3. LAZER – UMA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE	24
2.3.1. Carta de Atenas - de volta ao futuro!	
2.3.2. Lazer – textos e contextos	
2.3.3. Lazer e sua essência genuinamente lúdica	
2.3.4. Lazer e suas dimensões: Atitude, Tempo e Espaço	
2.3.5. Lazer e animação	

III - POLÍTICAS PÚBLICAS – CONCEPÇÕES E INTERVENÇÕES	49
3.1. CONCEITOS E REFLEXÕES	49
3.1.1. Visão programática – entre a intenção e a ação	
3.1.2. Política de lazer: necessária ou supérflua?	
3.1.3. Políticas públicas de lazer escritas e não escritas	
3.1.4. Antes da política de lazer veio a política de esporte	
3.2. POLÍTICA URBANA DE SOROCABA – FOCO NO LAZER	73
3.2.1. Organizando a cidade – planejamento urbano	
3.2.2. Reflexões sobre a ocupação urbana de Sorocaba	
3.2.3. Legislação urbana e lazer	
3.2.4. Espaços do lazer – mapeando Sorocaba	
3.3. POLÍTICA DE LAZER DE SOROCABA - EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	90
IV. LAZER NO PODER PÚBLICO	101
4.1. Desenvolvimento Programático	
4.2. Programa Lazer – buscando os sentidos	
4.3. Condições de produção	
4.4. Analisando o discurso	
IV – ÚLTIMAS PALAVRAS	114
4.1. Espaço ou programa – o que garante a animação?	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXO I	132

CAPÍTULO I

PRIMEIRAS PALAVRAS

1.1. – TEMA

A cidade de Sorocaba, especificamente na esfera do governo municipal, foi escolhida como objeto desta pesquisa. Primeiramente, por estar inserida no Estado de São Paulo, um Estado “síntese” da Nação, que reúne diversificadas influências culturais, nacionais e internacionais.

São Paulo apresenta desenvolvimento expressivo tanto na agropecuária e na indústria quanto na área de serviços, além de possuir a maior densidade demográfica do país, distribuída nas centenas de cidades de pequeno, médio e grande porte. Desta forma, em São Paulo pode-se perceber facilmente os contrastes sociais, econômicos, políticos e culturais típicos da sociedade brasileira.

A escolha pela cidade de Sorocaba deu-se por aglutinar em torno de si diversos fatores quantitativos, qualitativos, históricos e culturais que instigam a uma investigação em torno de uma política pública de lazer. Junte-se a esses fatores a existência de alguns trabalhos e estudos específicos sobre a realidade de Sorocaba retratando um processo de desenvolvimento da cidade no campo do lazer (Devasto, 1986; Silveira, 1999).

Distante da capital do Estado cerca de 100 km, quanto ao aspecto demográfico a cidade de Sorocaba conta com uma população de aproximadamente 500 mil habitantes, com uma proporção bem equilibrada de homens e mulheres. Outro dado significativo refere-se ao fato de 99% dos habitantes residirem em zona urbana e cerca de 60% da população possuírem participação política eleitoral (IBGE, 2000). As atividades econômicas giram na esfera das indústrias e do comércio, fato que atrai a atenção como pólo regional. Com seus 348 anos de existência a cidade transita entre a nostalgia de uma rica história e avanços voltados para um futuro moderno.

Em relação especificamente à questão do lazer, Sorocaba, já em 1977, formulou um plano nessa área específica referendando-se em bases conceituais claras, traçando

objetivos e ações a serem realizadas, num momento histórico no qual o município possuía apenas uma Divisão de Educação e Recreação Infantil, então responsável pela coordenação da educação pré-escolar no município, ainda ligada à Secretaria Municipal de Educação e Saúde (“Programa Lazer”, 1977-81).

Vale ressaltar que o lazer só passou a figurar como direito social na Constituição Federal de 1988, portanto onze anos depois de Sorocaba já ter manifestado sua preocupação com a temática.

Cabe ainda acompanhar a evolução do processo de implantação dessa política ao longo do tempo, com análises mais profundas, a fim de se traçar os cenários políticos, econômicos, sociais, culturais e urbanos, tendo o entendimento da questão da animação como ponto referencial no campo do lazer.

O desenvolvimento da temática central e específica do presente estudo discute o processo de intervenção do poder público na promoção do lazer para a população. Este processo envolverá diversas frentes de atuação. Foram considerados o próprio surgimento e evolução, dentro do organograma da Administração Pública, de setores competentes e especializados na prestação destes serviços. Outro aspecto significativo desta investigação foi o desenvolvimento do processo de planejamento e ocupação do espaço da cidade, com o foco nas áreas destinadas às experiências de lazer e por fim, a análise de um programa como fator preponderante na animação e utilização dos espaços de lazer, dentro da vida da cidade.

Dito isso, o escopo principal desta pesquisa transitou na reflexão sobre o processo de construção e aplicação de uma política pública de lazer, que em última análise existe para oportunizar à população acesso aos serviços de lazer, concretizando um direito social. O lazer acontece num determinado “local”, bem como num “momento” específico e é traduzido por uma experiência, resultado de uma “atividade programática”. Assim, será possível determinar qual variável é mais decisiva para que as experiências de lazer se tornem realidade: espaço ou programa? Nesta perspectiva, quem ou o que garante a animação?

1.1.1. Caminhos Metodológicos

O presente trabalho, em sua essência, foi composto por meio de um amplo levantamento de fatos e documentos e respectiva análise histórica, centrando suas atenções na investigação da Política Setorial de Lazer do Município de Sorocaba, editada em 1977. A abordagem foi predominantemente qualitativa, de natureza exploratória, baseada, essencialmente, nas pesquisas bibliográfica e documental, adicionadas por depoimentos de “pessoas-chave” no processo histórico de materialização do presente objeto.

Este estudo ofereceu oportunidade de aprofundamento e busca da exaustão do objeto, o que proporcionou a riqueza do resgate do processo de concepção e de desenvolvimento da Política Setorial de Lazer de Sorocaba, em seus aspectos históricos, conceituais e culturais.

A despeito dos riscos de exageros no nível de detalhamento, o esqueleto desta investigação foi construído no sentido de se buscar parâmetros e categorias, levantadas a partir do caso de Sorocaba, os quais se identifiquem com possíveis elementos comuns ao processo de uma política setorial de lazer.

Nesta perspectiva, a preocupação contínua foi de equilibrar o aprofundamento na realidade de Sorocaba, porém, com vistas a formular subsídios que venham a contribuir no processo de construção e elaboração de Políticas Setoriais de Lazer, principalmente, em nível de atuação e intervenção do setor público.

Uma das intenções básicas deste estudo foi discutir os conceitos, princípios e aspectos importantes de lazer, espaço e políticas sociais, dentro do referencial bibliográfico disponível. A partir desta compreensão foi possível percorrer os caminhos do processo de formulação desta mencionada Política Pública, procurando dar ênfase às representações e sentidos assumidos e traduzidos na elaboração e planejamento dos espaços urbanos na atualidade, por meio da historicidade dos setores responsáveis pelo lazer no poder público, levado a cabo pela Prefeitura Municipal de Sorocaba, desde meados do século XX.

Nesta trajetória exploratória, o trabalho contou com uma etapa fundamental de identificação de alguns dos sujeitos principais envolvidos (funcionários, técnicos, políticos) que de alguma forma influenciaram na concepção, bem como na execução das propostas e ações afetas à área, além da seleção dos documentos históricos, oficiais e técnico-operacionais capazes de revelar a essência da realidade.

No intuito de se perceber alguns aspectos subjetivos e qualitativos presentes numa política pública, para melhor aproveitamento das investigações, o trabalho de pesquisa procurou se apoiar também em fundamentos metodológicos fornecidos pela Análise do Discurso - AD, (segundo os estudos de Eni Orlandi), a fim de ampliar a possibilidade de maior riqueza na análise e interpretação de alguns materiais e dados coletados.

1.1.2. Nota Importante

No meio da pesquisa a vida apresentou um surpreendente fato. O objeto de estudo, a *Política Setorial de Lazer de Sorocaba*, se materializou de forma instantânea em minha trajetória¹. Meu orientador – Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante, sorocabano amante da terra natal, que em minha opinião já era um “*link vivo*” entre os dados frios da história e os fatos ocorridos ao longo da própria história do lazer de Sorocaba (conforme será percebido ao longo deste trabalho), fora convidado para assumir a Secretaria de Esportes e Lazer da cidade para o quadriênio 2001-2004.

A conseqüência deste acontecimento foi seu retorno à construção direta de parte da história local e, desta vez, me levou junto consigo. Assim, depois de aceitar seu convite para assessorá-lo nesta etapa, me vi diante de um grande dilema. A partir de então eu estaria próxima demais do meu objeto de estudo, correndo o risco de me perder ou como propalam alguns acadêmicos mais conscienciosos, estava posto o perigo de “contaminar a amostra”, por estar perto demais.

Por outro lado, lá estaria eu (e ele também) mergulhada de corpo, alma e intenções captando cada movimento e detalhe possível e existente no processo de elaboração e implementação de uma política, numa visão privilegiada, com a licença da metáfora “assistindo de camarote” o andar da carruagem.

O justo equilíbrio para que eu me mantivesse em condições metodológicas de prosseguir, de certa forma, passou a exigir cuidados mais constantes na condução da

¹ Neste momento me permitirei falar na primeira pessoa do singular e eventualmente do plural, pois que o relato merece esforço na indicação da autoria das narrativas, para que cresça na riqueza dos detalhes.

pesquisa. Isto influenciou, preponderantemente, muitas reflexões fundamentais, *reconduzindo inclusive o foco da investigação a partir das convicções que dali nasceram.*

Inicialmente, as análises e discussões aludiam à “Representação de Cidadania presente na Política de Lazer de Sorocaba”. Com o amadurecimento, o tema cidadania já havia *cumprido, aparentemente, seu papel na análise da realidade.* Talvez pelo fato de que estava levando a resultados conhecidos, o debate provocava inquietantes questões, pois que o recorte não mais atendia os anseios do processo investigativo. Corria-se o risco da questão ficar mais geral e não dar conta da realidade local.

Foi, então, reconsiderada a pertinência de avançarmos num campo ainda pouco explorado dentro da discussão no âmbito das Políticas Públicas: qual a importância do *espaço* na questão da animação em uma Política Setorial de Lazer?

Nesta perspectiva, cabe ressaltar que inicialmente a construção e adequação de espaços tratavam de questões de importância duvidosa no processo da formulação de uma política setorial de esporte e lazer. Aliás, tal concepção chegou a merecer uma alusão dos chamados “modelos paroquiais”², sempre aptas a mobilizar esforços para construção de instalações físicas. Uma paráfrase era recorrente: “mais importante do que a igreja é a qualidade da missa”.

Outro ponto igualmente relevante é que nos últimos seis anos o município de Sorocaba passou por uma verdadeira revolução no que tange a melhoria dos espaços públicos. A Administração Pública estabeleceu competente programa de revitalização e implementação dos diversos equipamentos públicos da cidade, envolvendo escolas, postos de saúde, ruas, praças e avenidas. Nestes últimos ambientes, realizou amplo projeto de urbanização e paisagismo.

Os efeitos oriundos desta experiência atraíram nossa atenção para os impactos alcançados no aumento da auto-estima da população. A partir dos elementos objetivos e concretos, estabeleceu-se uma forte ligação de ordem subjetiva, sob a influência de elementos estéticos de se viver num lugar mais higiênico, funcional e bonito.

Assim, estes dois fatores, objetivos e subjetivos associados provocaram um olhar especial sobre a questão do espaço, pilar que com “tempo” e “atitude” compõe a

² Anotações de aulas - a expressão “modelos paroquiais” foi abordada em sala, na disciplina Administração de Programas de Recreação e Lazer, do DEL/UNICAMP, ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante, em 2000.

tríade conceitual que aceitamos para compreender o fenômeno lazer. A nossa prioridade passou a ser a de explorar até que ponto o espaço influencia na vivência e fruição das experiências de lazer. A idéia foi verificar em que medida o espaço contribui no processo de animação. A animação de um espaço atrai o princípio de que este espaço, que é “físico” passa a ter “alma”, uma vez que as pessoas por meio de suas vivências emprestam-lhe sentido e significado. Pois é ali que elas usufruem do seu direito ao lazer.

Antes de encerrar esta nota, valho-me das palavras de Paulo Salles de Oliveira (1998) discorrendo sobre o “Artesanato Intelectual”. Inspirado nas idéias de Charles Wright Mills, diz ele que

“Promover consonância entre pesquisa e biografia é altamente estimulante, pois atribui vida ao estudo, retirando da produção intelectual poeiras de artificialismo, que recobrem parte da pesquisa acadêmica ou, senão isso, que acabam contribuindo para a representação social da universidade como redoma, imagem que ainda encontra ressonância no conjunto da sociedade” (p. 19).

Assim enxergo esta experiência investigativa deste estudo histórico da Política de Lazer de Sorocaba como uma oportunidade de permitir a união de uma reflexão que se consolida na ação. Esta trajetória acadêmica permitiu um diálogo estreito entre “biografia” e a própria pesquisa, envolvendo tanto “orientanda” e, primordialmente, orientador, uma vez que, ao longo destas três décadas, em muitas passagens ele figurou como sujeito e ator importante na construção desta história recente do lazer.

1.1.3. Outras Questões de Método

Neste processo investigativo, a pesquisa documental teve como ponto fundamental o “Programa Lazer”, referente ao período 1977 - 1981. Num primeiro momento, este documento parecia ser determinante no desenvolvimento do estudo. No entanto, com a análise de diferentes materiais anteriores e posteriores a este, houve um certo “esquecimento” de sua importância por minha parte.

O espaço e processo de ocupação urbana ganharam contornos de relevância. Após vencida uma fase de levantamentos e construção da historicidade do lazer e da evolução do planejamento do espaço, o “Programa Lazer” surgiu, novamente, como um

marco fundante dentro da análise proposta pelo presente trabalho, principalmente com as primeiras considerações de que a cidade possui uma “vocação histórica” para o lazer, como será abordado mais à frente.

Outra consideração importante foi que “a posição da pesquisadora” modificou-se durante o percurso, conforme os fatos relatados anteriormente. A posição da “observação” sofreu sensíveis modificações. O objeto investigado com uma certa distância, no início, passou a ficar bem próximo. O cuidado principal passou a ser a medida correta na qual esta nova localização do observador não contaminaria o desenvolvimento do estudo.

Relembrando Mann (1973), para que uma pesquisa social efetivamente se realize, o pressuposto básico é de que tudo seja fruto de uma observação. Os passos metodológicos além da observação, abrangem também a classificação e a interpretação.

A observação constitui-se, então, no ponto de partida de qualquer estudo num dos elementos essenciais de um trabalho científico, que em princípio, confronta-se com a totalidade de um determinado fato. Porém, *“a observação total de uma situação total não é exequível nem provavelmente de qualquer utilidade para quem quer que seja”* (Mann, 1973, p.24) assim, o próximo passo seria eleger a finalidade da observação, determinada pelo critério da relevância.

Cabe ressaltar que esta posição diferenciada de observação permitiu uma mais acurada e eficiente compreensão dos fatos ocorridos, possibilitando depreender nas entrelinhas da história detalhes que apesar de menores, possuíam repercussão ampliada.

Não parece equivocado afirmar que com a minha mudança para a cidade de Sorocaba a aproximação com o “lugar da observação” proporcionou informações de contexto e preencheu algumas eventuais lacunas de desconhecimento da realidade local, principalmente, tendo em vista a concepção de um processo de resgate histórico, o qual este estudo também promoveu.

1.1.4. Interpretando com a Análise do Discurso (AD)

O aporte metodológico utilizado em algumas análises dos dados coletados, contou com os referenciais teóricos da Análise do Discurso, da linha francesa da qual Michel Pêcheux é o engendrador de uma nova proposta³.

Foi a busca pela subjetividade que provocou a entrada auxiliar da Análise do Discurso no corpo desta pesquisa. O intuito foi oferecer uma nova lente de observação do mundo, incitando ao curioso desafio de iniciar esta odisséia a partir da análise da “forma” na busca de encontrar a brecha para o novo. Seria como dizer que se toma distância de um determinado fato, para poder examiná-lo melhor, e neste caso, enxergá-lo sob um prisma diferente. Isto seria possível a partir de um “deslocamento” do foco do “lugar comum” das reflexões tradicionais que incidem em “verdades naturalizadas”.

Cabe salientar que ao longo do processo de investigação, muito mais poderia ter sido explorado e levado à luz da Análise do Discurso. Porém, esta não foi a intenção primordial desta investigação. A escolha pela dissecação do documento “Programa Lazer” pretendeu funcionar como uma reflexão particular sobre os valores de lazer, presentes numa proposta programática, que a despeito de ter causado significativo impacto na forma dos lazeres das pessoas desta cidade, também encerra em si suas contradições. Outra justificativa para esta decisão, remete-se ao tema central deste trabalho, o qual aborda de maneira focada o papel de um programa dentro de uma política setorial de lazer.

Estas considerações preliminares desejam alertar aos leitores que esta pesquisa não se deteve hegemonicamente na AD, mas fez dela uma ferramenta rica de interpretação da realidade.

A AD tem uma filiação teórica oriunda de três campos do conhecimento: a lingüística, o marxismo e a psicanálise, sendo uma espécie de “herdeira”, porém de cada um deles absorve e remonta elementos comuns introduzindo a idéia de um novo objeto; “o discurso”.

Segundo Orlandi (2000), a Análise do Discurso

³ Deste grupo faz parte a Professora Eni Orlandi, do Instituto de Estudos de Linguagem – IEL, da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

“concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.” (p. 15).

Não se trata de confundir discurso com fala. Em verdade, a autora sustenta que *“discurso é efeito de sentidos entre locutores”* (Orlandi, 2000, p.21) para melhor compreensão é preciso fugir da clássica definição de comunicação, na qual existe um emissor que envia uma mensagem, através de um código, a um receptor que a decodifica. Superando este paradigma tradicional, o que decorre é que ambos estão realizando simultaneamente um processo de significação e isto não acontece de forma estanque. Por isso, a proposta é de pensar não a mensagem e sim o discurso. Em resumo, a AD coloca em questão a interpretação, visando a compreensão de como objetos simbólicos produzem sentidos. E para que este processo se concretize prescinde-se de método.

Os procedimentos analíticos utilizados para a compreensão da AD seguem alguns passos, construindo deste modo os dispositivos de interpretação. Após a seleção do material a ser analisado é necessário se identificar as condições de produção que o envolvem.

Pode-se considerar as condições de produção sob dois aspectos. No sentido estrito – o contexto imediato. No sentido amplo, o cenário sócio-histórico e ideológico. Também a memória (no sentido histórico que cada um carrega individual e coletivamente) faz parte do processo de produção.

“Ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente” (p.34). Desta forma, esclarece Orlandi (2000), para que as palavras tenham sentido é necessário que elas já façam sentido. A este efeito denomina-se *“interdiscurso”*, que poderia ser considerado tudo o que possa existir - *“dizeres”* - que já foram ditos e esquecidos, formando um tecido básico *“invisível”*, mas que está lá. Courtine (apud Orlandi 2000) o compara a um eixo vertical e lança que o *“intradiscurso”* formado por um outro eixo horizontal daquilo o que se está dizendo em um dado momento.

Um outro princípio analítico dentro da AD é o que se intitulam *“esquecimentos”*. Orlandi (2000) se baseando em Pêcheux, diz que há duas formas de

esquecimentos. Um refere-se à ordem da enunciação. Quando se fala de uma maneira, deixa-se de dizer de outra forma. Fala-se, por exemplo, “sem medo”, que dito de outro modo poderia ser “com coragem”, determinando que o modo de dizer algo não é indiferente aos sentidos. Um outro “esquecimento” é o de ordem ideológica, resultado pelo modo como a ideologia afeta os sujeitos.

Mais um procedimento analítico é a criação da paráfrase, que por meio das diversas formas do dizer, permite perceber o que sempre está posto, algo que se mantém (que provém a memória) ao lado e bem parecido, porém diferente está a “polissemia”, que em termos de AD permite a ruptura de processos de significação. Em verdade, o processo da linguagem se dá na tensão destas duas formas, “entre o já dito e o a dizer” (Orlandi, 2000).

Estas colocações parecem prolixas, mas são imbuídas de razoável singeleza. Dizendo de outra maneira, esclarece que qualquer formulação (discurso) é produzida nova, a partir de tudo o que já foi dito, algo que traz o princípio ideológico, em uma dada condição. Todo o discurso está de alguma forma atrelado a concepções e imaginários existentes. É impossível estar descolado ou totalmente livre de suas influências.

Assim, estes sentidos expostos remetem a discussão para uma ideologização. Orlandi (2000) considera que em *Análise do Discurso* “a ideologia se materializa na linguagem”. Prosseguindo, a autora esclarece que a ideologia não é tratada como “visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas como mecanismo estruturante do processo de significação” (p. 96).

Embora não seja foco deste estudo discutir o sentido de ideologia utilizado neste texto, vale tecer algumas considerações. Poder-se-ia entendê-la no sentido de cultura (significação), por estar presente em todas as partes da vida social, constituindo-se a partir de códigos e convenções simbólicas produzidas e representadas pelas relações sociais (Arantes, 1990).

Contudo, observa-se que a *Análise do Discurso* se coloca como “herdeira” do marxismo, apesar de anunciar que dele observa a importância da história, dos acontecimentos e não do enfoque da luta de classes. Nesta perspectiva, pode-se inferir que a compreensão de ideologia aqui apresentada é fortemente influenciada pela noção marxista, que ao contrário de entendê-la pejorativamente como mera subjetividade ou pré-conceito

dos “antigos ideólogos”, percebe-a como um fato social *“porque é produzida pelas relações sociais, (...) uma certa maneira da produção das idéias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas pelas relações sociais”* (Chauí, 1981, p. 31).

Assim, seja lá como for, é neste eixo basilar que a AD, enquanto proposta analítica, pretende colaborar com o novo. Não parte de categorias prontas para classificar os discursos e seus alinhamentos. Ao contrário, nesta aventura de decifrar os sentidos, admite sim a ideologia, a subjetividade e a própria história como retalhos que são costurados, porém, nem sempre como se espera.

Nesta perspectiva, a análise dos dados teve pela frente o desafio - a partir das formulações – de captar os significados, inclusive levando em conta aquilo que foi dito (ou registrado), lembrando que poderia ser dito de outra forma, e que mesmo aquilo que não foi dito através dos esquecimentos e silêncios expõem e produzem igualmente sentidos.

1.1.5. Algumas Questões Geradoras

Como roteiro da presente pesquisa, este estudo traçou o objetivo de responder a algumas questões geradoras, que funcionaram tal qual pistas desta trajetória investigativa, a saber:

- Qual o desenvolvimento histórico da Administração do Lazer no Município?
- Como se constitui a programação das ações de lazer enquanto intervenção do Poder Público?
- Onde o lazer acontece nos espaços públicos da cidade?
- Quais as características do processo de desenvolvimento urbano de Sorocaba?
- Como o lazer foi entendido dentro do desenvolvimento urbano?
- Como os resultados dos estudos do espaço podem contribuir no planejamento de políticas de lazer e políticas urbanísticas?
- Qual a importância do “espaço” na questão da animação de uma Política Setorial de Lazer?
- Qual a importância do “programa” na questão da animação de uma Política Setorial de Lazer?
- “Espaço ou programa?” O “que” garante a animação de uma Política Setorial de Lazer?

CAPÍTULO II

SOROCABA – HISTÓRIA, ESPAÇO E LAZER

2.1. SOROCABA - UMA HISTÓRIA DE VOCAÇÃO PARA O LAZER

Para construir uma referência de cidade e sua função social⁴ de lazer é necessário que se lance um olhar para o passado a fim de descobrir algumas trilhas que remontem os fatos. A memória local registra todos os detalhes que nem sempre são destacados em sua importância. A idéia é demarcar este caminho e identificar para qual direção eles apontam.

A identificação com o conceito de “vocação” se justifica nos traços levantados ao longo da história, que reconstitua antigas tradições, as quais ainda hoje parecem ser reafirmadas. Dizer que há uma vocação para o lazer, inspira-se na premissa de que a sociedade sorocabana adere a um “chamamento”, que tem arraigada em sua cultura uma relação próxima com os “dias festivos” (as feiras) de outrora.

2.1.1. 1ª Etapa – Bandeirismo e Tropeirismo (fase pré-industrial)

Uma regressão no tempo pode apontar pistas para a melhor compreensão dos primórdios da própria cidade e do lazer em Sorocaba. A fundação de Sorocaba data de 1654, pelo bandeirante Baltazar Fernandes. Sete anos mais tarde, o povoado recebeu a estatura de vila real e em 03 de março de 1661 passou a dispor de um governo local constituído por uma Câmara e juizes. A palavra Sorocaba significa em tupi-guarani “terra rasgada”. Um vale formado pelo rio que corta o relevo, que recebeu o mesmo nome. Talvez, ousando fazer uma analogia permitida, “terra rasgada” traduz a terra cortada pelo trajeto das expedições bandeirantes, bem como das tropeiras (Almeida, 1992).

⁴ Lazer como função social da cidade será tratado posteriormente no item “Carta de Atenas”.

Além da tradição das bandeiras, outro traço herdado da história de ocupação e desenvolvimento da cidade foi o tropeirismo. Os bandeirantes faziam longas viagens em busca de índios e ouro, desbravando as terras longe do mar – os sertões. Os tropeiros notadamente comercializavam animais, deslocando-os das regiões do sul para os mercados do centro - norte, em tropas, primordialmente formadas por eqüinos – cavalos, muares, mulas e asnos.

Apesar destes movimentos serem bem distintos por diversos fatores históricos, culturais, sociais e econômicos, pode-se dizer que tanto o Bandeirismo como o Tropeirismo guardam um ponto em comum: *“as grandes distâncias percorridas, suas andanças, suas vidas rudes e duras e cheias de adversidades”* (Prestes, 1999, p.59).

Estas “andanças” de ambos sintonizam a idéia primeira da “viagem”. Aqui, vale tomar emprestado algumas reflexões de Ortiz (s/d), que defende que a viagem baseada no movimento contrasta com a prisão do cotidiano. Na antiguidade, a viagem era considerada uma prova imposta e dirigida pelos deuses, como desafios e superação e sofrimentos. Nos tempos modernos, a viagem passou a significar prazer e excitação, traduzindo um desejo pessoal, no qual o indivíduo dirige seu destino.

O autor ressalta a “separação” como característica. O viajante que se desloca de um ponto de partida para outro ponto de chegada. Este movimento pode ser considerado uma passagem, na qual o viajante sai de um mundo anterior (sua casa) para cair em outro totalmente novo e desconhecido. Assim, a viagem poderia ser comparada a um “rito de passagem”.

Neste contexto, estas viagens comuns a bandeirantes e tropeiros sugerem, ainda, um forte traço cultural voltado para a aventura; da busca de conhecer novas paisagens, novos povos, da conquista de novos territórios. Atualmente, alguns destes elementos são encontrados na prática dos chamados esportes de risco na natureza e mesmo, constituem em certa medida as experiências turísticas.

Voltando à história, além de ter sido fundada por um bandeirante, Sorocaba foi ponto de partida para várias bandeiras e nomes fortes na ocupação de outras terras do interior do Brasil.⁵ O tropeirismo foi marcante não só pela posição geográfica do caminho obrigatório de Sorocaba, mas também pela polarização de enorme volume de

⁵ Sabe-se, por exemplo, que a cidade de Cuiabá – MT foi fundada por um bandeirante sorocabano.

comercialização impulsionada pela realização das famosas Feiras de Muares⁶. Cabe ressaltar que exatamente na antiga vila foi implantado o Registro de Animais, posto de cobrança de impostos e taxas referentes aos animais que trafegavam ou eram comercializados (Job, 1997).

A importância da comercialização de animais ganhou expressão pela escassez de rebanhos na região das Minas Gerais, São Paulo e centro - norte, que estavam atraídos pela procura do ouro e as pedras preciosas. Iniciou-se então a atenção para a importância de transporte. Nos dizeres de Job (1997)

“assim, transportando mercadorias diversas e idéias novas, formavam as tropas o elo de ligação entre povoações espalhadas pela imensidão brasileira, contribuindo para unidade nacional” (p.22).

Neste contexto, vale resgatar o papel das Feiras dos Muares – estandarte do Movimento Tropeiro como influência cultural na vida da cidade.

É bastante pertinente trazer a etimologia da palavra “feira”. De origem latina *feria* significa “dia de festa” ou “dia festivo”. Da mesma gênese, vêm os sentidos das palavras “férias” e “feriado”. Segundo Vieira (1997) é hábito antigo que as trocas entre produtores e consumidores buscavam locais com maior aglomeração popular, visando facilitar as vendas. As festas religiosas configuravam-se como momentos propícios para que isso ocorresse, criando desta maneira uma parte profana da qual derivou a feira. Mais tarde elas se separaram por completo da festividade religiosa.

A Feira de Muares de Sorocaba, por mais de 150 anos, atraiu milhares de pessoas de diversas regiões e movimentava a economia com as mais diversas atividades. A âncora principal era a comercialização de animais, porém, muito mais compunha os dias das feiras. A procura por hospedagem, alimentação e por uma variedade de produtos de utilidades crescia (Vieira, 1997).

Os participantes das feiras, que duravam até três meses, podiam desfrutar de uma vasta programação artística durante os eventos, tais como Folias do Divino; Cavalhadas; disputas equestres, como corridas de raias e montarias, além de peças teatrais e

⁶ Muares – plural de “muar”, que vem do latim *mulare*. São animais pertencentes à raça os mulos, resultante do cruzamento do cavalo com a jumenta ou da égua com o jumento (Ferreira, 1999).

demais apresentações profanas, como os circos de cavalinhos. Havia também programas de rua com artistas itinerantes, com muita música e dança.

Atribui-se esta programação cultural das Feiras o surgimento de dois teatros da época, que inicialmente era apenas um “tablado” montado a céu aberto⁷. Relata Vieira (1997) que sorocabanos foram representar as Cavalhadas no Rio de Janeiro, em festividade oficial para o Rei Dom João VI.

Por outro lado, o autor relata também as desvantagens das feiras que igualmente atraíam *“um fluxo muito grande de pessoas de má índole”* (p.48). Neste sentido, menciona a existência de uma campanha anti-tropeirismo liderada por um importante intelectual da época – Ubaldino do Amaral Fontoura⁸ – *“que incentivaram por nossos jornais a plantação do algodão herbáceo, em detrimento do tropeirismo, (...) que era a causa da dissolução dos bons costumes em nossa cidade”* (p.49).

A tradição da indústria têxtil criou sua forte raiz, escreve capítulo próprio na história do desenvolvimento sócio-econômico e cultural de Sorocaba, que será tratado em outro momento.

Retornando à feira ou aos dias de festividades, cabe breve reflexão. Afora o tom ufanista dos escritores que tratam da importância do tropeirismo, principalmente o de origem sorocabana, tanto para o desenvolvimento da cidade como para além das fronteiras da região, é importante analisar alguns argumentos apresentados tendo em vista o objeto deste estudo – o lazer.

O tropeirismo, ao lado de ser uma atividade econômica, foi constituído de significativo caráter de aventura e liberdade, a partir da permanente descoberta de rotas e paisagens. O contínuo processo de trocas de experiências com os diferentes lugares visitados, seus usos, costumes e linguagens, oferecia oportunidade de comunicação e inter-relações com as várias culturas do caminho. Visto desta forma, não parece ser exagerado depositar a devida importância do Ciclo do Tropeirismo os valores de integração, que

⁷ Este “palco” era montado em espaços públicos como o Largo das Tropas – atual Praça Artur Fajardo. Mais tarde, por volta da metade do século XIX, foram fundados os Teatros Santa Clara e São Rafael. Neste segundo, funcionou mais tarde o Paço Municipal até os anos 80, Câmara Municipal até meados de 90, sendo hoje sede da Fundação de Desenvolvimento Cultural – FUNDEC.

⁸ Vale registrar que vem daí a inspiração do nome da Fundação Ubaldino do Amaral, mantenedora do jornal mais importante da cidade, (além de outros veículos) - “Jornal Cruzeiro do Sul”, que está completando 100 anos de existência, revelando, provavelmente, um traço do conservadorismo da mídia que mais influencia a sociedade de Sorocaba.

mesmo construído na idéia do “movimento da marcha”, criaram “os lugares dos encontros”, nos quais as trocas transcenderam às coisas e aos animais.

Aqueles tempos das trocas reinventaram velhos valores e inventaram novos. Talharam uma forma de ocupação do espaço, que variavam das redes dos trajetos e dos largos e locais dos pousos das tropas dentro e nos arredores da cidade. Sobretudo nestes lugares as pessoas se encontravam. Assim, nasceram as praças e as pessoas continuam se encontrando.

Deste viés se desvelam as tradições comerciais, ordenamento urbano, composição do extrato social. A tropa, formada de vaqueiros que transitavam de sul a norte exercendo suas atividades mercantis, foi responsável por transformar a cidade num trajeto necessário aos caminhos do desenvolvimento. Recompor estas tramas da história fulgura para muito além da nostalgia folclorista, pois é daí que surgem as explicações que justificam a atualidade.

2.1.2. 2ª Etapa –A Manchester Paulista (fase industrial)

Em meados do século XIX, um marco relevante da história da cidade foi a substituição da atividade econômica de comercialização de animais e tropas pela criação de indústrias, primordialmente do ramo têxtil.

Um dos principais fatores para este avanço constituiu-se na mudança pioneira na forma do cultivo e extração do algodão, que transformou de arbóreo para herbáceo. Este processo desencadeou a necessidade de melhoria do transporte da produção. Assim, surgiu a Estrada de Ferro Sorocabana, que por sua vez foi construída a partir da primeira indústria siderúrgica do Brasil na região, ao mesmo tempo em que contribuiu para o fim da era das tropas. Todos estes elementos inter-relacionados contribuíram para o surgimento de um importante pólo industrial de referência internacional, que na época foi batizado de “Manchester Paulista”, numa alusão à *Manchester*, cidade inglesa de grande concentração de indústrias (Sorocaba, 1996).

Neste contexto, Sorocaba continuou sendo um local de atração comercial, com afluxo de pessoas principalmente da região. Entretanto, é possível verificar que mesmo uma indústria moderna e bem montada e voltada para exportação não criou tantas oportunidades

de encontros como as freqüentadas, concorridas e tradicionais feiras de muares. Estas experiências já prenunciavam o que no futuro seria chamado de “turismo de negócio”⁹, um importante interesse cultural do lazer, além dos outros aspectos abordados (Dumazedier, 1994).

2.2. ESPAÇO

2.2.1. Espaço geográfico e espaço social

Descrever a trajetória de Sorocaba que nasceu há mais três séculos instiga a uma reflexão atenciosa sobre o espaço da cidade, para fundamentar a compreensão apropriada do objeto de estudo deste trabalho - A Política Setorial de Lazer do município, destacando a historicidade do desenvolvimento do lazer no contexto da cidade.

Dois pressupostos embasam esta reflexão que ora se inicia. O primeiro é que o lazer acontece num determinado espaço, sendo reconhecido como um dos componentes conceituais deste campo de conhecimento e intervenção, ao lado do tempo, atitude e atividade.

O outro é de que este espaço será contextualizado na cidade, a qual tem no lazer uma de suas quatro funções (habitar, trabalhar e circular), conforme foi difundido na famosa “Carta de Atenas”, um dos mais importantes pilares do estudo da Arquitetura Moderna (Le Corbusier, 1964).

Este ambiente não se limita a uma percepção de materialidade de paradigmas físicos, com suas curvas e relevos. Desta forma, instaura-se que a cidade além de prédios e vias de circulação é composta de habitantes. Assim, um cidadão, além de seu sentido social, pode ser também um cidadão, aquele que vive e dá sentido e vida a uma cidade.

Nesta perspectiva, a proposta é de desenvolver uma discussão que transitará sobre a questão urbana levando em conta além dos traçados arquitetônicos de uma aglomeração urbana, alguns fatores históricos, econômicos, políticos e sociais.

Toda essa reflexão será a base para o tópico posterior no qual se estudará a questão da cidade, com o foco no município de Sorocaba, procurando dissecar seus cantos e

⁹ Como nos dias de outrora, aqui também a finalidade voltada ao trabalho não exclui a permeabilidade do lúdico nos tempos de folga.

recantos, suas riquezas e suas carências, sua memória e sua história de forma a criar uma visão possível do cenário de desenvolvimento de uma política social no campo do lazer.

2.2.2. Organização espacial e política

Ao se pensar o termo cidade, ocorre uma associação imediata com a expressão antagônica *cidade versus campo*, forjando a divisão espacial da zona urbana e rural. Além de determinar que a vida se agrupa de diversas maneiras, isso traduz a significativa influência do modo de produção na existência e desenvolvimento dos espaços ocupados pelo ser humano, destacando o trabalho como categoria fundamental na organização da sociedade.

Além de determinar que a vida se agrupa em diversas maneiras, este fato traduz a significativa influência do modo de produção na própria existência e desenvolvimento dos espaços ocupados pelo ser humano, dando ênfase à função “trabalhar”, preconizada pela “Carta de Atenas”, que já foi dito anteriormente. Ou seja, o trabalho destaca-se como categoria fundamental na organização da sociedade, induzindo e determinando o processo de construção da ocupação espacial.

Independente desta influência, o que se pretende salientar é que a construção e utilização dos espaços, aqui com o enfoque convergindo sobre a cidade, estão intimamente ligados ao processo de desenvolvimento da vida da sociedade.

Assim, mais uma vez, corroborando com as reflexões anteriores de que não existe um “espaço” meramente geográfico, onde se desenham, apenas, os limites cartográficos, o espaço é também ocupado por formas de organização social, a partir de seus modos de produção, sua cultura religiosa, por sua vivência política, pelas suas expressões de lazer, enfim, pelas diversas dimensões da experiência humana.

Com o intuito de ilustrar esta fusão entre cidade e cidadão, ou cidade e civilização, numa menção literária, vale um breve passeio às narrativas de Eça de Queirós a partir de sua obra “*As cidades e as serras*”, que foi escrita por volta de 1880 e tem como cenário Paris, a cidade luz. Neste livro, o autor português, na figura da personagem Jacinto faz um paralelo entre a cidade e o campo, na qual inicia a história enaltecendo a pujança da vida na aglomeração urbana, dando sentido à própria existência humana, ao mesmo tempo

em que não reconhecia o campo e a “natureza rural” como um habitat humano, por ser bruto e tosco.

Para esta personagem, a idéia de civilização não se dissociava

“da imagem de cidade, de uma enorme cidade, com todos os seus vastos órgãos funcionando poderosamente (...) Que criação augusta! (...) Só por ela, pode o homem soberbamente afirmar a sua alma! ... Só a cidade lhe dava a sensação necessária de vida e calor, da solidariedade humana” (p.15 e 16).

Trazer esta citação não tem a pretensão de fazer a apologia da cidade, mesmo por que no final da narrativa a personagem revê seus conceitos e paradigmas urbanos e muda-se para uma região serrana, onde passa a valorizar a calma da natureza preservada e ainda muito bucólica presente na vida do campo. O intuito é pinçar do imaginário uma época que em muito se assemelha aos valores atuais da cidade dos dias de hoje.

Eça de Queirós se apresentou, mais uma vez, como um digno e eloqüente representante do Realismo, ao descrever a cidade de Paris no final do século XIX, com seus dois milhões de habitantes, e os futuristas avanços tecnológicos dos “*seus fios de telégrafos, fios de telefones, de canos de gases, de canos de fezes, e da fila atroante de ônibus, tramways*” (p.15) com isso, identificando esta relação recíproca e interdependente do espaço (cidade) e dos habitantes (sociedade).

Retornando mais um pouco no tempo, cabe uma rápida revisão acerca da história da cidade, registrando a trajetória de sua evolução. Como foi dito anteriormente, o modo de produção foi fator de relevância neste processo, além de outros eventos significativos.

Poder-se-ia destacar alguns marcos importantes ao longo da história da humanidade que de alguma maneira contribuíram no desenvolvimento da vida urbana.

O surgimento da cidade (e da civilização urbana) é registrado por volta de 5 mil anos AC, a partir da formação dos grupos dirigentes (sacerdotes, escribas, guerreiros e artesãos) distintos dos grupos de agricultores (Benevolo, 2001).

O autor defende que as cidades do passado podem ser agrupadas numa categoria que ele denomina de “cidade pré-industrial”, na qual a minoria dominante da população fixava-se na cidade e a maioria subalterna permanecia fixada no campo.

Apesar de possuir caráter político, herdado da *polis* grega, a cidade tornara-se artesanal, comercial e bancária, integrando, na vida social, os mercadores que eram nômades em outros tempos. Assim, passaram a trabalhar com as trocas e vendas do “sobreproduto” da agricultura (resultado das colheitas não consumidas pelo próprio produtor), em detrimento dos feudos. As cidades passaram a ser “centros de vida social e política onde se acumulam não apenas riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte e monumentos)” (Lefebvre, 1991, p. 04).

Lefebvre (1991) argumenta, que mais tarde, a industrialização foi preponderante sobre a evolução urbanística. Em seus estudos retrata o “processo de industrialização” como “fio indutor” da urbanização e denomina como “induzido”, dentre outros, os problemas referentes ao crescimento e planejamento. Dentro destas dificuldades, percebe, também, o aumento da importância dos lazeres, além de outras questões relacionadas à cultura.

Algumas indústrias nascentes procuraram instalar-se fora das cidades, posicionando-se próximas às fontes de energia, de matérias primas e mesmo de mãos-de-obra. Deste modo, as velhas cidades auxiliaram no progresso industrial. Por outro lado, muitas vezes, as indústrias apoderaram-se delas, remanejando-as e re-adequando-as para servir a suas necessidades, produzindo um rompimento com os antigos núcleos e com o sentido de centralidade.

As cidades que se desenvolveram a partir deste momento, tiveram como maior função dar forma de conjunto, integrando os diversos órgãos e partes do corpo social. É justamente a partir da chamada “cidade industrial” que passou a se imprimir movimento a essa rede sistêmica. O traço da acelerada transformação apontava para imprevisibilidades e para o abandono da estabilidade, embora se sustentasse na promessa da possibilidade de promover a igualdade e mais oportunidades.

A vida dessa cidade passou a ter mais quantidade do que qualidade. Os seres e coisas que nela habitavam se tornaram dados e informações, registrando a tendência de crescer mais rapidamente do que o campo. A cidade então acolhia um número de habitantes superior aos que viviam no campo, promovendo um sentido de maioria.

Os paradigmas tradicionais e seus métodos não eram mais capazes de explicar esta nova realidade urbana. Era vigente o princípio de que as relações sociais poderiam ser

reguladas pelo fluxo do mercado, sem a mediação de uma administração pública. O crescimento e desenvolvimento urbano provocaram inconvenientes como fruto desta intervenção desordenada, no âmbito territorial e de infra-estruturas.

Gradativamente, estas conseqüências exigiram novas definições e caminhos para questões que influenciavam o coletivo, que deram origem ao Urbanismo.

O que se testemunha a partir destes estudos é que o processo de evolução da cidade ganhou contornos de vital importância sob o aspecto da gestão deste espaço, apesar dos princípios liberais, no qual o mercado determina as relações.

As abundantes conseqüências da ocupação crescente e sem critérios permanentes, mediados por uma autoridade pública, passaram a exigir definições e novos caminhos para questões que influenciavam o coletivo, tais como os problemas higiênicos e sanitários.

Leis sanitárias e poder de desapropriação de terrenos públicos foram medidas concretas de intermediação da autoridade pública que se viu compelida a se interpor aos interesses por muitas vezes antagônicos. Neste contexto, teve início a idéia da necessidade de se planejar o espaço e sua ocupação, não na dimensão do desenho e do traçado, mas pelas malhas de utilização da sociedade.

Os aspectos mais fundamentais na evolução do papel da cidade é que passou a ficar a cargo do poder público a garantia das condições mínimas para fazer funcionar o conjunto da cidade: as vias de circulação (ruas, avenidas etc), as redes de instalações (esgoto, abastecimento de água etc.), dentre as principais responsabilidades ao lado de oferecer espaços onde são oferecidos serviços públicos (escolas, hospitais etc.) (Benevolo, 2001).

Nestas linhas gerais, as idéias do autor se concentram na dimensão de administração e gestão que compõem uma cidade, colaborando para a superação do possível risco de se reduzir a cidade às questões de meros limites geográficos, como se esta pudesse, em qualquer medida, ter existência dissociada da própria dimensão humana.

2.2.3. Espaço local versus espaço global

Santos (1997) assinala que o espaço é o conjunto de fixos e fluxos. “*Estes elementos fixos, fixados em algum lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos e renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais e redefinem cada lugar*” (p. 50). Desta forma, como já foi dito, para se entender o espaço, não se pode limitar à dimensão física do ambiente, onde as coisas se localizam.

É preciso considerar-se além do sistema de objetos (tudo que existe na superfície – herança natural ou resultado da ação humana), um sistema de ações (processo dotado de propósito, agente capaz de promover as mudanças no ambiente circundante) (Santos, 1997).

Nesta composição, os objetos e as ações são inseparáveis. A superfície, com seus objetos, recebe sempre a ação do ser humano, que ao modificá-la, também acaba por promover uma mudança em si mesmo.

Para um estudo apropriado da cidade, cumpre entendê-la como espaço que transpõe além dos limiares físicos, que sofre a influência do sistema de ações humanas. Outra polaridade pode ser explorada. O espaço não existe sem o tempo que lhe dá sentido e historicidade. Na visão de Santos (1997), uma dimensão não acontece sem a outra realizando a composição inseparável da própria geografia com a história. Estes transcurso cronológicos carregam de significados as paisagens, que sem estas ações se limitam a meras formas, sem conteúdo.

Santos (1997) propõe o recorte de três grandes tempos, descrevendo a evolução dos meios ambientes, fazendo a conjugação do espaço, da história com a geografia:

- Meio natural – o homem provocava poucas transformações à sua volta e lhe servia do que era útil à vida.
- Meio técnico – há a emergência de um espaço mecanizado. A busca de interferir na natureza cresce.
- Meio – técnico – científico – informacional – no qual existe profunda interação entre ciência e técnica, reguladas pela lógica do mercado, dando origem ao mercado global.

A partir do terceiro estágio evolutivo, quando surge o meio técnico-científico-informacional ocorre o surgimento de um espaço global. O autor propõe algumas

argumentações fundamentais, pondo foco distinto contrapondo a localidade e a globalidade. Ao mesmo tempo que se opõem admite que se confundem mutuamente.

São bastante oportunas as reflexões de Milton Santos, uma vez que tem sido comum e ostensiva a veiculação em diferentes círculos – na mídia, nos ambientes intelectuais e nas esferas políticas sociais e econômicas -, de que é inegável a nova ordem globalizada, da qual ninguém e nenhum país poderão escapar. O próprio autor entabula o questionamento: “*Pode-se, então, pensar numa globalização do espaço, que seu manejo e atualização se incumbam ao ‘mundo’?*” (p. 269).

Segundo esse autor, as empresas gigantes e os governos ainda que possuam características globais, ao mesmo tempo têm seus interesses locais, suas normas próprias, seus conceitos e dimensões de vizinhança. Instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, por mais que trabalhem criando estruturas de dimensão global na criação de infra-estrutura ou transformação de transporte, intervindo de maneira maciça, têm nestas interferências, ainda assim, ação tópica e localizada, mesmo que haja a necessidade de se atender aos interesses transnacionais.

Existe nesta abordagem o risco de se confundir a ação incontestável das empresas transnacionais com uma ordem mundial. Isto equivaleria dizer que há um “mundo” que determina sua lógica e código normativo. Ao contrário, o que se testemunha é uma relação de interesses difusos e a presença de tensões conflitantes localizadas numa dimensão e influência limitada, mesmo que em proporções maiores, porém, restrito.

Portanto, no entender de Santos (1997), as relações locais, com sua respectiva “força do lugar” fortalecem a possibilidade de resistência da ordem local superar e orientar os destinos da sociedade em contraposição da ordem universal.

O “mundo” não pode tudo indefinidamente. Existe, assim, esta força do lugar com suas normas, potencialidades, realidades, memórias, interesses e razões que contrariam as necessidades do “mundo”, constituído das tais empresas transnacionais.

Santos (1997) citando Duvignaud (1977) reconhece a importância da proximidade no convívio social. Indo mais além, defende o papel da vizinhança na produção da consciência, ao identificar na “densidade social” produzida num espaço fechado, delimitado, permitindo uma acumulação que provoca um resultado surpreendente.

Ao estabelecer relação conceitual de “espaço fechado” é possível remeter a questão para a idéia da cidade, com sua estrutura própria e convergência destas identidades individuais de uma mesma sociedade. Nesta perspectiva, a cidade, com sua vizinhança, representa toda a “força do lugar”, que segundo a reflexão proposta ganha importância e expressão.

2.3. LAZER – UMA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE

É perceptível que os estudos sobre o urbanismo e arquitetura de cidades, com muita frequência de uma forma menos profunda, tangenciam a temática do lazer enfatizando a concepção do entretenimento e mesmo da indústria cultural. De certo modo, as concepções de lazer apresentadas, em sua maioria tem formulação de senso comum, normalmente, identificadas como dimensão e fato inerente à vida de uma cidade.

Neste contexto, faz-se prudente resgatar o arcabouço da “Carta de Atenas”, que tratou de maneira fundamental a questão do lazer no âmbito do urbanismo da arquitetura.

Esse documento consolidou a percepção da importância do lazer, elevando-o à condição de “função” da cidade, contribuindo de forma preponderante para os avanços dos estudos no campo do Lazer ao considerá-lo como uma possibilidade de se opor à opressão do trabalho e à excessiva massa urbanizada de prédios e espaços da cidade.

2.3.1. Carta de Atenas - de volta ao futuro!

A Carta é apontada como um marco na discussão da Arquitetura Moderna no que diz respeito ao lazer, resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ocorrido em Atenas, em 1933. É constituída de 95 itens, que discorrem sobre a cidade, mencionando dados, história, conhecimento técnico, tratando de generalidades e lançando alguns conceitos (Le Corbusier, 1964).

Traça uma conseqüente radiografia da cidade e denuncia as questões urbanas e suas interfaces econômicas, políticas e sociais, sugerindo caminhos e alertando para cuidados imprescindíveis no planejamento urbano.

Neste histórico documento, o lazer é consagrado como uma das quatro funções da cidade, ao lado de habitar, trabalhar e circular. Ao entendê-lo assim, corrobora com a importância da dimensão “espaço”, uma das dimensões que compõem o lazer.

Faz menção a importância de um Plano Diretor, no qual o interesse do coletivo seja mais relevante que o interesse individual. A Carta conclama que os instrumentos de medida dos arquitetos devem se pautar na escala humana e seus valores, tomando a casa (moradia) como célula primeira do processo de urbanização. Além disso, anuncia, já naquela época, que seria também essencial se traçar um plano regional, por que as cidades formam um sistema de influência e integração recíproca o qual não deve ser esquecido, principalmente na realidade dos subúrbios.

O crescimento da cidade deverá estar atento à preservação de suas condições naturais, com a presença indispensável do sol, espaço e vegetação. Mais uma vez o espaço é considerado fundamental, o que, de uma outra maneira, faz uma interface com o lazer, uma vez que o lazer acontece num dado espaço, que cada vez está mais restrito na ocupação e desenvolvimento urbano.

Assim, estimula o nascimento de uma escola urbanística da qual Le Corbusier e Niemayer, entre outros, são dignos representantes no cenário mundial. Nessa nova arquitetura urbana é defendida a proposta do lazer associado às áreas verdes, onde se contempla e descansa, na presença de muito ar puro.

No Brasil, a melhor versão dessa tendência se consolida com a experiência inédita da construção de Brasília, uma cidade que passa os conceitos modernistas que valorizam a subjetividade humana para a realidade concreta de traços angulosos, superfície plana e muito verde. Em seu traçado, além de permitir a presença do sol e do verde, traz para o cenário urbano os arrojados princípios da circulação.

Desta forma, surgem os *park ways*, que mesmo atendendo uma outra função da circulação, pode-se ainda sim, fazê-lo em sintonia com o conceito de lazer, pois nas vias públicas e nas demais áreas por onde circulam veículos e pedestres há um explícito cuidado de paisagismo e retoque estético. Assim, uma rua não é uma simples rota de circulação, colaborando com a possibilidade de transformar o trajeto em um momento de deslocamento e contemplação.

2.3.2. Lazer – textos e contextos

Pinçando o lazer enquanto função da cidade, importa para este estudo aprofundar nas reflexões que envolvem esta temática, visando determinar qual o eixo conceitual que será assumido para efeito deste trabalho.

Fazer investigações acerca do tema lazer instiga o pesquisador a um emaranhado de teorias e considerações que traduz uma discussão multifacetada. Incontestavelmente, pode-se afirmar a importância deste fenômeno para a sociedade moderna testemunhado atualmente mais do que sempre significou ao longo da história da humanidade. Vários fatores concorrem para motivar esta situação.

A entrada do novo milênio apresenta o grande desafio de absorver as mudanças emergentes da sociedade, nas diversas áreas do conhecimento, ocorridas em proporções geométricas, principalmente nas últimas décadas do século XX.

A tecnologia arrasta o ser humano para o futuro, interligando-o com todos os quadrantes do planeta. Quanto mais se avança, se descobre e se inventa, mais a humanidade se vê diante de surpreendentes paradoxos. Apesar das lutas pela individualidade, é crescente o processo de massificação.

A despeito dos equipamentos evoluídos dispensarem a força braçal produzida pela mão-de-obra, o ser humano parece trabalhar cada vez mais. Apesar das facilidades tecnológicas reduzirem o tempo necessário para executarem suas atividades, os trabalhadores se vêem compelidos a utilizarem seu “tempo livre” com mais trabalho, a fim de complementar a renda familiar.

Neste contexto, cresce a preocupação com as condições que envolvem o trabalho. Mais do que uma discussão sobre os modos de produção, de tendências de mercado e administração de recursos, o trabalho e o não-trabalho ganharam definitivamente a atenção das Ciências Sociais.

Assim, é crescente a preocupação com o lazer. Ao lado das reivindicações por mais justiça social, com oportunidades mais equânimes, o lazer tem figurado como direito fundamental, indo além de ser uma conquista meramente trabalhista.

Desta forma, à primeira vista, a discussão sobre o lazer passa pela antítese do trabalho, pois que tem íntima ligação com o tempo que “sobra” depois das obrigações

realizadas referentes ao mundo do trabalho. Entretanto, a questão não passa pelo reducionismo conceitual do “tempo livre”.

Nesta perspectiva, os valores e aspectos do lazer a serem observados envolvem as dimensões do tempo, espaço, atividade e atitude, buscando explorar do objetivo ao subjetivo, do quantitativo ao qualitativo, do concreto ao abstrato. Alguns estudiosos, dos quais destaco Dumazedier, Bramante, Marcellino (em diversos artigos e trabalhos) têm se orientado para o aspecto “atitude”, levando em consideração a subjetividade do indivíduo na escolha e prática de seu lazer.

Para melhor compreensão do sentido de lazer assumido neste estudo, vale tomar emprestado do conceito de Bramante (1998):

“O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espaço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se de um ato de fé. Sua vivência está relacionada a oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais (P.9).

Considerar o lazer uma “*dimensão privilegiada da expressão humana*” não elimina outras dimensões como o trabalho, porém, explicita que nas vivências de lazer o indivíduo se coloca, se expressa e se desenvolve de forma singular. Talvez na própria prática de lazer seja possível ter experiências diferenciadas carregadas de sentidos e emoções incomuns e pouco presentes em outros campos da vida, o que também torna o lazer uma dimensão especial.

Outra contribuição é trazida por Marcellino (1990) que entende o lazer como “*a cultura vivenciada – compreendida em seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’ (p.31).*

A visão do autor reforça a idéia de oportunidade especial ao compreender que lazer é uma expressão de cultura que pode ser fruída. Fruir do latim *fruitione* traduz um efeito de gozo que provoca prazer (Ferreira, 1999).

Mais do que um jogo de palavras, é preciso resgatar algumas representações da sociedade sobre estas duas dimensões da vida humana: trabalho e lazer.

Desde os primórdios, a idéia do trabalho tem sido associada de forma recorrente à concepção de dor e sofrimento, justificada inclusive pela própria etimologia da palavra latina “*tripalium*”, instrumento de tortura de três dentes.

Um outro sinônimo que bem ilustra estas cobranças em relação ao peso do trabalho vem da palavra latina “*negotium*”. O trabalho que nega o ócio, numa alusão simples da idéia de antagonismo entre o trabalho e o lazer (Requixa, 1973 e Camargo, 1996).

Veblen (1965), em sua obra “Teoria da Classe Ociosa”, corrobora com esta premissa de menosprezo ao trabalho, considerando o que ele chama de “ócio conspícuo”¹⁰ presente na sociedade desde os tempos antigos.

“Significa simplesmente tempo gasto em atividade não produtiva. Gasta-se o tempo de modo não produtivo, primeiramente, por um sentimento de indignidade do trabalho produtivo e, em segundo lugar, para demonstrar a capacidade pecuniária de viver uma vida inativa” (p.54).

A partir de uma extensa recapitulação histórica, o autor aponta que o ócio demonstra a superioridade da classe e prestígio social, fazendo uma ligação entre a sociedade americana às sociedades antigas, pois, embora defenda os valores do trabalho, igualmente através do lazer pode apresentar o status de riqueza e poder, tal qual ocorria na antiguidade.

É possível concordar com estas argumentações apresentadas. Nas sociedades modernas são presentes e fortes os valores positivos creditados ao trabalho, garantindo a manutenção do sistema produtivo, que mantém o funcionamento da sociedade. O lazer, apesar de improdutivo, também parece ganhar mais significado quando traduz uma possibilidade de poder usufruir.

Um outro estudo reforça que o trabalho atrai o pressuposto de algo indesejável. Kaplan (1960) analisou como vantagem a diminuição do tempo do trabalho, com o

¹⁰ Conspícuo – segundo o Novo Dicionário Aurélio significa “notável, eminente, distinto, ilustre (...) sério, grave, respeitável” (1999).

conseqüente aumento das horas livres, ao longo de quase 100 anos da história americana, compreendendo o período entre 1850 e 1960.

Segundo ele, em 1850 o americano trabalhava em média 70 horas semanais. Em 1900, este patamar abaixou para 60 horas de trabalho por semana. Na década de 40 houve decréscimo para 44 horas semanais. Nos anos 50 modificou para 40 horas por semana. Em 1960 já havia caído para 37,5 horas semanais. Dito de outra forma, a cada dez anos houve uma diminuição de 4 horas na jornada de trabalho semanal. Com isso Kaplan (1960) chega à conclusão de que os americanos estão vivendo melhor, associado ao fato de estarem trabalhando menos horas.

Nestes termos, é possível entender que o autor reage com otimismo em relação à diminuição do tempo dedicado ao trabalho, com o conseqüente aumento no montante de horas livres, inferindo mesmo, que este fato concorreu para melhoria no estilo de vida do americano.

Observando-se os enunciados e os vazios contidos nestes dados, vale a formulação sobre a legitimidade de expressão pessoal do lazer e do trabalho, conforme apresenta Bramante (1998), relacionando esta experiência à *“um contexto marcado pela percepção de liberdade”*.

A defesa da tese que o lazer constitui-se numa dimensão privilegiada da expressão humana se fortalece a partir de numerosos argumentos que serão detalhados mais adiante. Contudo não se pretende diminuir nem questionar a igual relevância do trabalho para o desenvolvimento humano.

Sem intencionar aprofundar na questão do trabalho, o que, aliás, não é objetivo deste estudo, vale formular algumas reflexões que auxiliam na melhor compreensão do valor do lazer para a sociedade.

Baseado nas considerações anteriores, o lazer ganha significado e foco como dimensão de expressão do indivíduo, de sua natureza lúdica, livre e criativa, talvez corroborando com a premissa de que haja realmente no trabalho uma situação histórica de predomínio da alienação, motivando, portanto, pouca realização pessoal.

Neste viés, Marx (apud Oliveira, 1998), em sua obra *“Economia e Política”*, faz sua análise acerca do trabalho, que por ser forçado impõe determinações obrigatórias ao homem operário, assim, diz

“que o trabalho é exterior ao operário, isto é, que ele não fez parte de sua essência e que, em seu trabalho, este último não consegue afirmar-se, mas negar-se, não se sente à vontade, mas infeliz, não desempenha uma atividade física e intelectual livre, mas mortifica seu corpo e arruína seu espírito. Por conseguinte, não se sente diante de si senão fora de seu trabalho e, no trabalho, ele se sente fora de si...” (p.155).

Sem pretender reduzir, cabe uma rápida ilação. Os termos infeliz e livre induzem a uma natural reflexão. Quando não se é livre o homem é infeliz. Entretanto, o marxismo apresenta uma certa contradição a respeito do trabalho. Se por um lado o trabalho aliena, a partir desta afirmação, como seria o trabalho não alienado?

Marx (apud Oliveira,1998) ao considerar a gênese do trabalho alienado ou “trabalho tornado estranho” infere a idéia de transformação na natureza do trabalho. De alguma forma, defende o trabalho como dimensão importante do desenvolvimento humano e, por isso mesmo, refuta a lógica da venda da força de trabalho da forma como é feita e busca denunciar esta dominação. Sua teoria sociológica é primordialmente baseada na tensão das classes, a que domina e a que é dominada.

Nesta perspectiva, o trabalho assume uma importância fundamental e o lazer passa a figurar como o não-trabalho, desempenha papel secundário, funcionando, quase como desvio de rota das conquistas que interessam dentro das relações sociais, fruto da luta de classes.

Uma grande semelhança de princípios é encontrada na ética protestante, apresentada pelos estudos de Max Weber. Neste caso, porém, o lazer desviaria do caminho da conquista do sucesso econômico. O trabalho era considerado fulcro da alavanca do capitalismo baseado na produção como virtude (e as virtudes levam a Deus) e da mesma maneira, o ócio era encarado um descaminho desta trajetória.

Weber (2002) resgatou um texto de Benjamin Franklin¹¹ extraíndo a essência do espírito do capitalismo. A saber:

- *“Lembre-se que o tempo é dinheiro. Para aquele que pode ganhar dez shillings por dia pelo seu trabalho e vai passear ou fica ocioso metade do dia, apesar de não gastar mais que seis pences em sua vadiagem e diversão, não deve ser computada*

¹¹ Foram extraídas de dois textos de Benjamin Franklin *Necessary Hints to Those That Would Be Rich* (1736) e *Advice to a Young Tradesman* (1748), ambos publicados nas obras completas da Edição Sparks.

- apenas essa despesa; ele gastou, ou melhor, jogou fora, mais cinco shillings. (...)*
- *Aquele que desperdiça o valor de um groat¹² de seu tempo por dia, um dia após o outro, desperdiça o privilégio de usar cem libras a cada dia (...)*
 - *Aquele que perde cinco shillings de seu tempo, perde cinco shillings, e poderia com a mesma prudência tê-los jogados ao mar” (p. 44 e 45).*

Com as citações quis Weber trazer as idéias de um espírito de trabalho e não de religiosidade, “verdades” que eram amplamente difundidas no seio da comunidade protestante, eminentemente pragmática. No bojo destas concepções, igualmente a vivência de atividades de lazer significaria a má utilização do tempo, e, portanto, deveria ser evitada como se devem evitar as más tendências e os vícios. Mais uma vez, reforçava-se a premissa de que lazer é atividade não séria na antítese de que o trabalho é sério.

Neste contexto, vale destacar a discussão de Claus Offe que questiona se “o trabalho ainda é a categoria sociológica fundamental” tratada por Gutierrez (2001, p. 25). Apesar de considerar que os autores clássicos da Sociologia¹³ poderiam explicar o objeto lazer, este “esquecimento” igualmente permite algumas das inferências de que outras categorias macrosociológicas possam ser mais importantes.

Finalmente, mediando o debate sobre o assunto, cabe ainda uma proposta inusitada de apresentação do lazer como atividade séria. Trata-se dos estudos do canadense Robert Stebbins (1999) que propõe uma diferente classificação para o lazer – *serious leisure* e *casual leisure* (lazer sério e casual).

Observando-se o nível de especialização das atividades de lazer e o nível de comprometimento de tempo por parte do praticante, ocorre o que Stebbins denomina “lazer sério”. Nesta categoria as atividades abrangeriam três grupos distintos – amadores, os “hobistas” e os voluntários, envolvidos por atividades que requerem habilidades especiais, conhecimento e experiência, dando origem a uma espécie de “carreira” de lazer, paralela à carreira do trabalho.

¹² Groat é uma palavra inglesa com o mesmo sentido da palavra do português “tostão”. Comum na expressão idiomática “Not worth a groat” que significa “não vale um tostão” (Irmén, 1983/84, p. 254).

¹³ No capítulo 3, do livro *Lazer e Prazer*, os autores discutidos são Marx, Weber e Durkheim. Gutierrez defende que as teorias sociológicas clássicas propostas por estes autores dão conta do objeto “lazer”. Entretanto, admite que “diversos fatores” e não apenas um, determinaram a “semiclandestinidade” do debate sobre o tema.

Os amadores se diferenciam dos “hobistas” pela própria natureza das atividades. O primeiro grupo escolhe as artes, os esportes e as ciências, numa semelhança com habilidades quase profissionais. O segundo grupo pode ser identificado por interesses de colecionismo e habilidades manuais de bricolagem, artesanatos e dos construtores em geral. O terceiro grupo é o dos voluntários que, por motivações pessoais e altruísticas, empregam seu tempo ajudando a outrem. Estas funções, em inúmeros casos, requerem conhecimentos específicos e habilidades.

O autor considera que o “lazer sério” pode ser definido por seis características importantes. A primeira é a necessidade de perseverança, para se manter nas atividades apesar das adversidades; a segunda trata-se de uma carreira não profissional baseada no esforço e empenho; a terceira característica se assemelha a anterior, na qual identifica que esta carreira é construída a partir de um significativo esforço pessoal na busca de conhecimentos e habilidades, que presumem, inclusive, treinamento. Uma outra característica é que o “lazer sério” traz oito benefícios duradouros, tais como a atualização, auto-enriquecimento, auto-expressão, regeneração ou renovação da própria identidade, sentimento de realização, melhoria da auto-imagem, interação social e sentimento de pertencimento a um grupo e os próprios benefícios das atividades. A quinta diz respeito a um crescimento de uma rede de organizações e de contatos que se desenvolvem em torno destas experiências, dentro da sociedade. Derivada das características anteriores, os participantes se identificam profundamente com as escolhas que fazem.

Stebbins (1999) assinala, ainda, que por outro lado existe o lazer praticado sem maiores investimentos de conhecimento, treinamento e dedicação pessoal. A este grupo de vivências o autor chamou de “lazer casual”, que faz o contraponto do não-sério, no qual o envolvimento do participante pode ser intenso, porém é marcadamente fugaz e efêmero, haurindo uma recompensa imediata. No rol destas experiências figuram as atividades de lazer mais simples, tais como participar de jogos esporadicamente, ver TV, ler um livro, gravar músicas, relaxar, comer ou beber com amigos, dentre outras.

No “lazer casual” não se percebe uma carreira ou continuidade que requer níveis de aprofundamento e especialização. Nesta perspectiva, é possível identificar o “lazer sério” como uma espécie de “carreira de lazer”, uma vez que a dedicação e o empenho conduzem o praticante a experiências renovadas e a desafios crescentes.

Embora não seja foco da atenção de Stebbins, é pertinente associar o “lazer sério” ao trabalho, a tal ponto de verificar-se a evolução destas práticas de lazer para o patamar de profissão, provavelmente devido a seu alto grau de especialização e habilidades exigidas. Um clássico exemplo desse fenômeno é encontrado entre os alpinistas e em vários praticantes de esportes radicais e de aventura, que suas experiências de lazer acabam sendo transformadas em negócios. Dentro destas atividades destacam-se: o turismo, ecoturismo, os cursos de instrução da modalidade e a venda de fotos das expedições, só para citar algumas.

Trazer Stebbins para enriquecer esta reflexão, tem por principal finalidade tratar da temática do voluntário, que no tempo de seu lazer, de forma “séria”, vivencia experiências diferenciadas. No contexto de Sorocaba, existe um expressivo movimento de voluntários que atuam no campo do lazer, o que será aprofundando em outro momento. (vide p. 125)

2.3.3. Lazer e sua essência genuinamente lúdica

Tomando como ponto de partida o aspecto global de muitas faces, vale o mergulho, no qual a ludicidade é considerada “*componente unânime*” ou entendida como “*essência genuína*” do lazer (Bramante, Pinto, 1998).

Parece ser viável afirmar que é pelo componente lúdico que o lazer se firma e reafirma como possibilidade privilegiada de expressão humana, permitindo experiências pessoais fundamentais para a existência de cada um.

O número de pesquisas sobre o lúdico e suas potencialidades tem crescido, principalmente, nas últimas décadas, em várias partes do mundo e também no Brasil. Os trabalhos se dispõem a tornar cada vez mais familiar e “palpável” esta temática que trata de um fenômeno variado e polissêmico. Só para citar algumas referências, cabe registrar Huizinga (1971), Dumazedier (1974), Caillois (1988), Marcellino (1990), Pinto (1998), dentre outros.

Efeito disso é a atração interdisciplinar abrangendo diversos campos do conhecimento. Cabe destacar, além da Educação Física, a Pedagogia, Psicologia, Sociologia, Antropologia, inclusive algumas Ciências Exatas, ao reconhecerem o

importante papel que é desempenhado pelo jogo e pelo brincar na história da humanidade, em uns casos buscando-o como fim, em outros como meio.

No universo escolar, por exemplo, encontra ampla defesa de estudiosos como Kishimoto (1996), que argumenta que com sua vertente lúdica, o jogo é capaz de auxiliar no processo educacional, fixando conteúdos programáticos tradicionais.

Em seu trabalho antológico - *Homo Ludens* -, Huizinga (1971) defende que o jogo é tão fundamental que ele o considera anterior à própria cultura. Porém, não quer com isso dizer que o jogo é mais importante do que a cultura. Em sua concepção, entende que a cultura surge em forma de jogo e não que ela seja um estágio avançado na evolução do jogo.

O autor reuniu argumentos que encontram grande esteio no estudo das formas lingüísticas para designar jogo, em diversos idiomas. Com isso pôde demonstrar duas coisas, o reconhecimento da importância do jogo nas diversas sociedades, e que apesar disso, existem divergências e semelhanças no valor e significado que os povos lhe conferem.

A título de ilustração, tomando a língua inglesa como referência, é possível se ter uma noção da complexidade do assunto. No inglês, há dois vocábulos que traduzem esta idéia: “play” e “game”. Embora *game* signifique jogo, *play* representa a ação de jogar, dentre outros sentidos.

Apesar do autor se confrontar com uma variedade de significados do que a idéia de jogo representa, ele defende um sentido de unidade, de totalidade que o jogo tem nas diferentes culturas, talvez algo que gravite na essência lúdica como componente fundamental.

Neste sentido, em certa medida isso justifica o papel significativo que a dimensão lúdica tem para a experiência humana, em todos os tempos e culturas.

É preciso, mais uma vez, que se reafirme que esta reflexão acerca do lúdico fundamenta a riqueza que o tempo social dedicado ao lazer, no qual a pessoa, individual ou coletivamente, experimenta vivências lúdicas de especial importância para sua vida.

Outro autor consagrado, o sociólogo francês Roger Caillois (1988) reportando-se à importância das análises de Huizinga, expressas na obra *Homo Ludens*, reconhece:

“Ao ler o volume, vê-se de súbito o direito, a ciência, a poesia, a sagacidade, a guerra, a filosofia, as artes enriquecerem-se, nascerem

algumas vezes do espírito lúdico, aproveitarem-se sempre dele. Este, com efeito, excita ou exerce, consoante aos casos, as diversas faculdades ou ambições, cujo esforço acaba por produzir a civilização” (p.150).

Contudo, Caillois (1988) faz questionamentos às análises de Huizinga, quando este autor tenta atribuir uma unicidade, uma “*identidade profunda das condutas lúdicas*”, igualmente a partir do estudo filológico, que a existência de variações de terminologia presentes em diversas línguas expressam conseqüente divergência de sentidos.

Em contraponto a esta unicidade, o autor insiste que deva se considerar como sendo diferentes os estados de espírito de um jogador de cartas diante de uma mesa de jogo ou de um atleta numa arena olímpica, embora haja pontos em comum.

Caillois (1988) alega, ainda, que Huizinga “*estuda estruturas externas, muito mais do que atitudes íntimas que conferem a cada comportamento a sua significação mais precisa*” (p. 152).

Esta atitude íntima, revelada a partir de seu elemento lúdico, atrai para si a idéia de sonhos, imaginação, desejos, magia e mitos.

Neste contexto, merecem destaque, as investigações de outro importante sociólogo francês, Joffre Dumazedier (1974) que corroboram com este argumento ao afirmar que a importância e “*expressividade aguda do tempo de lazer é dominada por todos os tipos de mitos*” (p.50), mitos estes que foram banidos pela racionalidade do trabalho e das coisas sérias.

Nesta perspectiva, vale reconhecer no lúdico, que acontece no tempo social do lazer, uma rica ordem simbólica que tem sido objeto de estudo para os cientistas sociais que trabalham na busca permanente e criativa de desvelar este fenômeno, atribuindo uma riqueza de sentidos, imagens, representações e significados.

Sobre os sentidos, além de sua próxima associação com a idéia de jogo, em muitos casos é comum se deparar com as palavras ludicidade e lúdico, sendo utilizadas como divertimento, recreação, lazer ou até mesmo entretenimento, causando, às vezes, confusão e perda de significação. Talvez isto ocorra pela amplitude do que a dimensão do lúdico representa.

Parece razoável aceitar que não restam dúvidas do espaço legítimo que a vivência lúdica oferece na experiência humana, oportunidade de expressão pessoal, de conquistas reais e simbólicas.

O principal cuidado, assim, é de não reduzir o lúdico ao jogo, porém, focá-lo a partir do jogo, já que é extensa a gama de possibilidades de sua manifestação. Nesta categoria taxionômica seria permissível a inclusão do esporte como uma das mais substanciais expressões de vivência lúdica, convergindo o que Dumazedier (1974) classificou como o interesse físico-esportivo como um dos “interesses culturais” do lazer.

Nesta constelação de pesquisas e análises, um recorte instigante é proposto tanto por Huizinga como por Caillois. Trata-se da relação de sagrado e profano, estabelecida pelo lazer.

O primeiro autor defende que o jogo se aproxima do sagrado porque ocorre em tempos e locais apropriados para os seus rituais, que se assemelham em muito aos cultos sagrados. Já o segundo demonstra que há mais características profanas do que sagradas no jogo. Caillois (1988) argumenta que o sagrado demanda sacrifício e temor. Assim como o jogo acontece em tempos e espaços distintos da vida cotidiana, entendida como real, ao abandonar esta dimensão transcendente e sagrada, o homem retorna à vida comum.

Desta forma, aliviada das tensões e preocupações conferidas pela imposição do sagrado, a vida profana se imbui, principalmente, por um espírito de alívio e liberdade. Então, “o lúdico enquanto atividade livre por excelência, é o profano puro; ele não tem conteúdo, não arrasta para outros planos, efeito algum que não tivesse sido fácil evitar” (p.159).

Em outro trabalho, Caillois (1990) aprofunda seus estudos e apresenta uma teoria do jogo, combinando atributos, elementos subjetivos de seus praticantes além de algumas características.

O autor formulou uma classificação em quatro categorias principais do jogo de acordo com suas características: *agon* (competição), *alea* (sorte), *ilinx* (vertigem), *mimicry* (simulação), oscilando entre dois extremos; *paidia* (diversão) e *ludus* (jogo regrado). Como se observa, ele inclui em sua classificação a modalidade “jogos de azar”, com as devidas ressalvas, categoria banida pelo modelo de Huizinga, quando se baseou no desinteresse material.

Para Caillois (1990), jogo é atividade livre (diversão não obrigatória), delimitada (com limites de espaço e tempo estabelecidos), incerta (sem previsão de

resultados), improdutiva (não gera bens), regulamentada (sujeita às regras) e fictícia (acompanhada de irrealidade perante a vida).

Apesar de Caillois afirmar que Huizinga se preocupa prioritariamente com “as estruturas externas” do jogo, enquanto elemento lúdico, ele mesmo oferece, contudo, importante contribuição na ordem de classificação do jogo, o que parece ainda uma ação de categorizar a partir de atributos e características mais exteriores.

Neste contexto, cabe ressaltar os limites que toda e qualquer classificação ou taxionomia no campo do lazer, lembrando, por exemplo, a proposta de Dumazedier (1974) no entendimento do lazer a partir de seus interesses culturais. Por isso, é válido destacar a predominância de determinadas características e aspectos a fim de amenizar estas restrições apontadas.

Esta escala de categorias permite a compreensão da lógica do jogo, favorecendo na formulação e planejamento de atividades e programas, inclusive, políticas sociais voltadas para o lazer. A vertigem, por exemplo, tem sido buscada como elemento fundamental em diversas formas de jogos, desde as versões ligadas às práticas dos esportes radicais urbanos e de aventura na natureza aos jogos eletrônicos.

2.3.4. Lazer e suas dimensões: atitude, tempo e espaço

É exatamente a atitude diante do lazer que promove a interface com o lúdico. Desta forma, vale lembrar Bramante (1998) quando chama o lazer de “*fenômeno pessoal*”, destacando o “*prazer*” e a “*criatividade*” como atributos básicos.

Ainda sobre o tema, o autor considera mais pertinente a utilização da idéia de experiência ao invés de atividade de lazer, já que experiência inspira mais o sentido de qualidade da ação realizada, enquanto que atividade pode sugerir um “*cardápio*” de ações, algo mais quantitativo de simples reprodução.

Bramante concordando com Huizinga (1971) enfatiza a força simbólica do elemento lúdico, estabelecendo relações espirituais e, portanto, sagradas ao comparar esta vivência individual de lazer a “*um ato de fé*”.

Para Marcellino (1990), o princípio da fruição atribui relevância, também, ao aspecto da atitude, sem desconsiderar os fatores tempo e espaço.

A presença das palavras liberdade, prazer, motivação, fruição corroboram com a concepção de que estas vivências de lazer dizem respeito a uma ação individual, a partir de valores e crenças pessoais, gravitando em torno de uma atitude.

Neste tocante, cabe a lembrança de que a despeito de ser eminentemente subjetivo, o individual recebe influência do coletivo, o que se dá por meio da convivência em sociedade, sendo importante ter sempre em mente a estreita relação entre a atitude individual e a atitude coletiva.

A temática do Lazer fomenta provocante polissemia, uma vez que transita em dimensões diversificadas. Por exemplo, além do aspecto triplo citado, existe um outro tripé fundante. Sob a ótica dos estudos de Dumazedier (1974), o lazer é abordado quanto às suas finalidades ou nos termos do autor “funções”, na medida em que oferece oportunidade de divertimento, desenvolvimento pessoal e descanso.

Estes estudos parecem demonstrar a influência positivista na qual é engendrada a necessidade da produção, da produtividade, da utilidade. Como se toda ação deva visar a um resultado, até mesmo quando se trata de experiências vividas em um tempo que possa ser fruído, em princípio, sem estas pressões.

Outra contribuição importante de Dumazedier (1974) é a identificação dos diferentes “interesses culturais”, justificados a partir de uma diversidade cultural inerente da experiência de lazer. A partir da natureza predominante destas experiências variadas o autor propõe: interesses sociais (encontros sociais festivos), físicos (atividades corporais e esportivas), artísticos (atividades envolvendo as artes), práticos (atividades manuais), intelectuais. Além destes, foram incluídos por Camargo (1986) os interesses turísticos.

Como abordado anteriormente, toda tentativa de se criar categorias incorre no risco de ser limitada e limitante. Por outro lado, estas subdivisões contribuem para uma melhor compreensão do tema.

Ressalta-se, por exemplo, que para fins de planejamento, programação e promoção de ações no campo do lazer, os estudos de Dumazedier, bem como as propostas de Caillois, mencionadas anteriormente, têm oferecido importante aporte teórico e metodológico para os profissionais que se debruçam na tarefa organizativa de políticas sociais da área.

Porém, na realidade, não pode se sustentar rigidamente tais categorias. Em verdade, os interesses se fundem em diversas situações, pois seria imprudente e improvável defender que assistir a uma leitura dramática de uma peça teatral não seja uma atividade intelectual, ou, que fazer uma casinha de madeira para o cão não tenha uma forte influência artística, aliada a uma habilidade manual de bricolagem.

Os seres humanos se obrigam a infindáveis atividades de diferentes naturezas, desde as atividades do mundo do trabalho até atividades de motivação pessoal, tais como deveres de famílias e obrigações religiosas. Assim, pode-se inferir que sobra pouco espaço para a vivência lúdica no momento em que se decide empregar o “tempo disponível” (o tempo das não obrigações) em atividades, que porventura, se “têm” que fazer. A ludicidade prescinde de elementos espontâneos e sensação de liberdade.

Estas reflexões acerca da natureza lúdica da experiência de lazer tornam, ainda, mais fortalecida a tese de que a atitude diante das atividades de lazer é que parece garantir a possibilidade de expressão pessoal pela vivência do lúdico, ou seja, quando a motivação inicial for intrínseca.

Outro pilar conceitual mencionado é o elemento tempo, configurando-se numa característica muito explorada pelos estudos existentes no campo do lazer. Como foi citado anteriormente, Marcellino (1990) caracteriza lazer como “tempo disponível”. Bramante (1998) diz que o lazer se realiza num “tempo conquistado”.

Ambas as idéias reforçam que o tempo é um recurso cada vez mais raro. Dispor de tempo liberado significa ter realizado as atividades das quais não se pode fugir, e que, portanto, explicita um desafio a ser conquistado. Bramante (1997) lembra que a sociedade moderna tem transformado o tempo em mercadoria sob o jargão do “tempo é dinheiro”. Assim, esta conquista de um tempo disponível para o lazer, além das questões sociais presentes, também dependerá de um desejo pessoal que motivará uma determinada vivência humana.

Nesta perspectiva, o fator tempo tem sido utilizado para demonstrar a importância do lazer para a sociedade, principalmente pelos estudiosos americanos que usam o conceito da “enquete orçamento tempo”, no sentido de comprovar a “materialidade” da ocupação do tempo, sendo apresentado como um critério objetivo para sua relevância (Waichman, 1997).

Comum nas diversas abordagens é que o lazer acontece, então, no tempo fora do trabalho. Nas reflexões iniciais foi sustentado sob a epígrafe do “tempo livre”.

Na língua alemã isto se caracteriza muito bem a partir da etimologia da palavra *Freizeit*. Este substantivo é formado por duas palavras justapostas: *frei*= livre e *Zeit* = tempo. Da mesma forma, o lazer pode ser entendido na língua espanhola como “*tiempo libre*”, além de outra denominação – *ocio*.

Alguns estudos vão mais além, quando reconhecem que existem atividades realizadas fora do trabalho que ainda sim ostentam caráter de obrigação, como os compromissos religiosos e familiares. Em linhas gerais, parece ser correto dizer, então, que o lazer ocorre no tempo das não obrigações (Camargo, 1986).

Waichman (1997) alerta que é importante considerar o “*modo como as sociedades instituem o tempo livre de seus membros*” (p.110) assim, cada sociedade irá delinear a forma e o valor inerente a cada tipo de prática de lazer, reproduzindo desta maneira o sistema estabelecido.

Este autor realiza ampla investigação acerca das referências do tempo livre e do ócio¹⁴. Extraíndo dos diversos autores como Dumazedier, Kaplan, Anderson, Weber, Friedman, dentre outros, agrupou algumas idéias principais, como se segue:

- “*Tempo livre é a sobra após o trabalho.*”
- “*Tempo livre é o que fica livre das necessidades e obrigações cotidianas.*”
- “*Tempo livre é o que fica livre das necessidades e obrigações cotidianas e que empregamos no que queremos.*”
- “*Tempo livre é aquele que empregamos no que queremos.*”
- “*Tempo livre é a parte do tempo destinada ao desenvolvimento físico e intelectual do homem como fim em si mesmo*” (p.74).

Além de demonstrar uma certa controvérsia que envolve o tema, o autor segue analisando que as três propostas iniciais assumem o aspecto temporal como o significativo. No terceiro item, identifica-se a alusão à liberdade como característica. E os dois restantes enfatizam o caráter “libertário” sem aprofundar, entretanto, em qual sentido de liberdade é utilizado (Waichman, 1997).

Na esteira das investigações, baseando-se nas colocações de Munné que

¹⁴ O Autor por ser argentino utiliza a palavra *ocio*, que neste estudo tem sua tradução com o termo *lazer*, empregada na língua portuguesa.

sustenta que “o homem é livre quando pode se autocondicionar e se condiciona” (Munné apud in Waichman, p.81), Waichman (1997) propõe uma classificação dos tempos sociais a partir de dois pólos que são determinados pela origem da influência dos condicionamentos que compelem o indivíduo a fazer esta ou aquela coisa. O primeiro deles quando o condicionamento for oriundo de uma obrigação exterior (heterocondicionamento), o outro quando provém de uma obrigação interior (autocondicionamento).

Neste contexto, o autor apresenta algumas concepções acerca do tempo. Tempo psicobiológico, com predomínio das necessidades biológicas e psicológicas básicas (sono, alimentação, etc.), considerando-as como condicionamentos exteriores. O tempo dedicado às tarefas de sobrevivência através dos imperativos econômicos é chamado de socioeconômico e tarefas congêneres como estudar, cuidar da casa, sob uma enorme carga de condicionamento exterior. Uma terceira tipologia é o tempo sociocultural, empregado no cumprimento das tarefas cívicas, obrigações familiares e sociais. Neste caso há um equilíbrio dos condicionamentos exterior e interior. O quarto e último tempo seria justamente o tempo livre, no qual existe o total predomínio de necessidades criadas pelo próprio indivíduo, a partir do condicionamento interior.

Esta taxionomia reforça a importância do fator tempo na compreensão e vivência do lazer, através da qual fica mais uma vez explícita a idéia de que esta experiência se dará num tempo de poucas obrigações, preservando de algum modo o princípio da livre escolha, o que foi, em certa medida, ponto comum nas outras análises apresentadas.

Há casos que demonstram o crescimento da conquista de mais horas dedicadas a esta prática pela sociedade contemporânea, como, por exemplo, os estudos de Cabeza sobre hábitos de vida dos espanhóis. Gradativamente, assiste-se mais TV, praticam-se mais esportes, viaja-se, enfim, emprega-se o tempo em atividades não produtivas e com caráter de livre escolha.

Segundo Cabeza (2000), a importância e a atualidade do ócio se verifica por dados do emprego do tempo em atividades de lazer. O autor afirma que em 1995, 25% dos cidadãos daquele país participavam uma ou mais vezes por semana de celebrações religiosas. Ressalta-se a força da tradição religiosa na cultura daquele povo. Neste mesmo

ano, registrou-se uma adesão de 39% de espanhóis em atividades esportivas de uma ou mais modalidades, significando um crescimento de 63% em relação aos hábitos dedicados à religião. Além de apresentar percentuais de adesão à atividades de lazer, cabe registrar que a própria celebração religiosa se realiza no tempo disponível, da não produção, do não trabalho.

O autor apresenta, ainda, a conclusão de uma pesquisa de valores da sociedade espanhola dos anos 90, na qual o lazer ocupa o quarto lugar de importância, atrás apenas da família, dos amigos e do trabalho.

Cabeza (2000) entende o lazer também como experiência humana, que é capaz de romper as barreiras do tempo objetivo, diferenciando-o de um simples passatempo sem significados. O lazer envolve não somente o tempo de sua própria realização. Inicia-se com seus preparativos e se consolida na possibilidade de ser lembrado, portanto, ser vivido.

Desta forma, o autor propõe que *“a vivência de lazer fecha seu ciclo em virtude de um dinamismo temporal, que permite unir passado, presente e futuro em uma mesma realidade”* (Cabeza, 2000, p. 93).¹⁵ Avançando nas discussões acerca do tema, o autor propõe que o lazer deve ser observado a partir de quatro dimensões: lúdica, criativa, ambiental-ecológica e solidária.

A primeira dimensão dá conta das funções de descanso e diversão. Descanso que quebra a rotina das obrigações do cotidiano, principalmente regenerando as forças físicas desgastadas pelo trabalho e diversão que distrai e permite uma evasão dos limites da realidade, regenerando em certa medida o desgaste mental originado pelas tarefas do dia-a-dia.

Uma segunda dimensão é a criativa, numa alusão ao lazer da cultura clássica, Cabeza (2000) argumenta, encontrando bases em Aristóteles que propalava que o lazer deveria ser consagrado para o desenvolvimento e formação pessoal, principalmente, através das artes. Este espaço de desenvolvimento ganhou aliados fortes na modernidade, devido ao avanço tecnológico e intenso movimento e circulação de informações e valores, estimulando mais acesso a estas experiências, bem como possibilitando a criação de novas. A idéia é que as experiências de lazer permitam um diálogo ativo e criativo com a realidade. Esta dimensão criativa poderá conduzir a sociedade a um novo humanismo.

¹⁵ Tradução da autora do espanhol para o português.

A terceira dimensão proposta pelo autor é a “ambiental-ecológica”. Fundamenta-se na crença presente em muitas culturas e sociedades, de que o meio físico influencia o modo de sentir e pensar das pessoas. Diante do meio ambiente o ser humano se diferencia e se percebe com uma entidade singular, ao mesmo tempo em que toma consciência que existe um entorno ao qual ele pertence e faz parte. A partir da relação dialógica que há entre indivíduo e ambiente ocorre uma produção de sentidos. Cada espaço influencia de forma diferente seus ocupantes. A experiência em um local urbanizado provoca variados efeitos daquelas vivências junto à natureza que, aliás, é palco recorrente das atividades ditas de lazer. Esta perspectiva tem ganhado reforço, principalmente em virtude da excessiva aglomeração das cidades, o que em ambientes naturais nem sempre acontece.

Por fim, vem a dimensão “solidária” do lazer, a qual o autor entende como uma vivência altruísta e social, ao mesmo tempo, que se origina na necessidade de participar que as pessoas têm. A experiência solidária de lazer se dá sob três formas: a comunicação, a cooperação e a ajuda. No primeiro caso, sempre que se difunde e se promove a circulação de informações e idéias ligadas a vivências positivas aí está presente a solidariedade. A cooperação no lazer pode ser identificada pela participação em projetos que beneficiam a outras pessoas. A ajuda é entendida como entrega desinteressada em benefício de outros e de ideais coletivos. Neste aspecto, destaca-se a semelhança com o “lazer sério” proposto por Stebbins, que aborda o voluntariado como atividade de lazer.

Dentro destas propostas apresentadas por Cabeza (2000), vale destacar o esforço de se fugir de uma classificação simples e taxionômica das atividades de lazer, calcada na sua natureza (Dumazedier, 1974) para um foco em que insere o lazer como experiência humana que recebe diferentes ordens de influência. Em certa medida, as duas primeiras dimensões (lúdica e criativa) têm sido exploradas por muitos estudos no campo do lazer, entendida às vezes como atributos ou funções. Por outro lado, as dimensões ambiental-ecológica e solidária ainda foram pouco exploradas como campos de estudos e pesquisas.

Com a recente explosão das preocupações com o meio ambiente, o desenvolvimento dos esportes de aventura na natureza e uma incisiva discussão de que a sociedade deve se colocar numa postura solidária entre as pessoas e mesmo entre os povos,

estes aspectos demonstram a pertinência das contribuições de Cabeza (2000), apontando para uma ética de convivência e de encontros com a natureza e com o outro, ampliando, de alguma maneira, a abrangência que uma experiência de lazer oferece, a qual apesar de se originar no individual e no local se confirma no coletivo e no global.

Completando o arcabouço conceitual do lazer, aparece o espaço, que neste estudo ganhou atenção especial. O lazer acontece por uma permissão do tempo e uma vontade interna do praticante o qual é, inevitavelmente, vivenciado em algum lugar.

À primeira vista, pode parecer aspecto menor que envolve a temática do lazer. Entretanto, o ambiente tem demonstrado possuir poder de influência, muito além do que sua materialidade determina, conjugando as possibilidades sustentadas nos valores éticos e estéticos ostentados em qualquer local.

Por local pode-se entender onde o indivíduo está ou mesmo toda a sociedade. Em alguns momentos será a casa diante da TV, em outras situações será o mundo visto através da janela de uma aeronave ou num deste ambiente plural que poderia ser qualquer lugar: um *shopping*, uma praça, uma praia, um calçadão. Lá onde as pessoas se transportam, se expressam, interagem, têm a visão de dois pontos. A origem de onde vêm e o futuro para onde se dirigem.

Nesta perspectiva, cabe mencionar algumas considerações de Edgar Morin (1975) que re-significa o espaço (e de certa forma, o próprio tempo) a partir dos avanços tecnológicos da sociedade do século XX.

Anunciando a criação de uma terceira cultura, a chamada cultura de massa, “oriunda ao da imprensa, do cinema, do rádio, da televisão, que surge, desenvolve-se ao lado das culturas clássicas” (p.10). A consequência disso é que as sociedades modernas são policulturais.

Estes novos meios de comunicação de massas (*mass media*) acabam por criar uma “sociedade do espetáculo”, que em seu lazer moderno redimensiona não somente o tempo que não é mais só para o repouso e a recuperação, como também para o consumo, reordenando simultaneamente o espaço da ocorrência dos fatos (Debord, 1997).

Duas décadas antes, Edgar Morin (1975) já sustentava um aparente paradoxo

“O espetáculo moderno é ao mesmo tempo a maior presença e a maior ausência. É insuficiência, passividade, errância¹⁶ televisual, e ao mesmo tempo, participação na multiplicidade do real e do imaginário” (p.59).

O autor alerta sobre o risco do empobrecimento da convivência com os pares, que esta vivência televisual pode ocasionar, pois dilui a presença que está sempre atraída para “outro lugar”, algo que ele denomina como uma espécie de *voyeurismo*, no qual o indivíduo está destacado fisicamente do espetáculo reduzido a um estado de passividade.

Neste contexto, vale a alusão da residência como um dos principais centros de lazer da atualidade (Bramante, 1992), pois é lá, convivendo com inúmeras possibilidades de lazer, particularmente diante de um aparelho de TV, que a sociedade tem consumido horas de lazer, cada vez mais crescentes, se tele-transportando para todos os lugares e recebendo informações de todos os cantos.

Nesta era do espetáculo, uma comparação ainda mais instigante é proposta por Morin (1975). Ele relaciona a experiência de assistir TV à prática do turismo. O turista moderno é um espectador em movimento dirigido pelos guias de viagens a roteiros de paisagens preestabelecidas, como num espetáculo, que se preocupa em “registrar” (fotografar) mais do que ver e experimentar. Contudo, apesar das críticas, admite que existam claras vantagens entre uma experiência e outra, uma vez que, turismo guarda o trunfo de se ter estado em algum lugar, experimentando de forma mais real as paisagens e os costumes.

Estas considerações foram trazidas a este estudo com o propósito de dimensionar que assim como a percepção do tempo se transformou, a compreensão de espaço igualmente sofreu significativas modificações. No âmbito de uma cidade, o que está em jogo são estas novas leituras da realidade material.

Uma política social de lazer ocorrerá em meio a todas estas transformações, mediando contradições e posições paradoxais, a partir de desejos e necessidades autocondicionadas e heterocondicionadas, ensejando, sobretudo, incluir o indivíduo no

¹⁶ Errância – é o hábito de vagar, do nômade que vagueia (Dicionário Novo Aurélio Século XXI, 1999) assim, inspira o conceito de circulação e movimento por vários lugares e caminhos. Pode-se afirmar que esta errância televisiva ganhou mais agilidade com o chamado “efeito zapping” proporcionado com o advento do controle remoto e pelo aumento do número de canais a serem visitados.

coletivo por meio de uma experiência pessoal, que por isso mesmo terá sentidos e percepções diferentes. Aí reside sua riqueza. (Munné, s/d)

2.3.5. Lazer e animação

Começar pela etimologia oferece uma pista. “Animação” vem da palavra de origem latina “anima”, que traduz sopro, alento, alma. Nesta perspectiva, para melhor entendimento vale a contribuição de Requixa (1980) com suas propostas para “uma política de animação sócio-cultural” considerando três ordens fundamentais de diretrizes: a questão da situação urbana, a existência de alguns marcos valorativos e operacionalização da política de lazer.

No primeiro grupo está presente a questão dos espaços de lazer da cidade. Tema este que foi amplamente discutido ao longo desta investigação, ressaltando a dicotomia existente no processo de planejamento e ocupação urbana típica das cidades brasileiras, entre “espaço utilitário” e o “espaço livre” que sobra pode ser empregado eventualmente com o lazer.

A segunda ordem de diretrizes diz respeito a valores da sociedade. Trata-se “da adoção consciente do lazer” como “veículo de significativa carga sócio-educativa popular”. Para que isso ocorra Requixa (1980) sugere duas premissas: “democratização cultural” e “melhoria da qualidade de vida” (p. 69). Para justificar suas posições apresenta três razões principais. A primeira é de cada vez mais a sociedade está dispondo de mais tempo livre. A segunda, por que esta mesma sociedade não está se dando conta da realidade deste fenômeno e não está se preparando no sentido de determinar políticas de lazer mais gerais, permitindo que as “coisas” aconteçam espontaneamente. E por fim, e por que o lazer não pode ser resumido às suas funções meramente fisiológicas de reparação do desgaste do trabalho, sendo fundamental entender sua complexidade.

Neste contexto, o autor argumenta que para que haja democratização e melhoria da qualidade de vida é preciso influenciar alguns ordenamentos sociais, inclusive o da produção. Democratizar, essencialmente, está ligado à geração de oportunidades de acesso. Isto se constrói por meio de um processo educativo acerca dos conteúdos do lazer, da qualidade de vida e, simultaneamente, pela concepção de equipamentos de lazer que

respeitem estes valores, localizando-os adequadamente no espaço urbano, e se possível influenciando o ordenamento do tempo.

Em terceiro lugar estão as diretrizes que abrangem a operacionalização da política de lazer, referem-se ao conjunto de procedimentos objetivos concernentes aos recursos materiais e humanos da ação sócio-cultural.

Neste grupo estão os espaços físicos e os equipamentos específicos e não específicos¹⁷, a ampliação do tempo livre e flexibilização dos horários dedicados às obrigações, e respectivas modificações nos horários diários, semanais, de forma a permitir novos formatos de jornadas de trabalho. Além destes aspectos, haver mudanças também no período das férias, principalmente as escolares (julho e janeiro) e mesmo na própria lógica da aposentadoria (*“por que esperar 30 anos?”*) (Requixa, 1980).

Note-se que todas estas sugestões, independente de suas possibilidades de se tornarem realidade, prenunciam que alguma “coisa” deve ser feita.¹⁸

O resultado objetivo da operacionalização culmina com a animação sócio – cultural. O autor buscou referências históricas na experiência francesa de educação popular, que no intuito de compensar as desigualdades sociais que a escola pública não conseguiu resolver, promovia atividades extra-classes, enriquecendo o universo escolar.

Desta maneira, Requixa (1980) conceitua a animação sócio-cultural como *“o esforço de indivíduos, de diferentes grupos sociais e do Estado, para organizar uma vida social e cultural, cuja ação se deve desenvolver, particularmente, no tempo livre”* (p.93). O autor defende que além dos recursos materiais e do tempo disponível, existe a necessidade da presença de um “animador sócio-cultural” para garantir a animação.

Na seqüência de suas considerações, o autor aborda a questão dos recursos humanos, identificando duas perspectivas distintas: a da animação e a da administração. No que tange a animação sócio-cultural assinala três aspectos. O primeiro, é a ação espontânea de animar, fruto primordial do trabalho voluntário. Sua grande vantagem é favorecer a

¹⁷ Requixa (1980) conceitua equipamentos específicos como os destinados à prática do lazer pela freqüência de utilização (lazer diário – estruturas menores, com atividades menos diversificadas e se possível próximas às residências; lazer de fim de semana – estruturas médias ou grandes com ofertas diversificadas, em localizações estratégicas da cidade; lazer de férias – estruturas que permitam o turismo social, como campings, colônias de férias, hotéis, dentre outros.) os equipamentos não-específicos não têm como destinação primeira a prática do lazer. Esta categoria possui um universo enorme. Mas destacam-se as praças, ruas, escolas, a casa, igrejas etc.

¹⁸ Vale o registro de que estas propostas foram formuladas em 1980, portanto, mais de duas décadas se passaram e elas continuam tendo seu devido impacto por estarem à frente do seu tempo.

participação social voluntária através das ações de lazer na comunidade. O segundo fator é a crescente presença do profissional frente à animação sócio-cultural, devido a evolução dos equipamentos e da diversificação dos conteúdos do lazer. E finalmente, a coexistência difícil entre os dois aspectos anteriores.

Baseando-se em Dumazedier, Requixa (1980) propõe que a relação entre o voluntário e profissional dentro da atuação, promovendo a animação sócio-cultural deve ser mediada por um “dirigente do equipamento”, numa intervenção dialogada que não sufoque a espontaneidade legítima pelo excesso da especialização, nem permita o espontaneísmo pela falta de preparo. Contudo, mesmo aí, indica que o problema importante reside na formação deste dirigente, levantando o questionamento se deve ser ele administrativo ou especialista.

Requixa (1980) alerta, ainda, para a necessidade de um programa de formação de recursos humanos. Para que isso ocorra alerta que é primordial a afirmação de alguns princípios e valores e da definição dos recursos necessários para sua viabilização.

É importante compreender que a animação sócio-cultural é uma atividade distinta da atividade escolar, devendo ser entendida como um campo de conhecimento definido. A animação espontânea, embora seja uma significativa manifestação representativa e participativa de experiências de lazer, não elimina a necessidade de se promover a formação de quadro profissional especializado, que complementa e integra esta mencionada atuação espontânea.

Em relação à operacionalização, o autor sustenta três possibilidades: (1) oportunizar campos de estágios para animadores em diferentes instituições que atuam no lazer (2) implantar centros de formação com currículos e conteúdos voltados para a diversidade dos interesses do lazer; e (3) trabalhar na perspectiva transdisciplinar, inserindo conteúdos do lazer nos currículos de outros profissionais de áreas afins, com foco na atuação social.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS PÚBLICAS – CONCEPÇÕES E INTERVENÇÕES

3.1. CONCEITOS E REFLEXÕES

Além da compreensão conceitual do lazer, é essencial entendê-lo, também, como direito social. A entrada do lazer no texto da Constituição de 1988 amplia sua abrangência. O Estado passou, então, a ser convocado a garanti-lo como direito. Fato é que o Estado é deficitário no cumprimento de seu papel, não somente deste aspecto, mas também, de outros considerados básicos: educação, saúde e segurança, só para citar alguns.

Nesta perspectiva, vale a reflexão sobre o vínculo do Estado com o ser humano que nele vive – o cidadão e suas inter-relações de liberdades e obrigações. A ação do cidadão se configura de muitas formas a partir do nível de sua consciência frente a seus direitos e deveres. Em verdade, o cidadão antecede ao Estado, sendo o segundo uma consequência, um efeito do primeiro.

Segundo Ferreira (1993), o Estado põe em funcionamento mecanismos que condicionam as pessoas individualmente. Considerando a *“condição de conservação de cada membro do grupo, o Estado ganha uma existência que supera o indivíduo, tanto cronológica como hierarquicamente”* (p.25).

O Estado destaca-se por sua forma organizada de exercer o poder com a finalidade de prestar serviços públicos de interesse comunitário que, em tese, são delegados pelo conjunto da sociedade civil. Em princípio é ela que define quais os serviços públicos que devem ser oferecidos. Apesar de muitas tendências políticas, não se questiona a pertinência da eliminação do Estado, mas sim, o escopo que este deve comportar.

A par destas premissas, cabe, então, entender a atuação do Estado na manutenção e garantia do lazer enquanto direito social, no contexto de suas políticas sociais, na busca da formulação de um eixo conceitual para descoberta de prováveis progressos, além da compreensão de alguns possíveis retrocessos.

Para abordar esta questão serão trazidos os estudos de Bárbara Freitag (1987), Marcos Antônio Coimbra (1998), Wanderley Guilherme dos Santos (1998) e Vicente de Paula Faleiros (2000). Todos eles pesquisaram a temática das políticas sociais na busca de conceitos, definições, metodologias e sistematização deste campo de conhecimento, que vem atraindo a atenção de muitos estudiosos, principalmente, no final do século XX.

Parece possível inferir que isto decorreu dos próprios avanços das relações sociais, registrados nos movimentos importantes relativamente recentes na história da humanidade, tais como os movimentos abolicionistas, a revolução industrial, a revolução russa, a queda dos regimes autoritários de direita e de esquerda, só para citar alguns. O que há de comum nestes eventos é que de alguma forma eles reivindicavam melhorias nos padrões de vida da sociedade, mormente na conquista de direitos sociais.

Nas variadas investigações e estudos existentes, apesar do esforço de se conceituar “política social” e mesmo propor uma tipologia ou qualquer classificação, há uma concordância entre eles de que não se pode fechar em torno de uma definição. Segundo Coimbra (1998), isto se deve a dois fatores principais, um de ordem circunstancial e outro de origem estrutural.

No primeiro, por se tratar de um fenômeno que passou a ser estudado há pouco tempo como foco da observação sistemática das ciências sociais, principalmente nas últimas três décadas. As obras publicadas, ao longo do século passado, embora existam em grande número, raramente foram compostas de forma acadêmica, seguindo os pressupostos científicos.

O outro aspecto gira em torno da própria natureza difusa e diversa das questões da política social. O autor justifica fazendo uso das idéias de Laura Balbo (Balbo, apud, Coimbra, 1998) que entende “*política social como um conceito guarda-chuva, debaixo do qual coisas muito díspares e até contraditórias podem conviver*” (1998, p. 102).

Coimbra (1998) realiza estudo comparativo dos reconhecidos autores procurando verificar os modelos teóricos existentes na literatura acerca do tema, que mesmo com todas as fragilidades metodológicas ousam a adoção de tipologias que têm a intenção de agrupar os autores tentando identificar suas tendências, crenças e idéias fundamentais.

Nestas investigações, ele analisou um vasto elenco de autores, tanto alguns mais antigos, que são em menor número, conforme já foi dito, quanto outros mais atuais, que se debruçaram sobre o universo da política social. Só para citar alguns: Marx, Weber, Marshall, Beveridge, Keynes, Galbraith, Habermas, Tawney, Titmss, Crossland, Donnison, dentre outros.

Significativa referência mereceu na pesquisa de Coimbra (1998) os resultados de quatro estudos, que em seu escopo, têm por intenção organizar a produção intelectual existente, de forma a propor uma classificação. Os autores que representam estes trabalhos são: Vic George e Paul Wilding; Peter Taylor-Gooby e Jennifer Dale; Robert Pinker, e Graham Room. Os três primeiros trabalhos foram pautados em orientações normativas, que levaram em consideração como elementos constitutivos os valores, e o último ressaltou a vertente política.

Vale fazer menção rápida dos pontos essenciais destes estudos para que se tenha uma idéia da discussão acadêmica entabulada em torno da questão das políticas sociais.

O primeiro registro é sobre as análises de Vic George e Paul Wilding. Eles dividem os autores em quatro grandes grupos: os antioletivistas, os coletivistas relutantes, os socialistas fabianos (ou reformistas) e os socialistas marxistas. Os antioletivistas são contrários a qualquer participação e intervenção do Estado, deixando ao mercado a tarefa reguladora. Já o segundo grupo, George e Wilding apontam Keynes e Galbraith como representantes. De acordo com os autores, neste grupo se colocam aqueles que resistem à idéia da intervenção estatal, embora reconheçam a necessidade de planejamento econômico e reformas sociais. Os dois outros grupos, como os próprios nomes de “socialistas” sugerem, defendem a tese da importância da coletividade sob a proteção do Estado, embora não comunguem dos caminhos para se alcançar esta intervenção estatal.

De acordo com Coimbra (1998), neste estudo é possível identificar duas tendências principais: os que defendem o individualismo, a regulação e a ausência da intervenção do Estado e os que advogam a crença de que o interesse do coletivo deve ser mediado pela intervenção estatal.

Taylor-Gooby e Dale propõem uma outra tipologia com três categorias de autores: os individualistas, os reformistas e os estruturalistas. Coimbra (1998) alerta que

estas subdivisões apresentam deficiência de método investigativo, uma vez que misturam características normativas com estruturais. Além disso, os grupos são compostos de subgrupos que acabam por provocar heterogeneidade incongruente ao se tentar reunir sob uma mesma categoria autores de idéias tão diversas. Usando as palavras de Coimbra *“Taylor-Gooby e Dale realizam a proeza de conciliar abordagens em tudo diferentes”* (p. 70).

Só para melhor compreensão, Taylor-Gooby e Dale agregam dentro dos *estruturalistas* três abordagens de política social: materialismo histórico marxista, o estrutural-funcionalismo e a teoria da convergência societária, alegando que essas correntes de pensamento *“entendem a sociedade como um todo agregado”* (Taylor-Gooby e Dale apud Coimbra, 1998, p. 70). Embora este elemento seja comum a essas correntes de pensamento, Coimbra lembra que em muito diferem em termos teóricos, metodológicos e práticas sociais.

O terceiro estudo citado por Coimbra traz as propostas de Pinker, do fim dos anos 70, que se inspira nos preceitos normativos que procuram relacionar ordem social, mudança social e bem-estar social. Desta forma, o autor apontou para três modelos teóricos de abordagem das políticas sociais: teoria econômica clássica, marxismo (e derivações socialistas) e tradição do coletivismo mercantil. Este último modelo seria uma visão intermediária entre os outros dois grupos que se antagonizam de forma mais evidente.

O último estudo trazido por Coimbra refere-se a Graham Room, coetâneo a Pinker lança idéias muito semelhantes, que, contudo, baseiam-se não em valores e sim em características políticas. O resultado ficou similar, propondo três grandes interpretações das políticas sociais: marxista, liberal e social-democrata.

Coimbra (1998) encerra ressaltando que a despeito de haver muitas contradições e antagonismos de ordem teórica e metodológica nestes principais estudos apresentados, há pelo menos alguns pontos de concordância que valem ser citados. O primeiro e mais óbvio, é que existem vários pensamentos em torno do campo das políticas sociais.

Um outro ponto convergente é a existência de uma polaridade de abordagens teóricas que o autor denomina genericamente de *“individualismo ou liberalismo”* (que deriva da teoria econômica clássica) e o *“coletivismo ou socialismo”* (intimamente ligado

às idéias de Marx). Com isso, vem uma última concordância de que há um pensamento medianeiro, configurando-se numa zona intermediária, na qual cabem os reformistas, os sociais democratas, os coletivistas relutantes.

Assim, aproveitando as ilações apresentadas, e longe do risco de se sustentar uma crença maniqueísta, parece ficar evidente que há dois blocos principais de pensamentos e prática política e social em termos gerais nas diversas sociedades.

As idéias de Pedro Demo (1988 e 1995) corroboram este argumento. Para ele existem duas grandes tendências mundiais de postura política frente ao papel do Estado, subdividindo-se em liberal e socialista.

Na primeira, há o entendimento do livre mercado como eixo coordenador da dinâmica social, sendo o termômetro para a busca do equilíbrio das relações sociais. A competição se acirra na medida em que o melhor vence. Nos setores da economia nos quais não haja interesse de investimentos privados, o Estado é convocado a suprir as necessidades. Neste caso, tende a ser diminuído e jogado para uma posição de coadjuvante quase dispensável para a vida da sociedade.

Na segunda, o Estado adquire proporções gigantescas, garantindo todos os serviços necessários ao bem-estar da sociedade, na perspectiva de socialização do acesso aos meios de produção, de forma mais igualitária a todos.

Nesta perspectiva que parte de uma semelhante concepção de mundo de Demo, e propondo uma elaboração conceitual que não se limita às questões de mérito meramente teórico, vale registrar os estudos de Freitag (1987) que considera que *“política social consiste em certa forma de intervenção do Estado em áreas específicas da sociedade civil que atingem (mesmo que diferencialmente) todas as classes”*¹⁹ (p. 16).

Desta forma, o Estado passa a organizar e reorganizar alguns setores da sociedade, tais como: trabalho, educação, saúde e lazer, dentre outros. Entretanto, segundo a autora,

“essa ‘função’ passou a ser atribuída ao Estado no momento em que a consolidação do modo de produção capitalista estava ameaçada pela deterioração da força de trabalho resultante da exploração desenfreada na fase do capitalismo selvagem” (p.16).

¹⁹ Grifo da autora.

Freitag (1987) alerta que ao se discutir política social no Brasil, houve muitos equívocos teóricos, principalmente em virtude de uma visão paternalista e assistencialista por parte dos órgãos públicos, comunidades de base e mesmo universidades.

Valendo-se também do referencial de Habermas e Offe (apud Freitag, 1987), a autora destaca, entre outros pontos importantes, que a política social não deve ser entendida sob a ótica assistencialista, mas sim em termos econômicos e políticos, não se limitando ao atendimento dos “carentes”. Deve estar voltada para a força de trabalho com vistas ao mercado. Entretanto, deve se colocar a serviço dos objetivos de estabilização social como um todo, abrangendo além da classe trabalhadora ativa, favorecendo, assim, para “*atenuar os conflitos e contradições*” (p.30).

Toda esta breve retrospectiva pretendeu identificar os eixos fundamentais para a compreensão do conceito mais apropriado de política social, na perspectiva da aproximação das investigações no campo teórico com as ações afirmativas desejadas pelo ideário das políticas, mas que, sobretudo, têm uma exigência direta ou talvez concreta de resultados e efeitos.

Constatar que os pensamentos são muitos e divergentes não pode e não deve significar que estejam dissociados da busca dos efeitos. Entretanto, quando o assunto é esse, a dicotomia “teoria/prática” ganha contornos contundentes, pois a crescente demanda pela conquista de direitos para todos os membros da sociedade quase se transformou num desses axiomas, que dispensam justificativas e comprovações.

3.1.1. Visão programática – entre a intenção e a ação

As considerações de Wanderley Guilherme dos Santos (1998) são uma fonte positiva de contribuição para se dar um passo a mais em direção da realidade prática e operacional das políticas sociais.

Seu ponto de partida para o debate, igualmente começa na busca pela formulação de um conceito para política social. Entretanto, ele supera esta dimensão e faz uma proposta em nível objetivo de intervenção no próprio processo de elaboração, execução e avaliação de uma política social com vistas a alcançar as finalidades a que se propõe.

Cético sobre a possibilidade de lograr sucesso na construção conceitual, remonta alguns autores consagrados que ostentam visões antagônicas, para aquecer o debate e fortalecer sua tese de que formular um conceito é improvável.

Trazendo um nome consagrado, Marshall, a quem Santos chama de “liberal paradigmático”, apresenta uma primeira conceituação, citando suas palavras originais extraídas da obra “*Social Policy*” (1975):

“Política Social é um termo largamente usado, mas que não se presta a uma definição precisa. O sentido em que é usado em qualquer contexto particular é em vasta medida matéria de conveniência ou convenção (...) e nem uma, nem outra, explicará de que se trata realmente a matéria” (Marshall apud Santos, 1998, p. 34).

Outro autor utilizado por Santos (1998) é Mishra que, da mesma forma, admite um certo relativismo na elaboração de um conceito de política social, podendo estar certo ou errado, ter um sentido mais estrito ou mais vasto, dependendo de como será empregado.

Do outro lado do fiel da balança, Santos ressalta, entretanto, que os marxistas são mais convictos e têm posições mais afirmativas e permeadas de certezas. Cita a obra “*La politique sociale: étude critique*” (1975), escrita por Xavier Greffe que

“A política social busca assegurar a reprodução das relações sociais, quer dizer controlar e diversificar a produção de valores de uso de tal sorte que os pertencimentos de classes sejam bem-reproduzidos” (Greffe apud Santos, 1998, p 35).

Prosseguindo na mesma direção, Santos (1998) sustenta que Claus Offe tem o pensamento idêntico ao defender que a política social é uma estratégia do Estado de modificar a condição dos trabalhadores não-assalariados em assalariados.

Corroborando com esta observação, Faleiros (2000) entende que política social deva ser considerada a partir “do movimento do capital e, ao mesmo tempo, dos movimentos sociais concretos que obrigam a cuidar da saúde, da duração da vida do trabalhador, da sua reprodução imediata e a longo prazo” (p.59).

É nítida nas reflexões de Santos (1998) uma crítica de que a presente dicotomia conhecimento-realidade concorre para que não se apresentem propostas aplicáveis em termos de políticas sociais. Quem realiza e intervém alega que as teorias não são “realistas”. Mas por outro lado, não menos dicotômica é a postura de quem estuda, que em certa medida não parece se preocupar com uma possível aplicação do conhecimento.

Santos (1998) até arrisca explicar que esse problema de conceito é reflexo da própria gênese da questão das políticas sociais. Ele alega que existe uma incompetência secular de se “buscar” e não “encontrar” solução para o problema da injustiça social que em sua investigação, data de sociedades antigas, e ainda, hoje, está fortemente presente nas sociedades modernas.

“mais do que intrigante, é surpreendente que semelhante indigência analítica não pareça provocar incômodo excessivo nos especialistas da matéria. Tudo se passa como se a mera referência ao fracasso da utopia laissez-fairiana em produzir o paraíso terrestre bastasse como critério para delimitar o conjunto dos problemas teóricos a solucionar, quanto para encontrar as respostas a esses mesmos problemas (p.34).

Na raiz desta questão, um ponto fundamental é que as sociedades já sabem, há muito tempo, que não existem recursos disponíveis para suprir as necessidades e desejos de todos os seus membros. Se não existem recursos suficientes e perduram as necessidades, a equação permanecerá inacabada, apontando para um forte obstáculo ao equilíbrio social – a escassez.

Assim, lembra Santos (1998), esta questão já foi anteriormente identificada e vem sendo arrastada desde outras épocas (e ainda hoje está presente), nas quais “o problema da escassez permeava o pensamento político e econômico, mas não atingia com igual impacto a reflexão ética” (p.37). Acreditava-se que seria possível assimilar o paradigma da escassez, de ordem natural, e ainda sim, manter-se a justiça, de ordem humana.

À luz dos pensamentos de Artur M. Okun, Santos (1998) discute um instigante problema. Estava posto o dilema da escolha entre a equidade na busca da justiça e eficiência com a correta administração da escassez. “Toda escolha social é uma escolha trágica no sentido radical de que, mesmo decisões altamente benéficas reverberam, em algum lugar, metamorfoseadas em mal” (p.37).

Aprofundando, Santos continua “a política social escapa ao cálculo econômico e ingressa na contabilidade ética, no cerne do conflito entre valores, no trágico comércio entre o bem e o mal” (p. 37). Dito de outra forma, fazer política social consiste no permanente exercício da escolha (às vezes trágica) de maneira coerente e consistentemente justa, na busca de uma melhoria para a sociedade.

O grande desafio é esta “coerente e consistente” aplicação de um princípio de “justiça” que seja superior a outros princípios, os quais eventualmente surjam como contrapontos para a tomada da decisão política.

A par das possíveis escolhas deve-se evitar que os princípios utilizados numa tomada de rumos acabem provocando conflitos de coexistência, causando inclusive a negação ou supressão de algum deles.

Entretanto, nem sempre isso é exequível. Esta situação é tão delicada que mesmo se as decisões políticas se baseiem num único princípio, na tentativa de se evitar um eventual e inesperado choque de valores, isto será impossível. A explicação é que mesmo um só princípio produz resultados não desejados e programados, quando aplicados uniformemente em qualquer circunstância.

O alerta de Santos (1998) é mais eloqüente quando defende, por exemplo, que se tomados dois critérios distintos da acumulação de capital e da equidade, pode-se afirmar que ambos, em termos absolutos, se excluem como valores. Deste modo, o processo de tomada de decisão terá como consequência apenas uma mudança relativa do perfil de desigualdades existentes.

Estas conjecturas do autor formam uma argumentação apropriada, visando demonstrar que de uma forma ou de outra os riscos de erros são quase uma certeza. Falando de outra forma, posturas políticas que se alinhem de uma forma linear e uniforme numa única posição, ou num só princípio estarão fadadas ao equívoco, ou a resultados indesejáveis.

Neste contexto, cabe um comentário ilustrativo, tomando-se emprestado a fala de Cristovam Buarque²⁰. Ele disse que trabalhar pelo aumento da riqueza na busca do crescimento econômico, não causa necessariamente impacto na diminuição da pobreza. Mais do que um jogo de palavras, isto parece apontar para a existência de equívocos na elaboração das políticas sociais, com seus pressupostos e princípios, aos quais faz referência, as reflexões de Santos (1998).

Em seus estudos, o mesmo autor destaca, ainda, algumas dificuldades enfrentadas pelas políticas consideradas sociais, as quais engendraremos progressivamente

²⁰ Cristovam Buarque (ex-governador do Distrito Federal), durante palestra proferida na I Conferência Nacional sobre Educação, Cultura e Desporto, promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto – da Câmara dos Deputados, em Brasília, em novembro de 2000.

neste debate. Mais à frente, quando for tratada especificamente a Política de Lazer buscar-se-á a necessária aplicação ao campo do esporte e do lazer.

A primeira dificuldade é exatamente o constrangimento da aplicação uniforme de um princípio, já mencionado. A esse respeito o que fica como estratégia importante qual deverá ser o critério de tomada de decisão mais adequado para os fins que se pretende atingir.

Um segundo problema é de ordem de conteúdo. O que pode ser tipificado uma política realmente social, uma vez que outras escolhas e decisões também gravitam no universo das políticas e diretrizes. De uma forma geral as políticas muitas vezes causam impacto social, por mais que tenham seus objetos outras esferas e domínios, tais como os transportes, as exportações, produção de energia, o saneamento, a saúde, podem ser consideradas socialmente dependentes.

Sobre isso, vale ressaltar as observações de Faleiros (2000), as quais defendem que

“esses domínios de intervenção são denominados sociais por questões históricas e ideológicas. O fato de se apresentar como social uma medida de política governamental, faz com que pareça boa à população. Assim, quando o governo fala de prioridades sociais, de prioridades humanas, aparece como defensor das camadas pobres, ao mesmo tempo em que oculta e escamoteia a vinculação dessas medidas à estrutura econômica e à acumulação de capital” (p. 62).

Um último comentário provisório, pertinente a esta temática de conteúdo e domínio é que não há quase nenhum registro que apropria e reconhece o campo do lazer como alvo de ação das políticas sociais.

Outra dificuldade descrita por Santos é a de mensurar os efeitos e respectivas repercussões das políticas sociais adotadas na solução de questões desejadas. Por exemplo, partindo da premissa de que existem vagas suficientes para atender todas as crianças em idade escolar no Ensino Fundamental, o aumento de crianças nas ruas, atuando como vendedores ambulantes, não tem ligação com a política educacional e sim, com a política salarial ou de empregos.

Outro problema de uma política social é acerca de seu financiamento. Afinal, é sempre um desafio administrativo determinar a origem das fontes. *“Quem paga, o quê e para quem?”* (Santos, 1998, p.61).

Se um determinado benefício for endereçado para um segmento social específico, não parece simples definir correta e coerentemente quais membros da sociedade devem ser onerados, e em que medida.

Neste contexto, cabe trazer as observações de Faleiros (2000) que insere toda e qualquer discussão acerca das políticas sociais no contexto capitalista. Inspira-se em James O'Connor que defende que o Estado Capitalista exerce duas funções: acumulação do capital e a legitimação da ordem social. Assim, a aplicação das despesas respeita estas duas funções. A acumulação é feita por meio dos investimentos, como os seguros sociais, que buscam o aumento da produtividade da força de trabalho e com a estrutura produtiva. A legitimação é alcançada a partir de despesas sociais que visam manter a harmonia social, como a assistência social. Além disso, Faleiros (2000) completa que em verdade, *“os gastos com a acumulação vêm favorecer a legitimação do Estado”* (p. 78).

Ainda dentro desta análise, se “alguém” paga, “alguém” recebe. Por diversas vezes foi dito que estas políticas sociais eram destinadas a parcelas da população desfavorecidas. Faleiros (2000) formula crítica pertinente de que *“ao implantar políticas sociais com intenção de reintegrar os desviados sociais, estes são marcados pela própria existência dessa política social em relação ao desvio, agora definido como anormal”* (p.63).

Uma outra dificuldade de ordem bem operativa é que uma política social prescinde de um bem sucedido processo de implantação. Apesar de uma política social ter sido fruto de uma boa formulação, podem ocorrer empecilhos e prejudicar sua implantação, o que influenciará por certo na posterior implementação. Dois fatores são identificados para que isto ocorra. A falta eventual de recursos humanos para sua aplicação, quer seja pela ausência quantitativa de pessoal ou deficiência qualitativa das novas atribuições.

Uma vez que este não seja o ponto, outra causa possível, mencionada por Santos que também impõe dificuldades na implantação diz respeito à *“atitude do pessoal, administrativo ou técnico-especializado em relação à política, ao grupo alvo da política, ou em relação a ambos”*. Numa espécie de *“sabotagem burocrática e a displicência técnica na execução”* (Santos, 1998, p.64) como sugestão para solução deste problema, o

autor diz que proporcionar incentivos para agentes envolvidos pode funcionar positivamente.

Uma última questão levantada por Santos (1998) está relacionada às dificuldades de avaliação da eficácia das ações das políticas sociais específicas. Semelhante ao desafio de mensuração das informações para a elaboração das propostas, avaliar figura entre pontos fundamentais de correção de curso e implementação de novas fases.

Diante deste espectro de problemas que acometem e comprometem o desenvolvimento de uma política social, invalidando os resultados desejados, a atitude dos responsáveis deve ser de busca permanente de motivação, criatividade e, sobretudo, de persistência, tentando verificar as diversas fragilidades possíveis relacionadas com a política, observando-se todas as fases de sua execução.

Neste contexto, cabe assinalar ainda a importância da avaliação de uma política social. Esta tarefa constitui-se num grande desafio por vários aspectos. O primeiro deles é que os dados sociais não são de simples mensuração, uma vez que não se aplica facilmente a equação “custo-benefício”. Há que se compreender o que realmente é avaliar uma política social, diferenciando do processo de análise. A grosso modo, pareceria a mesma coisa, porém, uma análise examina a instituição e os dados constitutivos do programa, levantando os possíveis caminhos que serão empregados, bem como as características das ações implementadas, buscando identificar o todo da proposta (Arretche, 2001).

Entretanto, somente a avaliação de uma política social pode aferir por meio de métodos e critérios objetivos o impacto das intervenções, na busca de uma relação causal entre resultado e programa, observando-se a efetividade, eficácia e eficiência. O primeiro critério seria identificar os resultados finais produzidos por uma dada ação de política social, verificando se houve efetiva mudança nas condições de vida do grupo focado. A grande dificuldade deste item é comprovar se os resultados encontrados estão realmente ligados de maneira causal com a intenção programática. A eficácia é o critério mais utilizado em termos de avaliação, pois permite medir se as metas desejadas onde foram alcançadas, os dados são predominantemente quantitativos.

O terceiro critério apresenta-se como muito carente e urgente no processo de avaliação das políticas sociais, principalmente quando se toma o caso brasileiro como foco. A devida aplicação e gestão dos recursos existentes têm sido o grande gargalo das políticas

públicas no país. Apesar de fortemente marcada pelos aspectos quantitativos, uma vez que busca sempre a redução dos custos e dos gastos, não se pode esquecer que em determinados casos o correto e desejável será a adoção de subsídios, devidamente aplicados (Arretche, 2001).

Outro fator que merece menção é que as dificuldades no processo de avaliação, especificamente das políticas do setor público, se explicam pelo “*constrangimento visível e explícito das autoridades públicas de serem investigadas e avaliadas as ações resultantes dos programas que dirigem*” (Lobo, 2001, p.76). A possibilidade de vir à tona das práticas indesejáveis e mesmo de resultados insignificantes pode inviabilizar a consecução de uma avaliação.

No domínio do lazer, vale destacar as considerações de Bramante (1997) sobre a importância da avaliação no processo de planejamento e implantação de políticas e programas públicos ou privados, ao dizer que “*se faz muito, planeja-se pouco e avalia-se quase nada. Esse ‘descompasso’ administrativo interfere diretamente na otimização dos recursos existentes, repercutindo negativamente na qualidade da experiência de lazer das pessoas*” (p.128).

Reafirmando a contribuição na dimensão operacional, vale ainda trazer uma classificação proposta por Santos (1998), descrita a partir do sentido estrito. Assim ele diz que as políticas sociais podem ser preventivas, compensatórias e redistributivas. O primeiro grupo refere-se a políticas que impeçam ou diminuam a geração de um problema social de gravidade, influenciando assim na causa de novas possíveis dificuldades. A segunda categoria, as políticas compensatórias, tenta remediar os efeitos das políticas preventivas mal executadas, ou situações anteriores não previstas adequadamente, por negligência ou obsolescência. E por fim, o terceiro grupo, refere-se à direta transferência de recursos de patamares e segmentos superiores para os inferiores.

Recapitulando a trajetória percorrida até este ponto, ficou claro que além das dificuldades de caráter conceitual que envolve o campo da política social, são muitos os problemas de ordem de operação prática enfrentados no âmbito da escolha, elaboração, implantação e implementação.

Em comum nas visões de Freitag, Coimbra e Santos e os demais autores trazidos ao bojo desta investigação, é que em certa medida existe a tendência de dois blocos

antagônicos nos quais o Estado tem maior ou menor influência mediadora. Independente da sintonia conceitual espera-se de uma política social elaborar um conjunto de ações que se baseiam em princípios, que tenham por objetivo contribuir na construção de uma vida social com um certo predomínio da igualdade de direitos por meio da equidade de oportunidades.

As dificuldades de compreensão dos domínios e limites transitam do prático ao conceitual, provocando um certo círculo vicioso que não distingue com clareza o que é efeito do que é causa. De concreto neste debate é que a sociedade moderna com a evolução das conquistas sociais está exigindo estruturas organizativas que se proponham a sair do risco do imobilismo teórico que tende a traçar uma dinâmica vertical que se propõe apenas entender, para uma atitude ativa que promova avanços horizontais abrangendo um conjunto maior dos membros da sociedade.

Aproximando estas considerações de âmbito geral, no campo das políticas sociais, fica ainda um ponto pendente de natureza específica. Tendo em vista a questão da escassez, onde o lazer entra no rol das possíveis necessidades identificadas e assumidas pelos membros da sociedade?

Trazendo um pouco das argumentações amadurecidas na parte inicial deste trabalho, no capítulo dedicado à compreensão do tema lazer, já foi dito anteriormente a ligação íntima entre trabalho e lazer. Vale rememorar que em certa medida, na escala do grau de importância e relevância as experiências de lazer com esmagadora incidência muitas vezes foram associadas à atividade supérflua e, portanto, se necessário, descartável dentro das escolhas comuns das pessoas.

Exemplo simples disso é a imediata suspensão de verbas que se destina a atividades de lazer quando se torna necessário empreender cortes nos orçamentos, inclusive, nos orçamentos domésticos. Assim, as viagens de férias, as visitas aos teatros, as cotas de clubes, as pequenas reuniões festivas são imediatamente suspensas em nome das primeiras decisões administrativas. O foco aqui não é de natureza de procedimentos e estratégias administrativas. O âmago da questão é o quão trágico pode representar uma escolha, ao se observar o direito ao lazer enquanto “seu grau de necessidade”. Dito de outra forma, entre lazer e saúde, qual será a defesa em prol do lazer?

Ainda, a título de ilustração, no advento do racionamento de energia ocorrido no Brasil, em grande parte do ano 2001, observou-se como as experiências de lazer foram tratadas enquanto categorias de menor importância.

Às vésperas do período de festas juninas e do período de férias, a primeira medida baixada, em forma de decisão linear, foi proibir a realização de qualquer festa ou evento esportivo após as 18 horas. Uma resolução que partiu da premissa de que o ser humano pode viver sem festa, sem esporte e sem lazer, afinal, o horário noturno, ainda representa significativa concentração de “folga” para a maioria dos segmentos profissionais.

Entretanto, a então, denominada Câmara de Gestão da Crise, formada por técnicos, burocratas ou por quem não denominá-los tecnocratas deu uma demonstração do que pode representar o lazer no rol das necessidades, que gravitam no imaginário do pensamento da burocracia moderna. Ao lado disso, demorou-se a chegar à proposta de estabelecer um programa de racionamento e economia a partir de metas para cada região do país – transitando de 10% a 20% - e não por horário ou por natureza de atividade.

Esse fato, apenas aquece o acirrado debate sobre quais são as necessidades do homem e sua respectiva hierarquia. Cabe, assim, uma breve incursão na abordagem deste tema. Tendo em vista que uma política social também trabalha na perspectiva de suprir necessidades travestidas em roupagem de direitos sociais, consagradas e assumidas pelo conjunto da sociedade como importantes e que, portanto, devem ser viabilizadas.

3.1.2. Política de lazer: necessária ou supérflua?

Conforme o que já foi mencionado, em variados estudos sobre políticas sociais, predomina a matriz da vertente econômica como ponto central das discussões, talvez em virtude de ser através do poder econômico que se adquira todas as demais “coisas”. Condições mínimas e necessidades básicas são terminologias presentes nos estudos que falam de “mínimos sociais”.

Falar das necessidades humanas exige do interlocutor cuidado para não cometer nem exageros de um generalismo ingênuo nem reducionismos. Entretanto, ainda é predominante a forte tendência de segmentar o ser humano em compartimentos herméticos

que não se interagem entre si, e dentro disso, a partir de suas necessidades, passam a se formar as partes. As demandas políticas, econômicas e tantas outras mais urgentes e incontestáveis terão primazia nessa suposta “geografia humana”.

Mas, será mesmo que na hierarquia dos valores importantes do mundo moderno, mesmo assim, permanecerá inalterada a posição ocupada pelo lazer na experiência humana? Será possível sustentar ainda nestes tempos atuais das complexidades, das inteligências múltiplas, das contradições que convivem lado-a-lado que o lazer continue ocupando a marginal do processo político decisório?

Os orçamentos mínimos, as preocupações técnicas e a ineficiência das ações afirmativas traduzem esta limitada e ultrapassada visão da “hierarquia das necessidades” consideradas mais importantes por estarem ligadas ao valor da produção²¹, haja vista que em princípio o lazer traz em seu bojo a premissa da não produção ou por que não dizer, produtos “imateriais”.

Pereira (2000) em sua obra “Necessidades Humanas” discute o conceito de mínimos sociais e sua relação com as necessidades humanas. A íntima ligação entre mínimos sociais e mínimos de subsistência é criticada pela autora presente em diversas etapas da história da humanidade das sociedades divididas em classes, atuando de forma emergencial junto a grupos de pobreza extrema.

Em meados do século XX, ampliou-se a compreensão desses mínimos sociais, precisamente, a partir do Plano Beveridge, regendo a Seguridade Social, na Inglaterra, mais exatamente em 1942. A importância desse plano é que ele adotou procedimentos “*de investigações, diagnoses, avaliações e propostas interventivas no processo de identificação das necessidades humanas*” (Pereira, 2000, p. 19), a fim de subsidiar na elaboração das políticas que enfrentaram tais deficiências.

Outro aspecto importante, é que a par das mudanças na concepção, na metodologia e na prática da proteção social houve modificações internas das relações sociais que permitiram que as ditas classes desfavorecidas, alvos das políticas, passassem a utilizar mecanismos de mobilização e reivindicação, conseguindo transformar as “*necessidades em questões e incluí-las na agenda política vigente*” (p. 20).

²¹ A saúde e a educação podem ser consideradas condições básicas que garantem o ser humano saudável, apto e treinado para sua inserção no mundo produtivo.

Dito de outra forma, a transformação de uma necessidade em pauta de discussão contribuiu para o avanço, uma vez que, sendo problematizadas passaram a ser tratadas como questões sociais sérias, as quais prescindem do equacionamento em forma de políticas eficazes.

No Brasil, o processo de proteção social ganhou força de direito social, a partir do propugnado pela Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, que estabelecem que o Estado deve se responsabilizar pelo provimento dos mínimos sociais por meio de um conjunto de ações que atendam as necessidades básicas de grupos que não estão engajados ao sistema produtivo, a saber, os idosos, os portadores de deficiência, dentre outros. A idéia de assistência, embora em princípio possa ser dirigida a todos os segmentos da sociedade em determinados casos, neste contexto emerge enquanto paradigma de atendimento a populações em risco, ou que demonstrem desvantagem social.

Embora a existência da LOAS represente avanço, fica frágil ainda a concepção do que deve ser entendido por “mínimo” e a equivocada associação com a idéia de “básico”, conforme a lei prevê logo no Art. 1º. Lembra, acertadamente, Pereira (2000) que estes verbetes não são sinônimos. Mínimo traduz o conceito de menor, de menos, no limite mais ínfimo. Ao contrário, básico carrega consigo a conotação de fundamental, basilar, portanto, principal e primordial. Assim, parece ser difícil imaginar que os mínimos (talvez quase ínfimos recursos) possam ser capazes de suprir necessidades básicas ou fundamentais. A posição entre o objetivo planejado está abissalmente distante da sua viabilidade concreta.

Neste ponto, vale uma reflexão não prevista pela autora. Seria possível incluir o “lazer” no rol destas necessidades básicas? Explicitamente em vários momentos de seu trabalho, nem de longe, há qualquer brecha que possa autorizar esta inclusão autônoma. Obviamente, um primeiro argumento conciliador é lembrar que o estudo refere-se a uma abordagem político-econômica para análise das “necessidades humanas”, nas quais se incluem as condições “fundamentais”: habitação, saúde, educação e renda. O lazer tem que se contentar com a categoria “etc”. É lá, neste lugar indefinido, que ele pode encontrar algum lastro que justifique sua presença.

Não pára por aí este “esquecimento”. Um silêncio existente no estudo das políticas sociais que estabelece o vazio desta dimensão humana – do lazer, o estandarte da não produção. Os exemplos são inúmeros. Em que pese a pouca profundidade típica dos Programas de Governos dos Partidos Políticos, em sua maioria ou não citam, nem mesmo “superficialmente” suas propostas para o lazer ou quando o fazem lançam o lazer como um conceito abstrato, quase subjetivo ou, quando concreto, o abordam de forma, reducionista e, por vezes, equivocada.

Parece mesmo que os gestores e os responsáveis pelas políticas sociais ainda consideram a escala de Maslow, que hierarquiza as necessidades humanas, como referencial teórico em suas decisões muitas vezes trágicas.²² Mesmo cabendo a ressalva, que este estudo compõe a teoria da motivação, diretamente ligada ao comportamento humano, serve como subsídio para entender a existência do pressuposto de que há uma forte crença, bastante arraigada, construindo uma classificação das necessidades, baseado na premissa de que umas são mais importantes que outras.

Maslow, na década de 40, defendeu que as necessidades estariam divididas em dois grandes grupos dispostos numa forma piramidal: as necessidades primárias e as secundárias. No primeiro grupo, estariam as necessidades fisiológicas (ar, comida, descanso, sexo etc) na base, seguida da necessidade de segurança (proteção contra o perigo e a privação), o segundo grupo, compondo o restante da pirâmide, estariam as necessidades sociais (amizade, inclusão em grupos), seguidas das necessidades de estima (reputação, reconhecimento, respeito etc.) e por fim, no topo estariam as necessidades de auto-realização (utilização plena dos talentos individuais) (Chevienato, 1979).

Embora, o próprio Maslow tenha alertado que era possível se atingir concomitantemente outras categorias de busca de satisfação das necessidades, estava posto que havia as mais inferiores e mais elevadas.

Ora, o lazer se encaixaria em quais destas categorias? Na perspectiva de Dumazedier (1974), de imediato estaria no patamar das necessidades fisiológicas, observando-se a função de descanso. Enquanto desenvolvimento gravitaria nas três últimas. A função divertimento, talvez por ser menos nobre para o mundo da produção, não tem

²² Esta questão das “decisões trágicas” ou “escolhas trágicas” foi tratada por Wanderley G. Santos, o qual indica referências Guido Calabresi e Phillip Bobbit, *Tragic Choices*, New York, Norton, 1978.

rápida justificativa, como se possível fosse, prescindir da dimensão lúdica do lazer, que em primeira análise é uma de suas grandes riquezas.

Buscando trilhas para uma resposta de identidade para que não paire tantas certezas ou dúvidas sobre o reconhecimento do direito ao lazer, podendo ser considerado como necessário a natureza humana, cabe remontar as reflexões de Magnani, (1998) em pesquisa retratada na obra “Festa no Pedaco”.

O autor vislumbrou uma ótica diversa da tradicionalmente utilizada de analisar o universo da classe trabalhadora, geralmente, guiadas pela lógica do capital. Ele propôs partir de outro ponto “*as diferentes formas de entretenimento e cultura popular que preenchem o tempo de lazer*” (p.29).

Magnani (1998) justifica que apesar dos riscos envolvidos de se partir do lugar “lazer”, por ser a antítese de onde se possa formar a consciência de classe. Lazer é considerado por eles como sendo uma

“atividade marginal, instante de esquecimento das dificuldades cotidianas, lugar enfim de algum prazer – mas talvez por isso mesmo possa oferecer um ângulo inesperado para a compreensão de sua visão de mundo: é lá que os trabalhadores podem falar e ouvir sua própria língua” (p. 30).

Os estudos deste autor anunciam que também o lazer deveria ser assumido sem tantas contradições e escusas como significativa área da dimensão humana, que exigiria, inequivocamente, o olhar atento dos elaboradores e gestores de políticas sociais, apesar de correr o risco de ser seqüestrado, em definitivo, pela lógica de mercado, sendo abordado como um mero produto da indústria cultural e não como um direito social.

3.1.3. Políticas públicas de lazer escritas e não escritas

Como já foi dito anteriormente, o que fica claro é que à concepção de política pública agrega-se à idéia de tendências, princípios e ações, numa mescla que transita entre o conceitual e o operacional.

Assim, vale tomar os dizeres de Rezende (1997), que em seus estudos acerca de políticas da área de saúde, reforçam a compreensão acerca de política social considerando-a

“uma equação a dois braços, representada de um lado por um conjunto de intencionalidades e de outro por práticas concretas, conjunto este que mostre uma certa continuidade no tempo e significação regional” (p. 16).

Nesse sentido, o Estado catalisa os anseios e recursos disponíveis para promoção e atendimento das necessidades de cada membro da sociedade.

No campo do lazer, é notória a carência de políticas sociais do ponto de vista quantitativo, situação que também não muda quando se observam as propostas existentes do ponto de vista qualitativo.

É recorrente, nos incontáveis discursos proferidos pelos diferentes agentes políticos, os técnicos e os partidários das variadas hierarquias, análises e considerações sobre as “políticas governamentais empregadas”. Curioso fenômeno é que no campo do lazer, com algumas exceções, há uma vertiginosa ausência de diretrizes claras, inclusive, a contar pela significativa carência de documentos oficiais publicados pelos órgãos competentes.

Esta vacância de propostas definidas, também, esclarece sobre o papel de relevância do lazer, enquanto dimensão de direitos e conquistas sociais. As possíveis causas disso já foram abordadas de diferentes maneiras nas partes anteriores deste trabalho.

No entanto, duas questões novas surgem. A primeira trata de buscar melhor entendimento se uma política é aquilo que está escrito ou aquilo que se pratica. São as normas vigentes que delineiam as ações operativas fundamentadas ou são apenas os reflexos das ações executadas? Somente o que está escrito por um documento formal e estruturado pode ser considerado, então, como política pública?

Se assim fosse, a se falar pelo pouco que foi escrito no campo do lazer no Brasil, quase, poder-se-ia limitar este pressuposto, tão somente, às leis. Além disso, seria preponderante considerar, também, toda a legislação esportiva uma vez que o lazer ganhou espaço tímido na Constituição Brasileira de 1988 dentro desse campo, o que ainda sim, representou enormes avanços no debate dos direitos sociais.

Até o momento, não existe uma Política Pública Nacional de Lazer. Entretanto, há registros da iniciativa tímida de estabelecimento de uma política para o setor. Isto se

verifica por um estudo preliminar²³, que se encontra paralisado nas instâncias federais do governo. Cabe mencionar, que o referido documento foi apresentado em dois encontros de abrangência nacional, envolvendo profissionais da área, com a finalidade de receber sugestões e críticas, porém sem maiores desdobramentos.

Merece referência que o documento aponta para o caminho da municipalização do lazer, corroborando para o objeto deste trabalho - a Política de Lazer do Município de Sorocaba, a qual já existe há mais de 25 anos, contrariamente ao cenário nacional.

A grande primazia do que há publicado ou registrado em termos de política oficial escrita está inserido no universo desportivo e não especificamente do lazer, conforme é possível confirmar a partir das investigações de Manoel José Gomes Tubino (1992 e 1996) que em diferentes trabalhos analisou a trajetória da legislação existente e alguns documentos e planos de apoio. Vale lembrar que o lazer aqui entendido pressupõe diferentes interesses culturais, dentre os quais encontram-se os físicos esportivos.

Outros dois estudos endossam, em certa medida estas assertivas. Trata-se das pesquisas de Ribamar (1995) e Linhales (1996). Mesmo assim, o fato de não existirem políticas documentadas, bem como a pouca referência também podem significar muito. O ato de “não fazer” pode, também, ser entendido como uma forma de política, dando uma dimensão, do vazio deixado por esta lacuna. Importa mencionar, ainda, alguns esforços recentes de sistematização e publicação, presentes nas obras organizadas por Marcellino (1996 e 1999).

Nesse contexto, paira uma pergunta inevitável: como uma área considerada importante por inúmeros estudiosos e pesquisadores multidisciplinares, principalmente, na segunda metade do século XX, permaneceu num expressivo imobilismo no que tange a ações propositivas, a partir destas reflexões maduras e providências palpáveis?

Cabe lembrar, que o campo esportivo (e agora recentemente se fala em lazer como ação de governo) esteve, predominantemente, sob a égide empírica de militares,

²³ Em novembro de 2000, o então Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte – INDESP iniciou um processo de concepção de uma Política Nacional de Lazer, contando com a colaboração dos professores Dr. Antonio Carlos Bramante e Dr. Nelson Carvalho Marcellino. O referido documento foi apresentado no 12º Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL, realizado no Balneário de Camburiú- SC. No mesmo mês, ocorreu em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto “Desafios para o Século XXI”, na qual foi apresentado documento alusivo a este processo de elaboração de uma Política de Lazer, denominado de “Subsídios de Uma Política Nacional de Lazer”.

esportistas aposentados, simpatizantes e afeiçoados, e bem pouco foi acompanhado por profissionais e estudiosos das áreas afins.

Desta forma, não parece ser equivocado dizer que as “intenções governamentais” se basearam no imediatismo dos resultados desejados, presentes nas concepções militares e que propalavam a alta seletividade, reproduzindo o pressuposto que o melhor vence. Assim, acabavam reforçando a idéia de que as regras deveriam ser impostas por um mercado, considerando o tempo cada vez mais um produto a ser consumido.

Dando seguimento a esta linha de raciocínio cabe ainda o espaço para algumas reflexões de cunho comparativo. Um dos frutos positivos do famoso Plano Beveridge, que cuidava da proteção social para a Inglaterra, foi a mobilização dos segmentos sociais beneficiários, potencializando as ações. Este fato contribuiu para a ampliação da compreensão de que as necessidades providas e atendidas pelo Estado eram mais do que uma questão individual tratava-se de um problema mais profundo da sociedade em geral.

Nesta injunção social pode-se vislumbrar que na convivência entre seus membros e na sua relação com o Estado, fomentando uma previsível mobilização (como o processo ocorrido na Inglaterra) os grupos estabelecem um processo participativo que se inicia no âmbito individual e se confirma no coletivo. Esta participação precisa ser forjada entre os membros da sociedade, como defende Ferreira (1996):

“não se sustenta mais o projeto de formar cidadãos que pensassem em poder resolver sozinhos seus problemas, mas pessoas que percebam o quanto precisam caminhar junto com outras, aprender a negociar conflitos, ganhar e seduzir seus companheiros para projetos que atendam aos anseios coletivos, atores de um campo complexo de relações onde a reciprocidade possa prevalecer” (p. 97).

Transportando para a questão da formulação de uma política de lazer, ressalta-se um aspecto que ganha contornos importantes, qual seja, que o lazer, enquanto dimensão humana oferece um significativo potencial socializador. Dito de outro modo, no âmbito do lazer, a participação é considerada elemento importante para sua vivência e existência. Ao mesmo tempo em que é desejado como fim e meta, a participação, também, pode ser considerada como meio e estratégia, permitindo galgar maiores conquistas numa cadeia progressiva.

Na perspectiva desta investigação, interessa entender a animação promovida dentro da Política de Lazer de Sorocaba. Se animar é trazer “vida”, pressupõe-se este elemento socializador, que ao mesmo tempo em que concita ao engajamento numa experiência específica, de outro lado cria oportunidades de inter-relações, nas quais as pessoas tomam parte individual e coletivamente na criação e manutenção para que estas experiências sejam criadas e garantidas.

3.1.4. Antes da política de lazer veio a política de esporte

Se ainda não há registro da implantação de uma Política Nacional de Lazer, com o Esporte a situação foi outra. Antes de mais nada, faz-se necessário explicitar que os poderes públicos e o senso comum têm a tendência de tratar esporte e lazer como sinônimos devido a equívocos conceituais e provavelmente em virtude das similitudes inerentes a ambos.

Desta forma, para efeitos de construção do cenário histórico, este estudo tomou emprestado alguns resultados da investigação de Linhales (1997) sobre a Política Esportiva Brasileira, que em diversos momentos e aspectos estabelece íntima relação com as diretrizes estatais, propostas para o campo do lazer, identificando diversos movimentos relevantes.

No contexto do lazer, o “esporte” é tratado como um interesse cultural de vivência de atividades de natureza físico-esportivas. Esporte enquanto área de conhecimento tem lógica e conceitos próprios e apresenta características diferentes, as quais não são o foco deste trabalho.

Voltando à história, o Estado passou a interferir no setor esportivo a partir dos anos 30, em nome dos interesses nacionais, agindo através de práticas tutelares, corporativas e arbitrárias, perdurando este quadro por cerca de cinco décadas.

No período da ditadura, os militares, prometendo coibir o populismo exacerbado presente no esporte, se utilizaram, contraditoriamente, do próprio esporte como instrumento para arregimentarem uma *“imagem de integração e desenvolvimento nacional”* (Linhales, 1997, p.225).

O esporte, entendido aqui como prática de lazer, passa a ser considerado elemento compensatório aos efeitos da industrialização e urbanização crescentes. Entretanto, mais uma vez caindo em contradição, o Governo Militar investiu no esporte de alto rendimento, ao invés de promover um esporte de participação preocupado em incluir o maior número possível de pessoas, fato que concorreu para a elitização de sua prática e não para a ampliação de acesso.

A autora continua suas considerações afirmando que o pensamento vigente repousava na premissa de que com a massificação haveria a produção de um celeiro de atletas favorecendo a um aumento dos talentos esportivos, defendendo a arquitetura piramidal que hierarquiza da base ao ápice, para onde devem ser canalizados os esforços e recursos.

Com o processo de abertura política, a atuação do Estado passou a ser criticada por alguns segmentos que denunciavam a utilização do esporte como instrumento de alienação e reprodução do modo de produção capitalista, sem contudo, apresentar propostas superadoras.

Tanto para Linhales (1997) quanto para autores como Tubino (1992), a entrada do esporte e lazer no texto da Constituição de 1988, transformou-se em um marco, na medida em que são reconhecidos como direitos sociais.

Concluindo este breve resgate histórico, a legislação esportiva posterior a Constituição, (principalmente as leis Zico e Pelé) enalteceram a participação dos cidadãos e demonstraram a preocupação com a ampliação do acesso, mas não ofereceram estratégias para sua viabilização, baseando-se na *"idéia central de que a autonomia e a liberdade dos agentes, por si sós, garantirão a democratização pretendida"* (Linhales, 1997, p.227).

Esta constitucionalização do lazer reitera seu reconhecimento enquanto necessidade humana, ao assegurá-lo como direito social legítimo. Contudo, permanece pressionado. De um lado, como bem de consumo às vezes caro, alienante e desnecessário. Do outro, como espaço psicossocial favorável à experiência humana de participar de formas criativas e variáveis da sociedade.

Da mesma forma, uma política social deve levar em consideração esta realidade, tomando-a como ponto de partida para suas proposições e intervenção.

Entre as intenções e negligências propostas por uma política social, Freitag (1980) lembra oportunamente, a partir de seus estudos sobre a Política Educacional Brasileira, ao investigar a performance e os resultados do processo educacional público, que mesmo os planos traçados podem provocar, além dos resultados desejáveis, em alguns casos, os não desejados.

Esses efeitos “não-programados”, trazendo o inesperado, ocorrem porque uma política social trabalha com pessoas e não com elementos objetivos. Essa autora batizou este fenômeno como “movimento pendular” que percorre o caminho entre dois pontos: da finalidade original (procurando atenuar conflitos) ao resultado não programado (ao gerar capacidades humanas de dinamizar potenciais emancipatórios).

Esta condição adquirida, por sua vez, permite aos sujeitos realizarem mobilizações diferentes a partir da reflexão sobre a realidade e das intenções destas mesmas políticas sociais, enfim, o efeito final pode ser imprevisível. O mesmo pode ocorrer numa intervenção no campo do lazer. As estratégias aplicadas podem originar efeitos não pensados, na medida em que uma experiência de lazer envolve aspectos ricos de sentidos e significados que permite ao participante se colocar, se expressar, criar, dentre outras possibilidades.

3. 2. POLÍTICA URBANA DE SOROCABA – FOCO NO LAZER

Ao lado do processo de desenvolvimento da organização e administração do lazer na esfera municipal, o qual pôde referenciar a origem e o avanço programático do esporte e lazer, faz-se oportuno resgatar igualmente o processo de ocupação do espaço, pois o lazer acontece em algum “espaço”.

Interessa a este estudo, percorrer fatos marcantes da história, ao tempo em que mais relevante se torna, identificar as concepções e possíveis representações presentes nos documentos e aspectos analisados.

Para melhor compreensão deste desenvolvimento da cidade de Sorocaba, seus planos diretores e políticas urbanas, torna-se relevante compreender a própria origem e desenvolvimento das “cidades”, uma vez que estes fatos subsidiarão as investigações a respeito do município, reunindo seus aspectos históricos e geográficos.

3.3.1. Organizando a cidade – planejamento urbano

Muito foi dito sobre a “ocupação do espaço” discutindo a origem da “cidade”, seu desenvolvimento histórico, levando-se em conta aspectos econômicos, geográficos e sociais, entre outros. Continuando esta abordagem, propõe-se agora uma breve reflexão acerca do processo de ordenamento da ocupação destes espaços - o planejamento urbano ou processo de urbanização das cidades.

Visando orientar esse processo de ocupação dos espaços geográficos, surgiu a necessidade da eleição de critérios os quais minimizassem possíveis desequilíbrios gerados por ações de caráter individual e potencializassem benefícios comuns tendo o coletivo como foco.

Neste contexto, apareceu o Urbanismo com estreita relação com a Arquitetura, tendo como objetivo estudar a formação e desenvolvimento das cidades ou das chamadas áreas urbanas.

Sob a perspectiva da planificação e organização espacial, observou-se que a cidade apresentou diferentes formas e modelos de traçados. Na antiguidade, muitas cidades romanas eram construídas conforme um padrão em forma de “xadrez”, com os edifícios públicos localizados no centro, em posições estratégicas.

Na Idade Média, com a retração da vida urbana, desapareceu a preocupação com o planejamento de cidades. Entretanto, algumas das principais cidades construídas pelos colonizadores espanhóis na América obedeceram a um plano inicial (Benévolo, 2000).

Mais tarde, em consequência da Revolução Industrial, o aparecimento de problemas de saúde pública, saneamento básico, abastecimento, poluição, lazer, dentre outros, com a formação dos grandes centros industriais, provocou a necessidade de planejar o desenvolvimento urbano. Concorreram para isso, o aparecimento dos modernos meios de transporte terrestre (ferrovia, metrô, automóvel), que, simultaneamente, trouxeram para o tráfego urbano, novos problemas e novas soluções técnicas (Verissimo, 2001).

Nesta perspectiva, na Europa e nos Estados Unidos do final do século XIX, surgiu um tipo de “urbanismo sanitaria”, que tinha como objetivo principal, a solução de

problemas urbanos decorrentes dos resquícios do crescimento acelerado causado pela *revolução industrial*.

Os problemas de insalubridade que se formavam nas periferias das fábricas urgiam por soluções práticas. As ruelas tortuosas e de larguras mínimas impediam a entrada do sol e a circulação de ar, a falta de esgotamento *sanitário* e a *superpopulação* das residências minúsculas geravam epidemias e uma densidade populacional elevada, sobrecarregando uma infra-estrutura já deficiente para os padrões ideais de salubridade urbana (Benévolo, 2000).

Além destes problemas de insalubridade, o reparcelamento do solo e da densidade populacional, provocou uma preocupação com a qualidade ambiental de vida, que impulsionou o estabelecimento de normas legais de uso do solo urbano bem como ditava regulamentos para os edifícios e para os transportes.

Desta forma, com a preocupação de mediar e orientar esse processo de ocupação do espaço urbano teve origem a idéia dos regulamentos e legislações com essa finalidade, que correspondem hoje aos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, Lei de Perímetro Urbano, Lei de Loteamento, Código de Obras e Postura, só para citar alguns. No Brasil, importante evento neste tocante foi a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001.

3.3.2. Reflexões sobre a ocupação urbana de Sorocaba

Dentro do aspecto de desenvolvimento urbano da cidade serão destacados alguns *marcos* a fim de se formar uma trilha da evolução de como o espaço foi pensado, planejado e ocupado.

Segundo os estudos de Prestes (1999), o Ciclo do Tropeirismo trouxe uma grande *influência* à expansão da malha urbana da então Vila Tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, demonstrando a partir de um mapa datado de 1839, que houve intenso progresso, no período de cerca de 70 anos. Comparando com o traçado do perímetro urbano em 1770, a autora defende que a Vila apresentava padrões ainda bem *próximos* aos tempos de Baltazar Fernandes, quando de sua fundação.

A mesma autora considera que no século XVIII Sorocaba já apresentava traços típicos de centro urbano, considerando o crescimento demográfico, produção e comércio de manufaturas, uma vez que a sociedade local não se dedicou primordialmente às atividades agrícolas devido às condições impróprias do solo.²⁴

Sorocaba apresentou desde seu início, uma tendência para o predomínio de população na zona urbana sobre a zona rural, características presentes até hoje. Pode-se inferir que Sorocaba, duplamente fortalecia a idéia da “cidade mercado” (Rolnik, 1995) em primeira linha, pelo fato de propiciar as atividades de troca daquilo que era produzido na região. Enquanto cidade, devida sua aglomeração de pessoas características dos centros urbanos.

Num aspecto mais amplo, as atividades mercantis, típicas do tropeirismo e suas feiras aguçavam ainda mais este conceito de “cidade mercado”, principalmente pelo fato do transporte e circulação serem características fundamentais neste processo.

Este pensamento se reforça, uma vez que, depois da fase do tropeirismo a cidade iniciou uma forte tendência industrial, sedimentando, desta maneira, a existência de uma população hegemonicamente urbana e não de zona rural.

Além do progresso amplamente comentado anteriormente, outra herança urbana significativa veio do tropeirismo – os locais de paradas das tropas. “*Esses pontos deram lugar aos chamados largos de tropas e, posteriormente, a pequenas praças*” (Prestes, 1999, p. 65). Talvez recaia aqui a gênese de uma tradição para o encontro. A praça é um local no qual as pessoas se reúnem. Nela, a circulação é feita a pé e favorece o contato de moradores dos vários cantos da cidade.

Com o avanço industrial e do surgimento da ferrovia, que também contribuiu para a ampliação da ocupação da cidade, a autora ressalta que a estrada de ferro, em verdade, redesenhou o mapa regional e reafirmou a importância da cidade como pólo de desenvolvimento. Deste período, que marcou o declínio das Feiras de Animais e conseqüente Ciclo do Tropeirismo, além do início da atividade industrial houve uma grande

²⁴ Aqui cabem dois registros: apesar desta argumentação ter lastro nos trabalhos da autora pela predominância do comércio na fase tropeira e atual e depois o significativo avanço industrial em dois momentos houve uma interação expressiva com as atividades agrícolas. A produção algodoeira que alimentou a indústria têxtil local, quando passou de arbórea para herbácea. Outro momento foi a vinda da imigração espanhola que se ocupou predominantemente com a produção de laranjas e cebolas.

mudança no paradigma da arquitetura local. As casas que eram despojadas e simples passaram a ser construídas com tijolos, abandonando a massa de terra socada – a taipa de pilão. A sede da ferrovia figura como o primeiro exemplar desta nova época (Prestes, 1999).

Na esteira destas reflexões cabe assinalar que uma cidade cresce e se desenvolve naturalmente sob a influência contínua da forma de vida de seu povo sua economia, sua organização política, suas tradições e traços culturais, suas crenças, seus relevos e riquezas naturais.

O começo do traçado da cidade de Sorocaba remonta os costumes bandeiristas.²⁵ Primeiramente, foram erguidas algumas edificações para posteriormente serem implantadas as ruas. A Capela São Bento alinha-se com a Casa de Câmara e a Igreja Matriz seguindo as curvas do relevo. Assim nasceu o núcleo central. O processo de ocupação urbana seguiu com várias influências do tropeirismo, conforme citado anteriormente. A fase industrial também deixou suas marcas. Interessa para este estudo, porém, um período de tempo mais recente no qual a Administração Pública passou a mediar e orientar a ocupação da cidade.

Neste contexto, o desafio maior será verificar o desenvolvimento dessa ocupação do espaço urbano, tomando os valores referentes às representações e sentidos de recreação e lazer típicos da cidade e da sociedade de Sorocaba.

Pode-se inferir, em termos de Política Urbana que no final da década de 40 há incidência da preocupação com o estabelecimento de regras para expansão da malha urbana. A lei nº 35, de 24 de maio de 1948 estabelece uma “Faixa Comercial Central”, para efeito da melhoria arquitetônica da cidade.

Em 1950, por meio da Lei nº 162, de 18 de Agosto, criou-se o “Código de Obras do Município”. Este documento passaria a funcionar como uma cartilha de definições e medidas, determinando os padrões arquitetônicos e de engenharia a serem seguidos. Nos seus 630 artigos, não há qualquer citação da palavra “recreação”, muito menos, “lazer”.

²⁵ Segundo Prestes (1999). “a implantação das aléias bandeiristas submetia-se à ordenação geográfica: as ruas seguiam as linhas naturais das curvas de níveis onde as casas se alinhavam, primeiramente, do mesmo lado da rua – sempre o menos favorecido – era tomado por novas moradias” (p.88).

A expressão “bem-estar” em nenhum contexto foi mencionada.²⁶ São feitas algumas referências a prédios e edificações, como casas de diversão (teatros e cinemas), parques de diversão com suas “máquinas de divertimento”, bem como “praças de esportes”. A expressão “espaço livre” em alguns momentos também dá conta do sentido de área verde, destinada a jardins e praças. Os loteamentos devem preservar 10% de sua dimensão para estes fins. O Código também estabelece normas de manuseio dos resíduos sólidos e lixo.

Três anos depois, em 1953, surgiu uma lei que incentivava os proprietários de edificações e lotes a *“requererem construções de passeios, muros ou pequenas modificações em fachadas de seus prédios de modo a apresentarem melhor aspecto”*, recebendo isenção de taxas e impostos públicos. Esta lei demonstrou preocupação com o valor estético, transpondo as questões da funcionalidade dos equipamentos públicos.

No ano de 1961, fica então instituída a Comissão do Plano Diretor do Município, por meio da Lei nº 837, de 30 de Setembro de 1.961. Presidida pelo Prefeito, era constituída de onze a quinze membros, nomeados pelo mesmo e indicados pelas entidades de classe e associações cívicas, Câmara e a própria Prefeitura.

Em 1962, por meio da lei Nº 907 foi criado o Escritório Técnico da Comissão do Plano Diretor do Município na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, rejeitando o Veto nº 1/62, incumbido da elaboração do Plano Diretor do Município. A composição do escritório aponta para uma atividade de natureza multidisciplinar a partir de vários olhares, conforme pode se perceber no artigo 1º:

“§ 1º - Os trabalhos do Escritório Técnico serão coordenados por um engenheiro”.

§ 2º - Os trabalhos do Escritório Técnico serão desenvolvidos com a colaboração de pessoal residente no Município, especializado em problemas relacionados com o planejamento municipal. Esses assessores técnicos deverão ser principalmente: agrônomos, sociólogos, advogados e economistas. Outros especialistas disponíveis poderão também ser incorporados a essa assessoria”.

²⁶ Nesta época, a expressão bem-estar estava em voga sendo utilizado como anseio social. Refere-se a implantação de Políticas Sociais que tinham como objetivo garantir um Estado de Bem-estar (Well fare State). Nos dias de hoje a palavra de ordem é a busca do “exercício da cidadania e qualidade de vida” (Demo, 1995).

Entretanto, na prática, nem sempre este trabalho multidisciplinar se deu. No ano seguinte, em 1963, saiu um primeiro resultado deste grupo, a elaboração do Plano Piloto do Desenvolvimento do Município de Sorocaba com a finalidade de servir de diretriz para todos os assuntos relacionados com a ordenação territorial da cidade. Além disso, foi anunciado que o próximo passo seria a elaboração de um Plano Diretor.

Em 1966 houve notadamente alguns marcos relevantes no processo de planejamento urbano. Ressaltam-se três leis. A primeira, nº 1.417, datada de junho, tratava do Código de Arruamento e Loteamento. Em suas disposições preliminares lançou conceitos fundamentais importantes para o campo do lazer. Observe-se a nomenclatura a seguir: *“área de recreação - é a reservada para atividades culturais, cívicas, esportivas e contemplativas da população, tais como: praças, bosques, parques e jardins”*. Pode-se dizer que esta lei representou um avanço nesse campo, já que administrativamente a municipalidade reconheceu, de alguma forma, a função do lazer na cidade.

A outra lei dispunha sobre o Código de Obras que, embora sofrera modificações, mantinha os moldes bem semelhantes ao anterior, datado de 1950. Simultaneamente, foi promulgada a lei específica tratando do Plano Diretor da Cidade²⁷. Nestes dois últimos casos, ficou estabelecida, de maneira clara, a diferença entre código de obras e plano diretor.

A pesquisa documental deste trabalho leva à conclusão que esta é a primeira vez que, oficialmente, aparece do termo “Plano Diretor” para uma lei que pretendia funcionar como orientadora na distribuição do solo, por meio da definição do chamado “zoneamento”. Apesar de ocupar papel relevante, a lei, ao contrário da anterior, era concisa, possuindo apenas seis curtos artigos, sendo contudo, acompanhada de anexos, plantas da cidade e de um relatório descritivo do Plano.

Este documento, produzido em 1966, trouxe alguns conceitos técnicos básicos e cumpriu seu papel de mapear as diferentes zonas do município, definindo seus limites e dimensões a partir das funções que deveriam atender. Ao elaborar alguns argumentos para distribuição dos espaços e sistema de circulação, lançou um dado prognóstico interessante de que em 1990, a população da cidade seria de aproximadamente 400 mil habitantes.

²⁷ Lei nº 1.438 de 21 de novembro de 1966 – dispõe sobre o Plano Diretor de Sorocaba. Lei nº 1.437 de 21 de novembro de 1966 – dispõe sobre o Código de Obras do Município.

Número este próximo à realidade demográfica apresentada décadas mais tarde.²⁸

Nesta previsão de futuro de crescimento populacional na ordem de 200 mil habitantes em 25 anos, cabe uma inferência. Este plano diretor estava se preparando para um “boom” demográfico e expressivo desenvolvimento industrial. As investigações mostraram que exatamente na década de 60 e 70, houve um novo movimento migratório, principalmente do Paraná, em consequência da promessa de trabalho na indústria (Fundação SEADE, 2002).

Em 1971, foi instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Sorocaba, através da lei nº 1.672, de 23 de dezembro. Este documento foi recheado de avanços conceituais. De início, em seu Artigo 1º define sua finalidade “ordenar e disciplinar o seu desenvolvimento físico, econômico, social e administrativo, de forma a propiciar o bem-estar da comunidade”. Além de eleger o “bem-estar da comunidade” como objetivo, reafirma claramente as funções consagradas da cidade “de habitar, de circular, de trabalhar e de cultivar o corpo e o espírito”.²⁹

O documento trata do desenvolvimento social por meio da promoção integrada de programas e ações, reconhecendo, além da educação, saúde pública, habitação, as atividades culturais, recreativas e esportivas, estratégias necessárias para a garantia da melhoria da qualidade da vida urbana. Este Plano Diretor continuou contando com toda legislação anterior vigente na época, citadas neste trabalho.

Com o advento da Lei Orgânica do Município, promulgada em 5 de abril de 1990 e do Estatuto da Cidade, datado de 2001³⁰, a Administração Pública precisava se adequar às novas demandas legais. Assim, impunha-se a necessidade da elaboração de um novo Plano Diretor para o Município, que foi retomada no final da década de 90.

²⁸ Em 1960, Sorocaba tinha cerca de 150 mil habitantes. Em 1990, eram 365.529 habitantes. Fonte Fundação SEADE.

²⁹ Segundo a PSDI, estas funções demandam cuidados permanentes que serão alcançados mediante: “a) preservação do meio ambiente contra a poluição do ar, do solo, dos mananciais de água e da paisagem; b) Destinação, nas localizações mais adequadas a cada caso, dos terrenos necessários às diferentes categorias de uso urbano; c) promoção da máxima facilidade de circulação de pessoas e bens entre os locais de habitação, de trabalho e de lazer; d) instalação de serviços públicos e de equipamentos sociais em quantidade, localizações e padrões que atendam às necessidades da população.”

³⁰ O chamado Estatuto da Cidade regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Brasileira e teve o início de suas discussões no Congresso Nacional em 1989 (Projeto de Lei do Senado nº 181) e 1990 (nº 5.788, na Câmara dos Deputados) e promulgado em 2001.

3.3.3. Legislação urbana e lazer

Para melhor compreensão dos espaços destinados ao lazer no contexto a cidade coube investigar a legislação pertinente com vistas a referenciar as representações presentes em algumas leis vigentes que interessam no processo de ocupação urbana, das quais destacam-se Lei Orgânica do Município, Estatuto da Cidade e o Plano Diretor.

A Lei Orgânica do Município de Sorocaba, data de 05 de abril de 1990. Ao tratar as competências da municipalidade, menciona a tarefa da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. No âmbito do esporte e lazer, reconhece a necessidade da realização de programas de apoio às práticas desportivas e a promoção da cultura e recreação, além da proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico turístico e paisagístico local, provocando uma certa confusão terminológica e mesmo conceitual, pois apesar de enumerar diferentes áreas, não procura defini-las ou mesmo conceituá-las mais precisamente, tal como na Constituição do Estado de São Paulo e da União.

O desporto é tratado em um artigo, dentro do Capítulo II, consagrado também à Educação e à Cultura. Limita-se em dizer que *“o Município fomentará as práticas desportivas formais e não formais como direito de todos”*, em artigo composto de mais três parágrafos seguidos.

O lazer recebe o seguinte enunciado no artigo 158 *“o Município incentivará o lazer, como forma de promoção social”*. Merece igualmente destaque, o parágrafo único que traz *“todo empreendimento imobiliário ou loteamento, criado a partir desta lei, deverá obrigatoriamente destinar espaço para a construção de áreas de esportes e lazer”*.

Nesta perspectiva, um traço notório deste texto é a valorização que se deu “espaço para o lazer”, ressaltando um dos elementos da composição clássica de Dumazedier (1976) e outros autores sobre o entendimento quanto a tempo, espaço e atitude.

Outra lei, o Estatuto da Cidade estabelece diretrizes gerais de uma Política Urbana para cidades acima de 20 mil habitantes, visando ordenar o pleno desenvolvimento das *“funções sociais da cidade”* dentre as quais, para efeito deste estudo, destaca-se o lazer (Estatuto da Cidade, 2001, p.2). Ainda no segundo artigo, estabelece algumas diretrizes, dentre as quais as presentes e futuras gerações têm direito ao lazer. O lazer é novamente abordado no capítulo que trata *“Do direito à preempção”*, quando o poder público poderá

desapropriar espaços urbanos, no item VI, “*para criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes*”.

No rol da legislação urbanística figura o Plano Diretor de Sorocaba ora em estudo, apresenta pequenos avanços de nomenclatura ao assumir explicitamente os termos recreação, lazer e turismo, entretanto, não deixa claro o entendimento conceitual de lazer. Vale salientar, no entanto, que na realidade local já exista um amadurecimento conceitual programático acerca da atuação no campo do lazer, como já frisado no presente trabalho. Talvez, isto se justifique pela falta de interação interdisciplinar entre as Secretarias, desafiando a necessidade do trabalho em equipe de múltiplos olhares.³¹

Em seu anexo - o Relatório Técnico - embora as palavras iniciais alertem sobre os perigos de se tentar abranger “erroneamente tudo”, o texto ressentem-se da inclusão de abordagens conceituais mais específicas sobre o lazer, como uma das funções consagradas da cidade, ao lado das demais, ditas anteriormente, as quais receberam tratamento bem específico.

No documento apresentado, o lazer permanece quase imperceptível e só recebeu mínimo tratamento ao lado das questões do meio ambiente que, aliás, chegaram a ser abordadas até no detalhamento de se preocupar com Programas de Educação Ambiental, com sugestões específicas, fato que merece reconhecimento.

Ao contrário, é possível interpretar que de forma subliminar, o lazer aparece associado a atividades que causam “incômodo”, por exemplo pelo ruído causado por várias atividades, tais como bares, ginásios, eventos, shows e festividades, só para citar alguns. Os motéis receberam reconhecimento mais significativo. Este comentário não infere qualquer mensagem moralista, mas demonstra um peso exacerbado na questão de fundo eminentemente econômico.

Nos itens “Loteamento Fechado” e “Edificações em Gleba”, não se percebe uma garantia da destinação de área para equipamentos de lazer (pracinhas de bairro, *playground*, quadra, pistas de caminhada ou ciclovias) que poderiam ser definidas quando

³¹ Importa informar, no entanto, que a SEMES tomou a iniciativa de apresentar sugestões para o texto e conceito do Plano que se encontra em fase de elaboração. Contraditoriamente, apesar de haver natural entendimento de que o lazer constitui-se numa das funções da cidade, os técnicos envolvidos na elaboração desse importante documento para a vida presente e futura da cidade, ainda, não tomaram como hábito, a construção coletiva e multidisciplinar do conhecimento. Esta fragilidade no desenvolvimento do processo demonstra que a cidade ainda é concebida para a moradia, circulação e o trabalho, como funções hegemônicas.

da elaboração do traçado original do empreendimento, inclusive, dentro das possibilidades, indicar sua implantação de acordo com o relevo. É comum as áreas destinadas ao Sistema de Áreas Verdes e de Lazer serem as parcelas que parecem apresentar o maior grau de dificuldade e “inutilidade” para a construção civil.

Sobre as Áreas Verdes, também não é possível se identificar o entendimento de lazer, enquanto operação urbana possível. Fica vago o direcionamento que se pretende dar ao acesso e garantia do direito ao lazer.

De um modo geral, parece que a bicicleta não é considerada na vida da cidade, nem como meio de transporte nem como prática de lazer. Esta atividade, que ganhou tratamento no Código Nacional de Trânsito, definindo infrações e regras para o ciclista. Entretanto, não está prevista qualquer tipo de operação urbana no âmbito do sistema viário, mesmo em trechos mais planos e espaçosos, que indique a implantação de ciclovias. Existem alternativas para isto. Poderia ser a utilização de gabaritos maiores, tanto em passeios mais largos como nas próprias ruas, delimitando e demarcando os traçados.

Esta omissão levanta três aspectos que merecem destaque. O primeiro, diz respeito à existência de um “tradicional passeio ciclístico” – evento anual, que compõe o “Programa Lazer”, no qual reúne em média cerca de cinco mil ciclistas de todas as faixas etárias. O segundo motivo é que a cidade possui algumas empresas de representatividade neste ramo de atividade. Dito de outra forma há indícios que as bicicletas são comercializadas em quantidades significativas. E o último aspecto remonta ao intenso incentivo à prática de atividades físicas em programas públicos locais, nacionais e internacionais, numa forte campanha contra o sedentarismo. Este assunto será abordado em maior aprofundamento mais adiante.

Em 2001, os trabalhos de concepção de um novo Plano Diretor para Sorocaba se intensificaram, envolvendo discussões compartilhadas com profissionais especialistas, diversos grupos e associações civis, bem como intra e inter-secretarias. Contudo, os resultados ainda não foram conclusivos até a presente data da elaboração desta dissertação.

Importa informar ainda que, nas diversas estruturas administrativas da Prefeitura Municipal, sempre houve a presença de uma Secretaria ou uma Diretoria ou um Setor que tinha como finalidade e função congregar os serviços de obras e urbanismo, cuidando desde o arruamento até estabelecendo regras e normas de padrões de construção.

Com a própria evolução e avanço das complexidades que envolvem a lógica organizativa de uma cidade houve crescente diversificação de serviços, porém, traço constante em todos os organogramas da esfera municipal foi a presença clara de setores específicos.

Vale a reflexão que no caso de Sorocaba, os parques e jardins por longos períodos de tempo saíram da égide da Secretaria de Urbanismo e passaram para os cuidados da Secretaria de Educação e Cultura, fato incomum na lógica organizacional, como dito anteriormente. Este fato tem conseqüências para as análises deste trabalho, uma vez que explicita que os parques recebiam uma importância significativa, visto que desenvolviam programas educativos e de lazer, superando os limites de serem considerados meramente um “espaço físico”, e sim um “espaço de vivência e de convivência de lazer”, em contrapartida ao que hoje se observa com foco maior na manutenção física.

3.3.4. Espaços do lazer: mapeando Sorocaba

O objetivo deste tópico é levantar, com breve resgate histórico, os espaços esportivos e de lazer de responsabilidade da Prefeitura Municipal e por conseqüência, na atualidade, pela Secretaria de Esportes e Lazer. Além desses, serão identificados alguns espaços da Administração Pública que efetivamente são destinados às experiências de lazer, primordialmente, os interesses físico-esportivos.

Vale iniciar identificando que o primeiro espaço gerenciado pelo público, com instalações deste porte e destinado à prática do esporte foi o Ginásio Municipal de Esportes em 1952. No ano anterior, a Prefeitura iniciava o processo de aquisição da Chácara Quinzinho de Barros, na qual se cogitou, inclusive, a implantação do Ginásio Municipal de Esportes. Porém, mais tarde este espaço se transformaria num dos maiores e mais diversificados zoológicos³² de todo o país, além de abrigar o Museu Histórico de Sorocaba.

A estrutura física do poder público para atender a área manteve-se inalterada durante três décadas. Este fato traduz um intrigante “esquecimento” por parte das gestões que se sucederam. No final da década de 50, houve expressiva preocupação com a

³² O Zoológico da cidade foi durante alguns anos uma referência, tanto em número de espécies como na programação educativa promovida. Havia fila de espera para estagiários das áreas afins, devido a este conceito diferenciado.

construção de uma pista de atletismo sem lograr sucesso, aliás, vazio que se arrasta até os dias de hoje.³³

As investigações identificaram que em 1964, surgiu a lei nº 1.225, de 24 de abril, destinada

“a construção de campos de futebol, exclusivamente, quinze (15) áreas de terreno da Municipalidade, nunca inferior a 14.500m² (catorze mil e quinhentos metros quadrados) cada uma, a fim de favorecer os esportistas amadores dos bairros de Sorocaba”.

Ações deste tipo contribuíram para a ampliação de uma base física alternativa. Atualmente, existe aproximadamente uma centena áreas públicas espalhadas por todos os bairros da cidade com campos de futebol de várzea, com estrutura bem simples. Isto significa dizer que se tratavam, em sua maioria, de áreas abertas, sem gramados e sem estrutura de apoio como vestiários. Oportuno lembrar que esta rede de áreas foi e ainda é fomentada por campeonatos de futebol tradicionais, conhecidos como “varzeanos”, que serão abordados mais à frente.

Retomando a história, em 1973, foram construídos os dois primeiros Centros Esportivos³⁴ da cidade com campo de futebol, quadras poliesportivas, pista simples de atletismo, quadras de bocha, dentre outras instalações de apoio. Ficou evidente o predomínio do interesse fisco-esportivo. Um terceiro Centro Esportivo foi construído no ano de 1978.

Em 1977, estava em fase de construção o Estádio Municipal. Vale ressaltar ainda que embora fosse espaço específico de uma única modalidade esportiva – futebol de campo - foi batizado pelo nome de Centro de Integração Comunitária – CIC. O projeto além do estádio de futebol previa a construção de outros anexos esportivos, nos quais se desenvolveriam diferentes atividades esportivas e de lazer, fato, entretanto, que não chegou a ser concretizado.

Outros quatro Centros Esportivos surgiram na década de 80. Com estruturas poliesportivas de composição pouco diversificada, contando com campos de futebol,

³³ A Associação Atlética Scarpa manteve uma pista de atletismo com dimensões oficiais até a década de 60, espaço que supriu as necessidades locais no desenvolvimento desta modalidade. Este fato se repete em certa medida com o SESI, que possui uma pista em seu CAT de Votorantim, a 7 Km de Sorocaba, o qual apóia o treinamento dos atletas da região.

³⁴ Estes Centros Esportivos foram criados aos moldes das Unidades Operacionais do SESI. O então Secretário da Educação e Saúde, Prof. Otto Wey Netto tinha sido Diretor do SESI também durante o período de construção das primeiras unidades. Assim, parece ser possível inferir que um influenciou o outro na sua concepção e uso.

quadras e pistas de bochas. Apenas um dentre estes recebeu um pequeno ginásio (quadra coberta).

Algumas áreas públicas existentes destinadas para a prática de esporte e lazer também foram adquiridas a partir de parcerias em forma de comodatos com os governos estadual e federal. É o caso do Centro Social Urbano - CSU³⁵, no início dos anos 90, passou a compor a relação de próprios esportivos gerenciados pela Administração Municipal. Salienta-se que neste espaço está a única piscina pública da cidade, equipamento este que em vários períodos de sua existência permaneceu desativado para uso.

Em 1993, firmou-se novo comodato com Estado, o antigo CEAGESP -Central de Abastecimento de São Paulo, com o objetivo de captar mais um espaço para desenvolvimento de atividades esportivas e recreativas, no qual foi adaptada uma quadra poliesportiva para uso dos munícipes. No ano de 1995, o último Centro Esportivo construído com esta destinação foi entregue à população. Concluindo este breve histórico, em 2001, outro espaço passou para a responsabilidade da Secretaria de Esportes e Lazer, uma praça participativa, que anteriormente não possuía cercas, depois foi transformada em um Centro de Convivência Esportiva na Secretaria da Cidadania, transformou-se no Centro Inclusivo de Esporte e Lazer “Aluísio de Almeida”, na SEMES.

Somando todos os espaços identificados, a SEMES administra, atualmente, doze unidades, chamadas de “próprios esportivos municipais”³⁶. Comum a todos, é a simplicidade das construções e uma defasagem da concepção arquitetônica. Entende-se aqui por simples, a não diversificação dos equipamentos instalados. Por defasagem arquitetônica enseja-se descrever que as construções estão ultrapassadas e desgastadas apela ação do tempo. Estes espaços requerem melhorias e atualizações, incluindo espaços para atividades diversificadas de lazer. A situação atual é que a Administração Municipal possui sob sua gerência entre todos os espaços, três em forma de comodatos.

³⁵ Os Centros Sociais Urbanos foram construídos durante o Governo Geisel (1980) fazendo parte de um programa de alcance social que se propunha demonstrar a aproximação do Estado e sociedade. Ao longo dos anos, o projeto original do CSU deu lugar a apenas uma estrutura física, com salas de aula, salão, campos de futebol, quadra poliesportiva e piscinas (Pereira, 2000).

³⁶ Apesar do Lazer no Poder Público ser bem distinto das práticas esportivas, estes espaços foram concebidos com os conceitos hegemônicos do esporte, não possuindo espaços multi-uso que possibilitassem a realização de experiências de lazer nos diferentes interesses culturais, tais como teatro, dança, projeção de filmes, festas, etc. Nesse sentido, vale destacar uma proposta atual para transformar esses espaços em Clubes Municipais de Esportes e Lazer, numa visão mais abrangente e de administração compartilhada com a comunidade.

Importa apresentar algumas das especificidades mencionadas. Destes doze espaços, dois são bem especiais: o Ginásio Municipal de Esportes “Dr. Gualberto Moreira” e o Estádio Municipal – Centro de Integração Comunitária “Walter Ribeiro”, ambos representam os “ícones do esporte sorocabano”, principalmente, por terem sempre sido palco de grandes momentos do esporte da cidade. Um forte exemplo disso, é que durante o período de reforma do Ginásio Municipal de Esportes “Gualberto Moreira” foram constantes as manifestações de descontentamento por parte da imprensa, equipes e torcedores, freqüentadores dos campeonatos de futsal tradicionais na vida da cidade, pois, a “festa esportiva” não tinha o mesmo brilho quando realizada em espaços alternativos.

Nesta perspectiva, cabe salientar algumas características desta rede e seus serviços. Um dos centros esportivos oferece, além de outras modalidades, uma das maiores e mais preparadas pista de skate de todo o Estado de São Paulo, que segundo os praticantes e organizadores da modalidade oferece um circuito diversificado, bem construído e conservado. Em um outro, a oferta é menos diversificada, porém, possui uma pista de bicicross muito bem conceituada pelos atletas e Federação da categoria, também por características semelhantes às citadas acima. Esta pista faz parte do circuito paulista, brasileiro e internacional de competições oficiais da modalidade.

Quando foi dito que as estruturas são simples, a idéia é deixar claro que não se trata de instalações físicas modernas e mais atualizadas. As quadras de cimento são de piso rústico, os campos estão com significativo desgaste em seus gramados. As instalações de banheiros, vestiários e salas apresentam o desgaste natural da ação do tempo, possivelmente, sem a necessária manutenção. Em quase sua totalidade os Centros Esportivos foram dotados de pistas de bocha ou malha, devido a uma tradição esportiva e de lazer destas modalidades na cidade, provavelmente pela incidência expressiva das colônias espanholas e italianas na composição demográfica da população de Sorocaba.

A título de resgate histórico, uma iniciativa que merece ser evidenciada é com referência aos “Quintais Comunitários”. No início dos anos 80, a Secretaria de Educação e Cultura desenvolveu uma idéia de ocupação de terrenos vagos, com equipamentos recreativos e esportivos, numa gestão compartilhada com a comunidade local, para utilização da vizinhança. A premissa desta proposta era a possibilidade de uso contínuo de área de lazer. Estes espaços eram compostos de um campo de futebol e vôlei de areia; um

circuito de caminhada e um *playground*. A experiência permanece como um modelo de implantação possível de áreas livres. Os “quintais comunitários” aliavam a idéia de quintal com o quarteirão (numa alusão à casa e ao bairro)³⁷, como locais destinados à vivência do lazer. Estes “quintais comunitários” foram os “embriões” que deram origem aos Centros de Convivência Esportiva, que foram, ampliados na Secretaria de Esportes, e mais tarde, transformados em Centro de Convivência da Criança e do Adolescente gerenciados pela Secretaria da Criança e Adolescência. A partir de 1997, esses espaços passaram para a Secretaria da Cidadania.

Assim, cabe retratar esta outra rede de base física existente na cidade envolvendo os Centros de Convivência Esportiva, que ainda se encontram sob responsabilidade gerencial da Secretaria da Cidadania. Estes espaços entre ativados e desativados, ultrapassam uma dezena, contando com estrutura ainda mais simples do que um Centro Esportivo, onde uma das características principais é uma gestão mais próxima às lideranças comunitárias, além da oferta de atendimentos ser voltada para atividades notadamente de cunho social. As eventuais quadras poliesportivas que existem em alguns destes espaços, são utilizadas espontaneamente pela população de vizinhança, conforme já foi mencionado.

Quanto aos parques públicos, Sorocaba possui cinco, todos dotados de agradável área verde de proporções e vocações diferenciadas. Merece destaque especial Parque Zoológico Municipal “Quinzinho de Barros” que tem funções híbridas – de valor histórico porque lá está o Museu Histórico Sorocabano e de valor educacional pela presença do Zoológico Municipal, que já foi referência nacional. Os demais parques compõem uma rede importante, que igualmente desenvolve programação de lazer com ênfase a educação ambiental.

Este cenário instiga algumas reflexões. Apesar destas citadas Secretarias possuírem equipamentos de lazer, se em outras épocas, estes órgãos também promoveram a animação destes espaços por meio de programas e profissionais especializados, hoje a perspectiva frente a estas áreas é mais na linha da conservação e preservação as quais são funções de fundamental importância no processo da vivência do lazer sem, no entanto, descartar o valor programático que os mesmos, em épocas passadas, experimentaram.

³⁷ Talvez numa coincidência intuitiva dos chamados “Parques de Bolso”, em Nova York.

No contexto da malha urbana, é importante destacar a presença de centenas de áreas verdes e institucionais, áreas do Sistema de Lazer ou Recreio. Estas áreas são, exclusivamente, reservadas para a destinação original prevista nos projetos de loteamentos, segundo o art. 80 da Constituição do Estado de São Paulo.

Sobre esta matéria, Silva in CEPAM (1999) assinala que

“o que caracteriza as áreas verdes é a existência de vegetação contínua, amplamente livre de edificações, ainda que recortada de caminhos, vielas, brinquedos infantis e outros meios de passeios e divertimentos leves, quando tais áreas se destinem ao uso público” (p. 2).

Dentro do contexto de ocupação do espaço urbano, este assunto ganhou importância capital nas últimas décadas, devido ao crescimento populacional, pois os interesses que envolvem os negócios imobiliários afetam de maneira decisiva a vida da cidade.

Neste sentido, num parecer jurídico emitido pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – CEPAM respondendo sobre a possibilidade de doação de uma área do Sistema de Lazer ou Área Verde, para ser construído outra edificação que não uma área de lazer, afirmou-se que estas *“são áreas indispensáveis ao desempenho das funções urbanísticas, propiciando melhores condições de vida ao homem na comunidade e de utilidade pública”* (CEPAM, 1999, p.4).

Este parecer demonstrou que estes espaços devem ficar preservados para a garantia da permanência da “destinação original” de uma área livre do Sistema de Lazer, os quais não podem ser desafetadas para outras finalidades urbanísticas, demonstrando um avanço conceitual de que os espaços com áreas verdes e livres são fundamentais na vida da cidade, conforme é defendido pela Carta de Atenas (1933).

Outro movimento relevante pode ser verificado no desenvolvimento urbanístico da história recente de Sorocaba. Algumas áreas livres que receberam tratamento de infraestrutura de bacias de contenção de águas pluviais, faixas da região limdeira da bacia do rio Sorocaba e áreas remanescentes de desapropriação, estão recebendo equipamentos de esportes, recreação e lazer, além de paisagismo e urbanização. O resultado foi, por exemplo, o surgimento de novos espaços consagrados às experiências de lazer. Vale destacar uma área verde transformada num parque sem cercas, com pequeno curso de água,

localizado em zona nobre da cidade, no qual foi implantada uma pista de caminhada em saibro e alvenaria. Neste local é possível perceber a atmosfera de um “calçadão” típico das regiões litorâneas, que primordialmente favorece ao encontro e convivência das pessoas.

Outras áreas da cidade igualmente receberam operações urbanas de natureza recreativa e de lazer, impondo uma nova forma de percepção e utilização destes espaços. Nos gramados e em torno do prédio do Paço Municipal foi igualmente implantada uma pista de caminhada. Anteriormente, os estacionamentos por serem planos e amplos já eram atrativos para a prática de ciclismo e empinar pipas, ou mesmo uma experiência contemplativa de final de semana. A partir da nova pista, o espaço passou a ser mais freqüentado em horários diversos ao expediente comercial, para outras maneiras de usufruí-lo.

3.3. POLÍTICA DE LAZER DE SOROCABA: EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Após estas discussões mais gerais sobre a questão das políticas sociais, suas correntes teóricas e metodológicas, mecanismos e características procedimentais, seus cenários e contextos históricos gerais, é possível um mergulho no caso de Sorocaba.

Rastreando as pistas existentes, alguns marcos delineiam a trajetória do desenvolvimento do lazer dentro da Administração Pública Municipal de Sorocaba. Vale ressaltar que as experiências de lazer no poder público, em diversos momentos coincidem com as experiências esportivas. Além das festas e feiras realizadas nos séculos anteriores notadamente comerciais, a evolução da própria criação das instâncias do poder público dirige os rumos dos serviços prestados e oferecidos à população.

A idéia das experiências com diversas facetas induz o lazer a uma relação multidisciplinar que por sua vez, pode estar presente no âmbito da esfera municipal em diferentes setores. Nos dias atuais, esta assertiva fica ainda mais clara de ser compreendida. Dito de outra forma, várias secretarias de governo trabalham com o viés do lazer. Isso não quer, porém, significar prenúncio da tão desejada transdisciplinaridade. Este assunto será retomado mais adiante.

Voltando no tempo, data de 1937 o fio da história mais recente do esporte e lazer em Sorocaba no setor público de forma institucionalizada. Neste ano, é promulgada a lei nº 96 de 18 de outubro, que criava a Comissão de Assistência ao Esporte - CAE.

“Art. 1º. Fica criada na Prefeitura Municipal de Sorocaba a ‘Comissão de Assistência ao Esporte’ com o intuito de auxiliar, material e moralmente, o desenvolvimento de todas as modalidades esportivas, que tenham como finalidade o aperfeiçoamento da raça independente de lucros commerciaes” (p.72).

A CAE era composta por dez membros não remunerados, os quais eram: o prefeito, dois vereadores, três professores de cultura física, preferencialmente de origem militar, o diretor da Delegacia de Saúde e três representantes de clubes e sociedades esportivas atletas amadores, registrados na Comissão escolhidos pelos demais.

A Comissão tinha como objetivo gerenciar e atender auxílios e vantagens solicitadas pelas entidades esportivas devidamente credenciadas e registradas legalmente. A natureza dos benefícios variava da concessão de terrenos, serviços de terraplenagem, fornecimento de equipamentos para execução de obras, manutenção e conservação de áreas e campos esportivos, até isenção de impostos, subvenções e apoio para viagens para participação e competições esportivas, além de fornecimento de premiação com troféus e medalhas. A função de controle e fiscalização também fazia parte das tarefas da Comissão de Assistência ao Esporte. As despesas estavam previstas no orçamento municipal e eram custeadas pela Prefeitura.

A palavra “assistir” permite inferir o tipo de relacionamento de paternalismo que referenciava o suporte nesta área de atuação. Além disso, a presença de um membro da área de saúde e o intuito de “aperfeiçoar a raça” propalados na CAE denota aproximação com a fase higienista predominante na área de esporte e educação física da época. Ao mesmo tempo, a predominância do militarismo na formação do profissional é traço marcante, que inspira os pressupostos de controle e disciplina³⁸.

Importa ressaltar, como marcas relevantes que a hegemonia dos benefícios e auxílios previstos nesta lei, recaem na questão dos espaços e estruturas físicas, detalhe que interessa o escopo desta investigação.

³⁸ Os estudos de Ghiraldelli Junior (2001) identificam cinco tendências da Educação Física Brasileira: Higienista (até 1930); Militarista (1930- 45); Pedagógico (1945 - 64); Competitivista (pós - 64) e Educação Física Popular.

Cabe salientar que neste mesmo ano, no mês de novembro, a chamada “Era Vargas” fechou todas as casas legislativas. Desta forma, esta lei 96, transformara em uma das últimas promulgadas pela Câmara Legislativa local até o ano de 1947.

Em 1948, os serviços da Prefeitura foram reorganizados, criando cinco diretorias, dentre as quais figurava a Diretoria de Educação e Expansão Cultural, que tinha por função organizar e controlar as atividades escolares e educacionais, além de promover empreendimentos sociais, artísticos e culturais. Nenhuma menção foi feita às atividades esportivas ou recreativas.

Somente um pouco mais tarde, surgiu o Departamento de Educação Física, criado pela lei nº 128, em 12 de agosto de 1949.

“Artigo 2º - O Departamento de Educação Física, em combinação com a Comissão Central de Esportes³⁹, coordenará, orientará e difundirá a prática dos esportes no Município assim como se encarregará da difusão e estímulo dos esportes em toda região”.

Este fato traz duas constatações: a sobrevivência da Comissão nos anos da ditadura Vargas e a partir daí, a Prefeitura sai do “voluntarismo” e passa a remunerar profissionais⁴⁰, para desempenhar as ações do campo esportivo e de lazer. Nota-se uma evolução da terminologia que passa a assumir o conceito de “educação física”. A vinculação da Comissão iniciou-se neste momento, consolidando-se como órgão de apoio e consultoria “ad doc”, tradição e formato presente até os dias de hoje.

No ano seguinte, em 1950, os serviços municipais foram organizados, tendo sido criadas três secretarias, cada qual com suas seções e serviços. Vinculado à Secretaria de Educação foi criado o Serviço de Assistência ao Esporte, provavelmente influenciado pela existência de uma Comissão com o mesmo nome.

No ano de 1954, foi criada a Comissão Municipal de Expansão Cultural, “com a finalidade de promover espetáculos, palestras e conferências, de caráter cultural, literário, artístico e científico”. Observava-se uma departamentalização dentro da própria Diretoria de Educação, constituindo-se num embrião que viria mais tarde, quase 50 anos

³⁹ Nesta lei é citada pela primeira vez Comissão Central de Esportes. Infere-se que se trata da Comissão de Assistência ao Esporte que foi reestruturada e teve seu nome modificado, permanecendo o mesmo até os dias atuais.

⁴⁰ Com esta estrutura foram criados dois cargos de “assistente técnico”, que passaram a compor o quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Sorocaba.

depois, resultando na criação da FUNDEC - Fundação de Educação e Cultura -, traduzindo que a separação das experiências de lazer, ainda está longe de ser superada.

Neste mesmo ano ocorreu uma nova reestruturação dos órgãos municipais, sendo criadas novas diretorias, ampliando para 14. Contudo, somente quatro anos depois, em 1958, por meio de uma nova reorganização, é que foi finalmente criada a Diretoria Municipal de Esportes. O diretor entre outras funções cuidava do Ginásio Municipal de Esportes inaugurado no início daquela década.

Dando a devida dimensão da importância da Comissão Central de Esportes, no ano de 1963, por meio da lei nº 1.160 de 25 de novembro, esta passava a ficar subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito ao lado de alguns órgãos especiais, enquanto que a Diretoria Municipal de Esportes era ligada à Secretaria de Educação e Saúde.

Em 1965, por decreto do Prefeito a Comissão Central de Esportes - CCE recebeu uma nova estruturação e constituição. Assim, a CCE, como é chamada até hoje, passou a ser formada por 32 membros entre políticos, atletas amadores, médicos e pessoas ligadas à comunidade esportiva.

Dois anos mais tarde, em 1967, a partir de uma nova organização dos órgãos da Prefeitura, a Secretaria de Educação e Saúde passou a congregar a CCE, o Serviço de Esportes, Serviço de Difusão Cultural e a Divisão de Educação e Recreação Infantil. Embora o contexto de criação deste setor estivesse imbuído de gerenciar a rede escolar numa perspectiva de educação formal, que nessa época encontrava-se em franca expansão, vale destacar a presença embrionária da idéia de “recreação” como possibilidade dentro da ordem dos serviços públicos prestados, mesmo que voltado a um segmento da população – infância.

Neste sentido, não parece equivocado dizer que esta associação entre “recreação” e “infantil” seja justificada pela tendência de que recrear é coisa de criança. Corroborando com este argumento, em 1970 os chamados “parques infantis” passaram a ser denominados como “Centros de Educação e Recreação Infantil”.

“Artigo 1º - A fim de garantir o cumprimento da letra “f” do § 3º do artigo 15 da Constituição Federal, ficam os Parques Infantis Municipais transformados em Centros de Educação e Recreação Infantil.

Artigo 2º - Além da recreação infantil, que passará a ser desenvolvida como atividade supletiva, os Centros de Educação e

Recreação Infantil serão destinados ao trabalho de educação pré-primária.”

Por outro lado, isso pode ter significado, pelo menos em princípio, uma aproximação do lúdico no ambiente escolar, promovendo a convivência entre a educação e recreação para a criança, numa sintonia com o princípio da educação pelo lazer.

Em 1971, as Secretarias passaram a ser tratadas como “Coordenadorias”, mantendo-se inalteradas as subseções e serviços, voltando ao status de “Secretarias” em 1975. Neste período, tanto o Serviço de Esportes, a CCE e a Divisão de Educação e Recreação Infantil permaneceram vinculadas à Secretaria (Coordenadoria) de Educação e Saúde.

Em 1983, surgiu então a Secretaria de Esportes - SEMES, amplamente conhecida até os dias de hoje por esta sigla. Cabe registrar que a formação das Secretarias de Esportes e de Educação e Cultura - SEC sugeria interessante contradição, uma vez que a Divisão de Recreação de Lazer permaneceu na SEC⁴¹, já que as atividades recreativas e de lazer são mais sintonizadas, em princípio, dentro de uma Secretaria de Esportes.

A Secretaria de Esportes surgiu comprometida com o desenvolvimento do “esporte de alto nível”, tendo para isso verbas destinadas à formação de equipes de representação. Este período registrou os “áureos tempos” da participação vitoriosa em algumas modalidades das equipes sorocabanas em competições oficiais, notadamente nos Jogos Regionais e Jogos Abertos.

Remontando por meio de depoimentos e relatos, foi possível verificar que a criação de uma “Divisão de Lazer” na Secretaria de Educação e Cultura veio para dar conta de uma nova proposta de intervenção do poder público no campo do lazer, a qual tinha identidade própria e diversa em relação ao esporte e sua forma de desenvolvimento.

⁴¹ “Artigo 9º - A Secretaria da Educação e Cultura (SEC,) além das atribuições genéricas a todas as Secretarias, compete planejar, executar e fiscalizar as atividades educacionais e culturais a cargo do Município ou por este realizadas supletivamente ao Estado. § 1º - A Secretaria da Educação e Cultura (SEC) terá a seguinte estrutura: Gabinete do Secretário; II. Divisão de Educação: (Assessoria de Educação Pré-Escolar; Assessoria de Ensino de 1º e 2º Graus; Assessoria de Alimentação Escolar); III. Divisão de Cultura: (Assessoria de Difusão Cultural; Assessoria de Próprios Cultura; .Divisão de Lazer e Recreação: Assessoria de Recreação Comunitária; Assessoria de Parques de Lazer) § 2º - Ficam subordinadas a esta Secretaria: Parque Zoológico Municipal “Quinzinho de Barros”; Centro de Motivação Ecológica - Parque Natural de Esportes; Centro Inter Pré-Escolar de Educação Ambiental – Parque da Biquinha (...).

Artigo 11 - A Secretaria de Esportes (SEMES), além das atribuições genéricas a todas as Secretarias, compete planejar, executar e fiscalizar as atividades referentes aos esportes populares e de representação, promovendo sua difusão e orientar a educação física nas escolas. § 1º - A Secretaria de Esportes (SEMES), terá a seguinte estrutura: Gabinete do Secretário; II. Divisão Municipal de Esportes: (Assessoria de Esportes de Representação; Assessoria de Promoções de Atividades Esportivas; Assessoria de Educação Física) § 2º - Fica vinculada a esta Secretaria a Comissão Central de Esportes (CCE) com sua estrutura legal.”

Outro aspecto que emerge destes fatos é que o lazer surgiu com uma proposta de caráter comunitário, na busca de envolver a população como um todo por meio de ações participativas. Já o escopo do desenvolvimento do esporte trazia a tendência da seletividade e do atendimento de segmentos mais reduzidos da sociedade.

Mesmo identificando uma explícita cisão entre o esporte e lazer em nível de administração pública municipal, esta separação por outro lado, esclarece e demonstra a compreensão conceitual de que se tratam de campos distintos de conhecimento e ação.

De outra sorte, a permanência do lazer na Secretaria de Educação e Cultura favoreceu a uma aproximação com a área da “cultura”, contribuindo desta forma, para uma atuação mais diversificada na essência de suas propostas. Dito de outra maneira, na visão dumazediana, as propostas do poder público no âmbito do lazer puderam se expressar de forma equilibrada nos diferentes interesses culturais, superando a perspectiva físico-esportiva, geralmente hegemônica em programas ditos de lazer.

Estas considerações são pertinentes, uma vez que no cenário maior, em repetidas situações as ações do poder público defendem o corolário do lazer, enquanto que, na verdade, promovem apenas esporte.

Por outro lado, o aparecimento do lazer como conceito traduzia mais do que um mero cuidado semântico. O Governo Municipal de Sorocaba havia implantado, desde 1977⁴², o “Programa Lazer”, que se constituiu num importante ponto de partida para uma nova etapa de ações de política pública, como será aprofundado em outro momento.

No ano de 1989, a Prefeitura Municipal de Sorocaba passou por mais uma reestruturação. No artigo 11 – descreve as diversas funções, da SEMES, quais sejam:

“planejar, executar e fiscalizar as atividades referentes aos esportes populares e de representação, promover e coordenar atividades voltadas para o lazer da população, através de um calendário de programações, envolvendo os recursos comunitários e entidades locais, ou mesmo através de projetos e convênios com os organismos do Estado ou da União; desenvolver atividades voltadas para a prática do turismo, através dos pólos existentes na

⁴² Cabe um registro histórico. No ano de 1976, em consulta informal, representantes da Secretaria de Educação e Cultura solicitaram uma proposta programática para ser desenvolvida no Poder Público ao então Professor da cadeira de Recreação - da Faculdade de Educação Física de Sorocaba – FEFISO/ACM, Antonio Carlos Bramante. Esta proposta foi implantada, dois anos mais tarde, intitulada “Programa Lazer”, pelo próprio professor, quando foi convidado a assumir a Divisão de Educação e Recreação Infantil da SEC, conforme será, melhor estudado mais adiante. (vide p. 108)

própria comunidade, em seus aspectos populares, culturais, históricos e folclóricos, como forma de difundir as raízes do povo sorocabano.”

Note-se que o rol de atribuições desta nova Secretaria, que agregou os conceitos de Lazer e Turismo como denominação principal, demonstrou, em certa medida, um amadurecimento técnico operacional na forma de atuação dentro das áreas de esporte e lazer. A SEMES passou a se chamar – Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo. É possível inferir que estas funções e objetivos foram o resultado de uma década desenvolvendo atividades no campo do lazer e recreação, além das atuações tradicionais esportivas. Além disso, traz dentro de uma perspectiva metodológica uma proposta de categorizar departamentos que tratam de eventos agrupando-os em duas modalidades “Permanentes” e “de Impacto”, a partir do aspecto da “periodicidade” na ocorrência das atividades. Isto representou uma iniciativa de formular outra ordem administrativa que buscou novas formas de atuação pública.

Cabe informar que este modelo foi fruto de consultoria externa que contou com a presença de profissionais da área da gestão e administração do campo do Lazer.⁴³

Em 1996, uma nova modificação ocorreu na Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo. Nesta oportunidade foi suprimida a palavra lazer de sua denominação principal e secundária. Este fato poderia ser visto como um retrocesso, não fosse a influência de um outro movimento que aconteceu paralelamente: o surgimento de uma outra Secretaria Municipal que também faria uma atuação marcante no campo do lazer.

Voltando um pouco no tempo, em 1993, vale assinalar que foi criada a Secretaria da Criança e do Adolescente – SEMEAR. Ao contrário das demais secretarias que geralmente atuam por conteúdo específico, a SEMEAR teve como foco atender a um segmento da população – crianças e adolescentes. Esta proposta configurou-se à época, numa ação afirmativa de atuar a partir das premissas do então recente Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

⁴³ Os consultores eram professores da UNICAMP, Prof. Dr. Ademir Gebara e Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante. Numa iniciativa de superar a fugacidade da ação de um evento, Bramante desenvolveu uma classificação das atividades e ações de lazer que tratam os eventos a partir de um referencial de frequência de execução, buscando elaborar uma ação sistêmica e programática, denominado por ele de “PAIE” (Permanente, Apoio, Impacto e Especial). Esta classificação, que já existira, parcialmente, nos manuais do “Programa Esporte para Todos” nos finais dos anos 70 e início dos anos 80 parece ter influenciado os resultados da consultoria mencionada.

A programação dessa nova secretaria municipal baseou-se num rol de atividades recreativas, educativas, esportivas, artísticas e culturais, observando-se alguns suportes de natureza psicológica, social, afetiva, só para citar algumas áreas de atendimento. Nesta perspectiva, as ações recreativas e de lazer, desenvolvidas pela Prefeitura dentro da Secretaria de Esportes, migraram para a SEMEAR, ou de uma certa maneira, lá ganharam mais expressão e oportunidades de intervenção.⁴⁴

Provavelmente, este tenha sido o fator preponderante que culminou na transferência do “lazer” e “recreação” do âmbito da SEMES. Em 1995, foi criada a Divisão de Apoio ao Lazer - DALAR, para qual foi trazida a Seção responsável pelas atividades de lazer da SEMES.

“Artigo 2º - Fica transferida para a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente – SEMEAR -, a Seção de Promoção de Atividades de Recreação – SPAR -, da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo – SEMES -, passando a se chamar Seção de Lazer e Recreação SELAR a fazer parte da Divisão de Apoio ao Lazer e Recreação, criada no artigo anterior.”

Em julho de 1997, ocorreu uma nova reorganização dos órgãos da Prefeitura, que teve proporções bem mais profundas, com mudança de setores intra-secretarias, com extinção de cargos e mudanças e dispensas de funcionários. O resultado foi o retorno do lazer para a SEMES e o re-ordenamento da área do turismo, entendendo-o enquanto “negócio” e sua respectiva transferência para a Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

No período seguinte de quatro anos, as atividades da SEMES englobaram, então, o esporte de representação, os campeonatos tradicionais, as atividades permanentes em Centro Esportivos com a comunidade e as atividades permanentes do “Programa Lazer”. Timidamente ações do turismo ainda se mesclavam dentro das responsabilidades da Secretaria de Esportes e Lazer, tais como a realização de algumas feiras de cunho eminentemente comercial. A feira da aviação “Aerosport” foi um forte exemplo disso.

⁴⁴ Vale um registro de cenário que a implantação da proposta desta Secretaria, contaria mais uma vez com as contribuições teórico-operacionais do Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante, que se tornou então Secretário da SEMEAR. Esta tendência em trabalhar o segmento “juventude” e lazer surgiu várias vezes em experiências públicas. Exemplos disso podem ser vistos no Distrito Federal com a Secretaria do Turismo e Juventude, no Governo Crstóvam Buarque do PT. Recentemente no Estado de São Paulo, no Governo Geraldo Alkimin, do PSDB, com a Secretaria da Juventude e Esporte. É crescente a idéia de afinidade entre lazer, esporte e juventude como alternativa metodológica de educação pelo esporte e lazer, recorrente em todos os discursos políticos de qualquer alinhamento ideológico. Essa tendência encontra eco fora do Brasil, onde diversos países possuem Ministério de Esporte e Juventude.

Em 2001, alguns técnicos de recreação e lazer que permaneceram na antiga SEMEAR, a qual agregando outros serviços transformou-se em Secretaria da Cidadania, foram transferidos para a SEMES, a fim de atuarem no campo do lazer. A idéia desta mudança foi reafirmar a legitimidade de que as ações de lazer deveriam ser promovidas pela Secretaria de Esportes e Lazer. Antes disso, estes técnicos permaneceram atuando nos chamados Centros de Convivência da Criança e do Adolescente – CCCA, que na antiga SEMEAR atendiam prioritariamente esse segmento da população.

Em fevereiro de 2002, ocorreu uma pequena reestruturação em nível interno, visando promover atividades de lazer passaram nos Centros Esportivos, que até então, desenvolviam programas predominantemente físico-esportivos.

É importante refletir que uma estrutura organizacional traduz as representações que a sociedade possui em cada momento histórico, mesmo levando-se em conta os interesses políticos e partidários de cada época na qual está inserida.⁴⁵

No caso do esporte e lazer, estas “arrumações” ocorrem intensamente, provavelmente em virtude dos preconceitos e equívocos da própria concepção do que representa como dimensão humana, persistindo a idéia de que esporte e lazer não são coisas sérias. As conseqüências disso são, notadamente, as indicações eminentemente políticas para os representantes desta pasta, independente das ideologias dos governos. “Qualquer” pessoa que tenha sido um “esportista” ou “simpatizante” do esporte se torna um virtual candidato no contexto destes arranjos, nos quais o esporte serve como “moeda política”.

Mesmo assim, a despeito destas manobras recorrentes, a construção da arquitetura da administração pública, de certa forma aponta pistas da própria evolução da percepção da sociedade, dos seus valores e de suas crenças. Na medida em que as representações de lazer e esporte evoluem dentro do próprio conjunto social, isso pode ser sentido em outras dimensões da vida.

⁴⁵ Vale informar que mais uma vez há o registro da presença do Prof. Antonio Carlos Bramante a frente da Secretaria de Esportes e Lazer, que assumiu a pasta em 2001, no segundo mandato do Prefeito Renato Amary, do PSDB. A marca principal desta Administração no primeiro mandato foi uma “pequena revolução” urbana em toda cidade. Nas diversas melhorias dos espaços inclui-se uma melhoria no sistema de manutenção e ampliação da base física dos setores de educação, saúde e sistema viário. No segundo mandato os olhares seriam voltados ao esporte, lazer, cultura e meio ambiente. Uma primeira medida foi convidar um nome sorocabano, reconhecido na área técnica, preparado para ajudar este projeto acontecer.

Nesta perspectiva, embora não seja o foco desta investigação, foi possível perceber a partir desta recapitulação histórica, que a cada período de tempo a estrutura da Administração Municipal de Sorocaba se readequava, especializando e agrupando seus departamentos para prestar os serviços públicos. Isso se deu, não somente pelo crescimento populacional e demográfico, mas, sobretudo, pelo fato de que as relações sociais e necessidades humanas evoluíram e igualmente passaram a exigir novos olhares e soluções diferenciadas.

Neste contexto, pode-se destacar os avanços no modo de produção, as relações com o meio ambiente e o desenvolvimento do processo de conquistas sociais por uma forma de viver com mais qualidade. Tudo se transformou, inclusive as instituições e organismos públicos. É possível perceber mudanças nos valores da sociedade. Modificou-se a forma de ocupação do espaço onde as pessoas vivem, habitam, circulam, trabalham e usufruem seu tempo de lazer.

Entretanto, mais importante do que constatar a obviedade de que uma população com cerca de 70 mil habitantes (em 1940) necessitaria de organização menos complexa do que em um município com aproximadamente 500 mil pessoas (em 2000), é identificar os valores defendidos e representados pela sociedade ao longo do desenvolvimento desta trajetória. No caso de Sorocaba, os valores esportivos, recreativos e de lazer foram marcantes no decorrer de sua história, conforme foi verificado por esta investigação.

A título de esclarecimento, vale retomar a reflexão de que na esfera da Administração Pública, como se apresenta nos milhares municípios brasileiros, é possível identificar que o lazer é desenvolvido por diversos setores e órgãos, por intermédio de ações e responsabilidades técnicas e operacionais que privilegiam o lúdico como metodologia de intervenção. Esta atuação se caracteriza tanto pelos tradicionais eventos esportivos e competitivos em geral, como pelos eventos chamados “culturais”, estímulo à participação de concursos e festivais, campanhas educativas, promoção de festas e feiras, abrangendo as diferentes áreas de atuação. É a consagração do lúdico como dimensão privilegiada da sociedade, Lembrando que a ludicidade é a essência constituinte do lazer.

Desta forma, pode-se considerar as atuações bem mais ampliadas e abrangentes no campo do lazer dentro da Prefeitura Municipal de Sorocaba, além das tradicionais

Secretarias de Esportes e Lazer, as ações de outras Secretarias, tais como a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e Secretaria de Urbanismo e Planejamento. No caso da SEC, justifica-se pela questão da cultura que oferece vasto material de reflexão e complexidade. No exemplo do Urbanismo, os setores de parques e jardins da mesma forma abarcam conteúdo pertinente. Contudo, é fundamental ressaltar que para efeito de delimitação de estudo o foco desta investigação se deteve na evolução exclusivamente da Secretaria de Esportes e Lazer do município de Sorocaba, a qual sustentou uma política setorial para o campo do lazer.

CAPÍTULO IV

LAZER NO PODER PÚBLICO

4.1. Desenvolvimento Programático

Um grande desafio é identificar as diversas políticas sociais que envolvem a temática do lazer, direta ou indiretamente, no âmbito da *estrutura da administração pública*, de qualquer esfera. A abordagem tradicional trata, prioritariamente, das ações afetas a setores consagrados para estas finalidades. Assim, nos organogramas institucionais surgem as *Secretarias Municipais de Esportes e Lazer*, *Secretarias Municipais de Esportes e Turismo* ou *Educação e Cultura*, dentre inúmeras variações e denominações congêneres.

No caso de Sorocaba serão levantadas algumas pistas que possivelmente poderão esclarecer os caminhos e referências que tenham no lazer um importante pilar de sustentação.

No cenário mundial, na década de 70, existia uma franca campanha de sensibilização e massificação da prática esportiva, dentro de uma visão participativa e comunitária denominado “Esporte para Todos”.

Em 1977, iniciou-se significativa etapa na história recente do lazer desenvolvido na cidade de Sorocaba. Surgia, então, o “Programa Lazer”, que era um dos programas que compunham o Plano Setorial de Educação, 1977-81, o qual daria os contornos para os cinco anos da ação governamental no campo.

Nesta época, dentro da engenharia organizacional e burocrática existia uma Divisão de Educação e Recreação Infantil – DERI, na Secretaria de Educação e Saúde. Apesar de ter sido criada para cuidar da educação pré-escolar do município, cabe inferir que este setor foi o embrião do que um “serviço de lazer” pode e deve arregimentar programática e operacionalmente para promover uma intervenção junto à comunidade.

Devasto (1982) remonta os antecedentes do “Programa Lazer” reconstituindo alguns acontecimentos que datam de 1972. Diz ela que a primeira ação de lazer comunitária realizada em Sorocaba foi o resultado de uma atividade fruto da disciplina de Recreação, da

Faculdade de Educação Física de Sorocaba - FEFISO, sob a orientação do então Prof. Antonio Carlos Bramante. A atividade “área de lazer” como foi inicialmente denominada aconteceu no Clube Barcelona, um bairro da cidade.

Os preparativos do evento contaram com um protocolo de várias providências, abrangendo desde providências operacionais referentes à infraestrutura até reuniões com a comunidade local, visando recrutar a monitoria necessária para acompanhamento dos circuitos e jogos que seriam montados. *“Montou-se dessa maneira a primeira e histórica ‘Manhã de Recreio’ de Sorocaba”*, rememora Devasto (1982, p. 9).

Este fato retrata duas características significativas. Uma é a vanguarda e sintonia com o que estava ocorrendo com os movimentos mundiais desta natureza da recreação comunitária. O outro, e mais relevante, é que toda a metodologia de organização e execução do evento foi concebida naquele momento e que poucas correções recebeu ao longo desses 30 anos, nos quais vêm sendo promovidas as Ruas de Lazer ou Manhã de Recreio.⁴⁶

Em seu trabalho monográfico, Devasto (1982) contou ainda o início das “áreas de lazer” desenvolvidas pelo Serviço Social da Indústria – SESI, de Sorocaba. Ressaltando o papel fundamental do Prof. Otto Wey Netto, diretor esportivo da instituição como incentivador da realização destes eventos recreativos, como elemento de mudança de paradigma visando estimular nas pessoas a participação ativa e desta forma tinha como meta *“tirar gente das arquibancadas e botar nas quadras”* (Wey Netto, in Devasto, 1982, p. 10).

Com este cenário retratado, nos anos que se seguiram surgiu a oportunidade de se implantar uma nova visão de política pública no campo do lazer, dando ênfase na vertente da ampliação da participação das pessoas em experiências saudáveis e lúdicas. Assim foi concebido o “Programa Lazer” - PL. O Programa era composto de quatro subprogramas básicos:

- Recreação Comunitária;
- Recreação em Microambientes

⁴⁶ Cabe registrar que a idéia originária previa uma ampla participação comunitária, desde o processo de concepção até a execução da atividade. Atualmente, embora sejam realizadas reuniões junto a comunidade do bairro, não se efetiva esta “participação”. O que ocorre é uma execução de atividades predeterminadas, as quais são “consumidas” pelos participantes que apenas “tomam parte” da ação (Bordenave, 1983).

- Recreação em Parques Municipais
- Eventos Especiais

O subprograma “Recreação Comunitária” trabalhava assumindo o papel de assessoria técnica às comunidades para a realização de atividades diversificadas de lazer, desenvolvidas em áreas públicas específicas, as chamadas Áreas de Lazer, que deram origem às ruas de lazer ou às manhãs de recreio. O princípio desta atividade era ampliar as oportunidades de lazer, contando principalmente com a participação da comunidade não só na fruição como também no planejamento, execução e avaliação das ações (Plano Setorial de Educação, 1977).

Outro subprograma era a Unidade Móvel de Recreação – UNIMOR, que tinha como pressuposto principal a descentralização das ações, levando-as nas diversas regiões da cidade, em equipamentos não específicos aproximando as atividades de lazer da comunidade mais distante. Muito embora este projeto não chegou a ser executado da forma planejada, é possível inferir que as ruas de lazer, por utilizarem a metodologia de deslocamento, se assemelhem a esta proposta.⁴⁷

O grande diferencial entre uma Área de Lazer e as ações da UNIMOR era exatamente que a primeira ação a comunidade recebia orientações técnicas e realizavam de forma conjunta as ações e o segundo tipo, as atividades eram provocadas pelo Poder Público, estimulando a demanda. Neste contexto, uma política social funciona como ato de intervenção na realidade, favorecendo a participação da população.

Nos subprogramas “Recreação em Microambientes” e “Recreação em Parques Municipais”, algumas de suas propostas foram sendo desativadas ao longo dos anos. No primeiro grupo o objetivo era realizar atividades de lazer em instituições sociais, levando em consideração as necessidades e especificidades de cada grupo alvo. Assim, foram desenvolvidos dois Projetos “Recreação para Grupos Profissionais”, atividades recreativas para comércio, indústria entre outras e “Recreação Terapêutica” para auxiliar no processo de recuperação e profilaxia da saúde (Plano Setorial de Educação, 1977).

⁴⁷ A título de registro histórico, o SESI – Departamento Nacional incorporou as Manhãs de Lazer em sua ação programática a partir da experiência do SESI-SP. Este, por sua vez, foi decisivamente influenciado pelo então Prof. Otto Wey Netto, então aluno da Faculdade de Educação Física de Sorocaba, que fez parte do grupo pioneiro na organização da primeira manhã de lazer de Sorocaba, em outubro de 1972.

No segundo grupo “Recreação em Parques Municipais” a preocupação era de levar programação de lazer para espaços alternativos de lazer. Na época a cidade contava com apenas três unidades, sendo uma delas o Zoológico que já possuía programação específica (Plano Setorial de Educação, 1977).

No último subprograma “Eventos Especiais” a proposta era de um intenso calendário de atividades de impacto com realização mensal. Assim, nasceu o “cardápio” de eventos que se transformou na base da programação que atualmente são realizadas na cidade de Sorocaba. Eram eles:

- Festival de jogos gigantes: (fevereiro) festival de jogos de mesa em tamanho grande, montados em praça pública.
- Momento de bricolage – lazer utilitário: (março) oficina de aprendizagem da execução de pequenos reparos de utilidades domésticas.
- Expoverde: (abril) feira de educação ambiental com comercialização de produtos de jardinagem (realizado até hoje).
- Manhã de Integração do Trabalhador – MINTRA: (maio) grande evento na Praça Central, promovendo atividades de lazer para homenagear os trabalhadores.
- Feira da Barganha: (junho) revivendo a nostalgia das feiras, promover encontro para troca de objetos (realizado até hoje, numa feira fixa dominical, a qual comercializa também produtos de procedência duvidosa).
- Férias Quentes: (julho) atividades recreativas para crianças no período de férias escolares (realizado até hoje, em duas edições anuais, aglutinando as “Férias Felizes”)
- Passeio Ciclístico de Sorocaba: (agosto) encontro de ciclistas para circular com segurança em caravana pelas ruas da cidade (realizado até hoje).
- Passeio à Pé: (setembro) comemorando a semana da pátria, com caminhada, seguida de pique-nique (Atualmente existe Projeto Caminhada).
- Super Domingão de Recreio: (outubro) comemorando o dia das crianças com atividades recreativas, as escolas abriam suas portas se transformando em centro comunitário (realizado até hoje, como o mês da criança, não necessariamente em escolas).

- Meu tempo de Criança: (novembro) Resgate das brincadeiras e brinquedos dos tempos mais antigos, preservando a cultura.
- Férias Felizes (janeiro) ampliação do Projeto Férias Quentes, envolvendo não somente os estudantes em férias, como também a comunidade em geral (realizado até hoje, substituído por Férias Quentes em janeiro) (Plano Setorial de Educação, 1977).

Resgatar o início da trajetória do “Programa Lazer” suscita uma intrigante reflexão. Se neste rol de eventos apresentados mais da metade ainda é realizado, como, por exemplo, “48º Férias Quentes” ou “25º Expoverde”, significa vanguarda do passado ou falta de inovação do presente? Por outro lado, ainda que geralmente a lógica da Administração Pública geralmente possa ser aquela de não dar continuidade a ações desenvolvidas pelos governos antecessores, não parece ser o caso de Sorocaba.

Abrindo espaço para uma breve discussão, a cidade é movimentada por um calendário de festas e eventos, que parece confirmar uma antiga vocação para as Feiras, desde os muares. Vale citar outros eventos especiais de lazer, que entraram recentemente no Calendário Anual, promovidos por diferentes secretarias e instituições parceiras: Festa Junina, Aerosport (Feira da Aviação), Dia do Desafio, Agita Galera, Projeto Caminhada (*programas voltados ao combate ao sedentarismo*), Encontro Tropeiros do Asfalto (encontro de motoqueiros num parque da cidade), entre outras.

Dando continuidade a evolução programática da área nos anos que se seguiram vale mencionar que no início dos anos 80, quando foi criada, então, a Secretaria de Esportes e Turismo, foi criada a Divisão de Lazer, que herdou o “Programa Lazer”, que era desenvolvido pela Secretaria de Educação e Saúde. Apesar dessa nova organização o programa existente continuou atuando no formato iniciado em 1977.

No campo do lazer, a proposta de Sorocaba, certamente demonstrou vanguarda, lançou conceitos que ampliavam a visão monolítica dos interesses físico-esportivos do lazer. O “Programa Lazer” naquela época falava da busca pela *“qualidade de vida da comunidade”*, destacando a necessidade de melhor adaptação e convivência com o meio ambiente (Plano Setorial de Educação, 1977, p. 12). Outro aspecto que merece destaque é a elaboração de um documento programático – “Programa Lazer” que se baseava nas premissas defendidas numa carta do lazer, lançada no Seminário Mundial de Lazer,

promovido pela Fundação Van Clé, em Bruxelas, no ano de 1976 (Plano Setorial de Educação, 1977).

Num quadro comparativo, a área de eventos esportivos sofreu um ordenamento mais significativo, organizando a participação da cidade em competições oficiais da região e do estado. Além desta participação há uma tradição na promoção de duas categorias de competições do município – os campeonatos de futebol varzeano e os torneios abertos de futebol de salão, com diversas categorias e faixas etárias. Estes eventos acontecem igualmente de forma tradicional na vida esportiva da cidade.

Embora já ocorressem há alguns anos, os campeonatos varzeanos foram oficializados através da lei Nº1.224, de 20 de abril de 1964.

“Estes certames terão a supervisão da Secretaria da Educação e Saúde e direção da Diretoria Municipal de Esportes, a qual elaborará a regulamentação das normas a serem seguidas durante os mesmos”.

Estas competições, até hoje, envolvem número significativo de jogadores, cerca de quatro mil, aproximadamente 180 equipes, divididas em cinco categorias. Acredita-se que estes campeonatos sejam os maiores realizados envolvendo as cidades do Estado de São Paulo, considerando-se as características das mesmas (Relatório SEMES, 2001).

Nesta mesma esteira ocorrem dois torneios de futsal de indiscutível tradição na cidade. Um, envolvendo público adulto é realizado há mais de 40 anos, o outro é destinado às crianças e adolescentes e já somam mais de duas décadas. Ambos trazem números expressivos, figurando entre os maiores da modalidade no Estado, em se tratando de equipes e atletas inscritos. Em média cerca de 350 equipes com mais de quatro mil jogadores em cada edição (Relatório SEMES, 2001).

Pouco se escreveu posteriormente, conforme foi discutido no tópico “Políticas não Escritas”. Isto se deve, provavelmente, a diversos fatores. Para efeito deste estudo, os documentos levantados se encontravam em estágio de minuta, o que não permite análise apropriada de possíveis propostas de inovação. Outros documentos investigados foram alguns exemplares de Projetos Executivos de Eventos – Festival de Pipas, Expoverde, Bairro em Festa, Manhãs e Tardes de Lazer. Em blocos de dois ou três anos eles apresentavam as mesmas características e quantidades, recursos necessários, além dos enunciados serem os mesmos, bem como os objetivos e metas.

Isto remete a alguns relatórios, que indicam outras pistas. No ano de 1996, o Projeto Férias Quentes atendeu oito mil crianças e adolescentes, em duas edições realizadas nos meses de férias escolares. Este número se repete equilibradamente nas últimas edições. O mesmo fenômeno ocorre no Festival de Pipas, que envolveu no mesmo ano, onze mil participantes (Perfil do Município, 1996) a população na oportunidade contava cerca de 460 mil habitantes. Hoje, Sorocaba está com aproximadamente 540 mil habitantes, após o Censo de 2001 (Site IBGE, 2001). Nestes seis anos, parece não se observou ampliação na capacidade de atendimento à população, respeitando o crescimento proporcional.

Ainda assim vale lembrar o que já foi dito. Os modelos assumidos, tanto no esporte como no lazer se assemelham aos praticados até os dias atuais. Mais uma vez, estes fatos provocam um questionamento pertinente. Será falta de criatividade do hoje ou vanguarda do ontem?

4.2. “Programa Lazer” – buscando os sentidos

Como o “Programa Lazer” é o documento marco das reflexões na municipalidade de Sorocaba, neste momento a proposta é explorar o conjunto de informações contidas nos enunciados do mesmo. O fato de representar avanços, uma vez que inscreve uma dimensão da experiência humana, de forma oficial na ordem administrativa do município, não quer significar somente certezas e acertos. Nesta perspectiva, a Análise do Discurso – AD servirá de suporte investigativo, buscando permitir a percepção dos sentidos presentes nesta proposta.

Esta ação metodológica tem como proposta básica, oferecer algumas reflexões aprofundadas sobre o escopo do referido Programa, indicando subsídios para processos de elaboração de políticas setoriais de lazer e os respectivos cuidados na seleção dos focos de ação e nos discursos que deverão ser empregados, demonstrando em última análise, que nem sempre o que se diz, parece ser o que se quis realmente, ou será que sim?

4.3. Condições de produção

Em AD “as condições de produção” têm a função de reconstituir os cenários existentes, situações históricas, a fim de proporcionar o maior número de informações possíveis, permitindo desta forma, compreender o material em análise, no contexto original no qual foi concebido.

Nesta perspectiva, importa recapitular que o “Programa Lazer” foi implantado pela Divisão de Educação e Recreação Infantil da Secretaria Municipal de Educação e Saúde, estabelecendo as diretrizes e ações no campo, baseado nas prioridades do Plano Setorial de Educação de Sorocaba para o período 1977/1981.

Ao lado disso, cabe mencionar que na década de 70, desencadeou-se em nível mundial, importante discussão sobre o lazer com significativo desenvolvimento de referencial teórico. Foi nesta época a realização de uma incisiva campanha de massificação da prática esportiva comunitária e atividade corporal como essência da experiência do lazer. Exemplo disto, no Brasil, foi a memorável campanha do Governo Federal “*Mexa-se*”, que invadiu os lares brasileiros, convidando as pessoas a se exercitarem como forma de estilo saudável e, primordialmente, em seus momentos de lazer. Mais tarde, em 1988, por ocasião da publicação da Constituição Federal, o lazer passou a figurar com o status de direito social.

Estes dois marcos cronológicos estabelecem um parâmetro importante para a contextualização do Programa em estudo, uma vez que seu próprio nome já trazia uma nomenclatura de ponta, contribuindo para construção de um novo conceito que se transformou em terminologia bem difundida, inclusive no senso comum.

Os “primeiros efeitos de sentido” gerados pelo documento tanto em seu texto como a partir de seu contexto é que ao estabelecer um “Programa Lazer”, o Poder Público preocupou-se em promover o bem-estar da população, garantindo ofertas de lazer como um direito social.

Os efeitos de sentido se constituem nas primeiras impressões geradas pelo material, respeitando o dito popular “a primeira impressão é a que fica”. Neste caso, isso não é garantido como resultado de interpretação e análise, mas é o ponto de partida.

4.4. Analisando o discurso

O documento inicia-se com a formulação do “macroobjetivo”: *“Educar a população em todas as camadas sociais consideradas a utilizar, de forma adequada o tempo livre de que dispõe, propiciando a cada indivíduo, condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”*.

Os trechos *“utilizar de forma adequada o tempo livre”* ... *“condições de recuperação”* ... *“desenvolvimento pessoal”* demonstram um certo avanço conceitual para a época, tomando o eixo teórico de Dumazedier ao falar em tempo livre, recuperação e desenvolvimento. Entretanto, parece permitir a inferência de apresentar uma idéia de controle social com a palavra *“adequado”*. Embora esteja implícito o conceito de *“espontâneo”* no contexto do tempo livre, esta liberdade será tutelada, monitorada, talvez visando, ser útil e produtiva.

Assim, o sentido de lazer presente no documento permite reflexões múltiplas. O lazer é entendido como necessidade social, direito social ou controle social?

A partir da *“posição autor”* é possível selecionar a opção que produza o sentido realmente desejado. Educar presume uma ação pedagógica, que, portanto, em princípio, exige um professor. A *“posição professor”* representa a autoridade de quem sabe mais. Neste caso quem educa e sabe mais é o *“poder público”*, ensinando a quem sabe menos *“a população”*. Por sua vez *“população”* é todo mundo, todos os cidadãos de Sorocaba, homens, velhos, crianças, deficientes, mulheres, ricos e pobres, explorando a diversidade de pessoas.

O sentido de diversidade é reforçado ainda mais com a expressão *“camadas sociais consideradas”*. Entretanto, parece não atingir todos os seus membros. *“Camadas”* é um termo que permite ser substituído por *“classes, segmentos ou grupos”*. *“Consideradas”* pode ser dito de outro modo: *“aceitas, incluídas, que são levadas em consideração”*. Pois, se há as consideradas, fica implícito que há as que não são *“consideradas”*, portanto, excluídas, não aceitas.

Da mesma forma, a idéia de *“tempo livre”* significa que há o tempo que não é livre. O tempo ocupado com o trabalho e demais obrigações. O que permite inferir que as camadas consideradas são, principalmente, os ocupados, que não têm tempo a perder, os

produtivos, aqueles que necessitam de descanso reparador, o mínimo de consideração do governo.

Depois de buscar a “posição autor”, dar voz ao “não dito”, faz-se conveniente a aventura no descobrimento de possíveis paráfrases referentes à formulação do macroobjetivo.

- *“Educar (...) a utilizar de forma adequada o tempo livre...”*
- *Ensinar... Desenvolver... Instruir...Treinar... (...) a usar corretamente... a folga...*

Embora na busca de formar uma “família parafrástica”, não se pretende reduzir o conceito de “educação”. Em AD, entende-se por família parafrástica, termos e sinônimos construídos a partir de paráfrases. Assim, para efeito de AD, foram explorados alguns sentidos plausíveis e recorrentes adequados como sinônimos da idéia de educar. O esforço metodológico prendeu-se nestes termos usados comumente quando se trata da questão.

Em outro trecho do documento lê-se:

- *“condições de recuperação”.... que dizendo de outra forma ficaria: ... “condições de reabilitação, de descanso, de reposição, de recarga”... enfatizando prioritariamente o ser biológico, mais somático do que psíquico, que não pode apresentar condições inadequadas com o risco de causar prejuízo no funcionamento da “máquina social”.*

Em outro capítulo do texto encontram-se os seguintes aspectos referentes à realidade existente no momento da elaboração do “Programa Lazer”:

“O PSESE, os Programas Educação, Cultura e Esporte são amparados por lei...”

“... a Administração anterior não previu um ‘Programa Lazer’ ”.

“... foi despertado o valor que as atividade de lazer podem oferecer na utilização do tempo livre”.

“... coube ao ‘Programa Lazer’ a oportunidade de excluir áreas que lhe poderiam competir e que, no entanto, já vinham sendo atendidas em subprogramas diversos.”

No primeiro item, ao afirmar que as áreas Educação, Cultura e Esporte são amparadas pela lei, dando atenção ao “não dito” pode-se entender que o Lazer, que não estava contemplado anteriormente, não é amparado por lei. Este sentido implícito choca-se frontalmente com a idéia de lazer como direito social. Fazendo uma busca pela construção de uma família parafrástica depreende-se o seguinte:

“Educação, Cultura e Esporte são amparados por lei...” significa dizer ... “têm recursos ... têm dinheiro... recebem atenção... é de direito e de fato”. Assim, o não dito “Lazer não é amparado por lei” equivale igualmente a dizer: não tem recursos, não tem dinheiro, não recebe atenção, não é de direito e não de fato...

Se por um lado a simples existência de um documento representa posição de vanguarda na ação do poder que o propõe, por outro, o cenário no qual surge, demonstra o nível das barreiras culturais e sociais encontradas no momento de sua implantação.

“...excluir áreas que lhe poderiam competir”... Nesta formulação é possível a compreensão que algumas atividades isoladas e espasmódicas de lazer já vinham sendo realizadas, não imbricadas numa ação programática. Assim, ao se estabelecer o PL, optou-se pela estratégia sistematizada do campo. Considerações que reforçam o avanço da proposta. Nos trechos finais do texto lê-se

“Decididamente, uma Sorocaba melhor, não poderá prescindir da seguinte realidade: é no tempo livre que as qualidades humanas se desenvolvem, cabendo também ao Poder Público orientar a educação para que esse tempo seja melhor utilizado”.

Esta formulação permite instigantes análises acerca do entendimento moral e operacional do tempo livre. Ao asseverar que “as qualidades humanas se desenvolvem no tempo livre” está sendo dito nas entrelinhas, que no tempo ocupado as qualidades humanas não estão sendo desenvolvidas. Este enunciado remonta a dicotomia perpetuada desde as concepções gregas de que o trabalho não traz nada de bom e que só o lazer desenvolve qualidades.

Assim, dito de outra maneira, “decididamente o Lazer só é bom, se desenvolver as qualidades humanas”. A representação não deixa dúvida de que o lazer é superior, aguça as virtudes e potencializa as capacidades.

E se o lazer é assim tão bom, por que tentar dominá-lo a todo custo? Porque o receio de que o lazer permita a uma utilização inadequada do tempo? O que não é adequado para o Poder Público numa experiência de lazer?

Estes sentidos expostos remetem à discussão para uma ideologização moralista de que o lazer é inequivocamente bom. Orlandi (2000) considera que em Análise do Discurso “a ideologia se materializa na linguagem”. Prosseguindo, a autora esclarece que a ideologia não é tratada como “visão de mundo, nem como ocultamento da realidade, mas

como mecanismo estruturante do processo de significação” (p. 96).

Lazer, enquanto tempo disponível, significa liberdade. Significa a possibilidade de libertação do jugo do trabalho. Lembrando a origem etimológica da palavra trabalho que vem do latim *tripalium*, antigo objeto de tortura, que provoca dor e sofrimento (Requixa, 1973) por outro lado, já a origem latina da palavra lazer “*licere*” diz-se do lícito, do legítimo (Bramante, 1998).

Trabalho, inequivocamente, é associado como momento de opressão da obrigatoriedade. Diferentemente, o lazer figura como a possibilidade da libertação destes grilhões do “imprescindível”, do inevitável, do qual não se pode livrar a seu bel prazer.

Na proposta do “Programa Lazer” será que está dito que só é “decididamente bom” se estiver sob a égide do controle? Será que o lazer só é bom se adequadamente controlado, evitando-se as surpresas indesejáveis? Na intenção de uma formulação de política governamental, estabelece-se a presente convivência com o medo da falta de limites para um suposto exercício de liberdade. Enfim, desenvolver cidadãos formados livres põe em risco o próprio equilíbrio da convivência social.

O grande paradoxo já está posto, “programar” o lazer. É contraditório e desafiador para qualquer gestor ou mero praticante, dar conta dos limites e amarras inerentes à lógica da organização. Quem planeja, visualiza possibilidades, favorece oportunidades e pretende antecipar o futuro. Quem usufrui se prepara para uma experiência significativa, que de previsível, somente haja o anseio de ser relevante.

Um atributo do lazer é a liberdade, que apesar de não ser jamais absoluta no seio da sociedade, prescinde de produzir o efeito de se sentir “livre”. As idéias extraídas como resultados possíveis da análise deste material, apontam para uma percepção de controle. Duplamente há o controle, no simples ato de planejar, bem como nos sentidos internos de uma representação de saudável, correto e adequado a ser feito no tempo livre.

O “Programa Lazer” realizava grande parte de suas intervenções em espaços não específicos e também, tinha o suporte conceitual e operacional, sintonizado no sentido da festa. Festa esta que no sentido social, constitui-se num evento que quebra rotina, promovendo a desestabilização das coisas do cotidiano, com aquilo que estava naturalizado.

Os espaços específicos existentes, principalmente os mais atuais, ao ar livre,

sugerem atitudes mais autônomas e de livre escolha, forjadas na negociação da convivência coletiva. O “Programa Lazer” visava e visa, ainda, estimular as pessoas para uma vivência de lazer, contudo, mediando os níveis possíveis de livre escolha e autonomia.

CAPÍTULO V

ÚLTIMAS PALAVRAS

5.1. Espaço ou programa – o que garante a animação?

Esta investigação buscou percorrer um roteiro sugerido apresentado como “questões geradoras”, que na medida em que eram exploradas aproximavam ao cumprimento dos objetivos propostos. Assim, como resultado pretendido foi realizado levantamento do desenvolvimento histórico do lazer na Administração Pública do município, identificando sua programação das ações. Da mesma forma, resgatou-se o processo de desenvolvimento urbano de Sorocaba, mapeando os espaços públicos da cidade.

Ao longo desta trajetória investigativa, foi possível identificar como o lazer foi entendido dentro do desenvolvimento urbano de Sorocaba, na perspectiva de função social da cidade. Além disso, de modo geral, os conceitos aqui discutidos e amplamente debatidos se propõem a servir de parâmetro para processos de planejamento de políticas de lazer e, quiçá, de políticas urbanísticas de outras cidades.

Na interpretação de alguns dos dados coletados ocorreu a preferência para um novo olhar, o qual permitisse demonstrar que há mais elementos presentes em documentos e propostas, leis e argumentos do que os métodos objetivos podem captar. Assim, este trabalho ousou abrir espaço, mesmo que restrito, à possibilidade de perceber a perspectiva subjetiva que permeia as relações sociais, as intenções institucionais e todas as esferas da vida, as quais constituem suas idéias traduzidas por seus “discursos”.

Provavelmente, isto foi provocado nesta pesquisa pelas próprias características que envolvem a temática do lazer, multidisciplinar, multifacetado, composto por diferentes interesses culturais, lembrando que neste trabalho é entendido como dimensão privilegiada da existência humana.

Talvez, chegará o dia em que os gestores de políticas setoriais de lazer concluirão que não há como administrar este campo de intervenção sem conhecer as representações e crenças, indo além de hábitos e costumes, presentes em seus grupos alvos. Aspectos que nem sempre podem ser identificados por meio de questionários rasos e fechados, mas mergulhando mais a fundo na cultura da sociedade, em sua origem e em seu presente, buscando verificar para onde caminha.

Retomando o arcabouço construído ao longo desta investigação, trabalhou-se prioritariamente em duas vertentes – a evolução administrativa do esporte e lazer (programa) e o desenvolvimento urbano (espaço).

Na categoria programa foi estabelecida uma revisão histórica da progressão administrativa, bem como o respectivo desenho organizacional apresentado ao longo dos anos, identificando a trajetória percorrida pelo pensamento político acerca do gerenciamento do lazer, tendo como delimitação o “Programa Lazer” como marco fundamental de intervenção do poder público na área.

Na categoria espaço, acomoda-se tanto a discussão acerca do planejamento, a legislação pertinente, a concepção dos planos diretores, constituindo-se uma esfera subjetiva do “vir a ser”, como também todo mapeamento da ocupação da cidade com seus efeitos objetivos do que “realmente é” ou tem sido.

O processo de construção organizacional dos setores responsáveis tanto pelo lazer quanto pelo desenvolvimento urbano foi marcado de contradição. O que era dito e pretendido não encontrava eco em ações operacionais, corroborando com a dicotomia teoria/prática tão recorrente no contexto das iniciativas de políticas públicas.

No campo do lazer, foi identificado o surgimento da Comissão de Assistência ao Esporte, em 1937. A preocupação com o ordenamento da ocupação espacial veio somente em 1948, esboçada por meio da intenção de diligenciar o desenvolvimento urbano a partir da definição da “Faixa da Zona Central”⁴⁸, que culminou com um código de obras, em 1950. Estes dois marcos temporais demonstram que a atenção com a área do esporte e lazer antecedeu à questão de desenvolvimento espacial da cidade no que tange a ação afirmativa da Administração Pública.

⁴⁸ Lei nº 35, de 24 de maio de 1.948, que dispunha sobre o estabelecimento de uma “Faixa Comercial Central”, para efeito da melhoria arquitetônica da cidade de Sorocaba.

Por outro lado, vale assinalar que esta Comissão era composta por membros voluntários de caráter honorífico, não sendo uma atividade remunerada. Embora fosse dirigida pessoalmente pelo Prefeito Municipal, não parece errôneo afirmar que “cuidava-se do esporte por lazer”. Esta assertiva baseia-se na proposta de Stebbins (1999) que trata do “lazer sério”, o qual insere o voluntariado como uma atividade realizada no tempo de lazer. As pessoas se dedicavam voluntariamente dentro da CAE, já naquela época, com espírito de gratuidade, contribuindo com os destinos das ações do campo esportivo sorocabano, situação, que, aliás, ocorre atualmente com a Comissão Central de Esportes, na condição de órgão consultivo.

Outro aspecto que demonstra certa contradição entre a intenção e a ação é o fato de que o primeiro “equipamento específico de lazer” (Requixa, 1980) da esfera da Administração Municipal destinado à prática esportiva fora implantado 15 anos depois, o Ginásio Municipal de Esportes. Depois disso, decorreram mais três décadas, e somente em 1973, foram construídos dois Centros Esportivos, conforme mencionado anteriormente. Desta forma, identifica-se a existência de uma espécie de “elo perdido” na materialização da intenção de se promover a área esportiva, com lento processo de ampliação de base física no âmbito da administração pública municipal. Contudo, ainda assim, pelo fato da lógica adotada ser a da seletividade e da competição, o conjunto da população não era foco das políticas públicas da área, naquele período.

Ao lado disso, o desenvolvimento dos conceitos de urbanização da cidade iniciou-se, igualmente na década de 50, sem fazer quase nenhuma menção a áreas destinadas à prática e vivências recreativas e esportivas. Houve, nesta oportunidade, alguma pequena atenção para as casas de diversão⁴⁹, cuidando da manutenção e funcionamento.

Mais tarde, a década de 70 foi marcada por acontecimentos que merecem destaque. A elaboração do Plano Diretor Integrado – PDI e a implantação do “Programa Lazer”, já citados e analisados em outros momentos dentro desta investigação. Em ambos documentos há uma explícita preocupação com a qualidade de vida, traduzidas pelas características inerentes a cada campo do conhecimento, as quais constituem em atributos arrojados para seu tempo.

⁴⁹ Em 1954, surgiram leis regulamentando a dedetização em cinemas e teatros, bem como emissão de alvarás de funcionamento mediante laudos periciais de segurança.

O primeiro surgiu em 1971, intitulado Plano Diretor Integrado, entabulou significativo avanço conceitual, reconhecendo as funções sociais da cidade, aos moldes do propugnado na “Carta de Atenas”, com forte ênfase ao lazer, às atividades esportivas, recreativas e às culturais. Explicitou preocupações com as áreas verdes e livres da cidade, bem como destinando sua vocação para o lazer.

O segundo apareceu alguns anos depois, em 1977. Então surgia uma nova proposta de intervenção – “Programa Lazer” – com o objetivo de prestar serviços de recreação e lazer à comunidade, dando outros sentidos aos espaços e às experiências recreativas.

Cabe salientar, que a base fundamental do “Programa Lazer” encontra-se em vigência com algumas adaptações até os dias de hoje. Contudo, o referido Plano Diretor Integrado não foi plenamente implantado, ao contrário, ao que tudo indica configurou-se em mais um documento sem eco, tendo caído no “esquecimento”. Quais são as possíveis explicações para isto?

Em certa medida a vocação para o lazer presente na cidade de Sorocaba, parece ter respeitado os lastros da cultura e ter reencontrado raízes profundas no Ciclo do Tropeirismo, que promoveu suas pujantes e renovadas feiras, constituindo inúmeras formas de encontros comerciais e festivos. Estes eventos de outrora eram realizados sempre em logradouros e locais rústicos e muitas vezes adaptados.

Os eventos de lazer da atualidade também carregam uma sintonia com o improvisado e a capacidade de se adaptar, buscando promover as festas e encontros que continuam a reunir grandes números de participantes. Procuram os espaços alternativos, explorando as muitas possibilidades que o movimento proporciona. Este traço rústico remete a uma simplicidade de quem cultiva festa e andança e sempre está pronto para uma nova aventura.

Por sua vez, o planejamento urbano proposto com aquela vanguarda, parece não ter encontrado as mesmas raízes culturais e embora tenha enfatizado a preocupação com um espaço que contribuisse na melhoria da qualidade de vida, cumpriu seu papel de ordenador do uso do solo, porém sob a égide do “espaço utilitário”. Neste período registrou-se uma explosão de loteamentos e implantação de novas empresas. Haja vista que a população de Sorocaba de 174 mil habitantes, em 1970, cresceu para mais de 500 mil, em

2000, ao tempo em que o desenvolvimento econômico do município registrou um novo “boom” industrial, comparado ao ocorrido nos dias da “Manchester Paulista”, do final do século XIX. (Fundação SEADE, 2002).

Esta ampliação vertiginosa de loteamentos do novo Plano Diretor alargou a quantidade de residências, o que instiga a novas reflexões. Ao contrário das cidades brasileiras, Sorocaba registra baixos níveis de “favelamento”. Em 1990, segundo informações da Prefeitura Municipal “apenas 0,7% da população vivia em favelas ou cortiços (...) constatou-se 71% da população tem casa” (Jornal Cruzeiro do Sul, 1991, p.10).

Além dos fatores de ordem sócio-econômica que traduzem as condições favoráveis da população, embora tenha ocorrido este grande crescimento do traçado urbano em termos de novos bairros, o mesmo não ocorreu com as áreas destinadas à prática de lazer. É possível, desta forma, inferir que as atividades do “Programa Lazer”⁵⁰ ganharam expressão e ressonância, uma vez que elas eram realizadas tanto em espaços específicos e não específicos, suprimindo assim uma carência operacional que, aliás, ainda é registrada nos dias de hoje.

Feitas estas ilações e algumas considerações provisórias, importa retomar a reflexão proposta por esta investigação. Na relação do espaço com programa, quem garante a animação? Então, a partir da compreensão do que seja esta animação é possível formular a questão da seguinte maneira: “quem pode garantir a alma?” Mais ainda, o que pode ser um fator causal?

Nesta perspectiva, para melhor entendimento, vale retomar as contribuições de Requixa (1980), discutidas anteriormente (item “Lazer e Animação”) acerca de “uma política de animação sócio-cultural”. A esse respeito, no caso de Sorocaba algumas considerações podem ser feitas. O quadro de profissionais que atua no campo de esporte e lazer é formado por quatro tipos distintos: o Professor de Educação Física, o Técnico de Esportes, o Técnico de Recreação e Lazer, o Treinador e o Agente de Lazer. Os dois últimos grupos não necessitam de formação de nível superior.⁵¹ Analisando este espectro

⁵⁰ “Programa Lazer” denominava “Área de Lazer” as tradicionais manhãs de recreio ou rua de lazer. Estas atividades geralmente eram realizadas em espaços não específicos: ruas, praças, lotes, estacionamentos, dentre outros.

⁵¹ Apesar disso, alguns profissionais concluíram sua formação superior, embora não tenham sido promovidos para outros patamares dentro dos níveis de carreira.

organizacional, esta diferenciação se confirma na forma de atuação frente às atividades. Entretanto, é necessário fazer as ressalvas de que em muitos casos os embasamentos conceituais não permitam tantas departamentalizações. As formas de atuação se apresentam da seguinte maneira: o Professor de Educação Física e o Técnico de Esportes atuam tanto em atividades esportivas prioritariamente comunitárias quanto em treinamentos de Esporte de Rendimento. Os Técnicos de Recreação e Lazer⁵² atuam dentro das atividades do “Programa Lazer” (que hoje não possui esta denominação), reproduzindo um amplo “cardápio” de eventos, típicos dos conteúdos culturais do lazer. Há uma estabilização e naturalização de conceitos acerca do tema, a partir dos quais é nítida a diferença entre atividades esportivas e de lazer.

Quanto ao Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos pode-se levantar algumas informações significativas. Os treinadores não têm formação de ensino superior, possuem foco de atuação monodisciplinar, mais precisamente ministram a modalidade futebol. Alguns Professores de Educação Física e os Técnicos de Esportes possuem cursos de Especialização e todos os Técnicos de Recreação e Lazer fizeram cursos de Especialização específico na área. Após uma etapa de reunificação do grupo, ocorrida em janeiro de 2001, foi estabelecido um programa permanente de encontros técnicos semanais, com a promoção de oficinas e cursos.

Um importante grupo que merece registro especial é representado pelos “voluntários do lazer”. Este grupo atua nas atividades de lazer há mais de duas décadas. Atualmente, estão em quase 300 integrantes. Apesar de “animadores voluntários”, possuem características diferentes ao grupo mencionado por Reiquixa (1980), uma vez que eles não atuam em suas comunidades. Ao contrário, realizam suas ações nos diferentes pontos da cidade, conforme a demanda das atividades.

Na ótica de Stebbins (1999) este grupo leva mesmo o lazer a sério. Entende-se melhor esta afirmativa quando se acompanha os preparativos das diferentes atividades recreativas e de lazer promovidas pela Secretaria de Esportes e Lazer contando com imprescindível participação dos voluntários. Para elas, demanda-se programas de

⁵² Com as modificações e transferências dos Técnicos de Recreação e Lazer intra-secretarias, indo da Secretaria de Esportes e Lazer – SEMES para a Secretaria da Criança e do Adolescente – SEMEAR, depois para Secretaria da Cidadania e por fim, de volta a SEMES, houve uma evidente cisão e desarticulação do grupo, com conseqüências perceptíveis nas relações interpessoais.

capacitação e treinamento, incluindo discussões conceituais. Observando esta “relação de parceria e solidariedade” é possível se perceber algumas características importantes. Por exemplo, em fevereiro de 2001, quando foram abertas as inscrições para o novo Projeto “Voluntariado: Lazer levado à Sério”. Em 24 horas, as 200 vagas disponíveis foram preenchidas, ficando ainda uma longa fila de espera para uma outra oportunidade. Ora, talvez se pudesse justificar esta resposta por se tratar de uma capacitação.

Neste sentido, cabe mencionar ainda uma outra experiência expressiva. Trata-se do Projeto Férias Quentes (conhecida comumente por colônia de férias) que é realizado durante às férias escolares de janeiro e de julho (há quase 25 anos). As 320 vagas para “monitores – voluntários”, que deverão atuar durante duas semanas são normalmente preenchidas em menos de quatro dias, e forma-se uma impressionante lista de espera de quase cem nomes.

Torna-se instigante buscar as causas para este movimento. Embora, não tenha sido examinado com investigação específica, pode-se inferir duas motivações. A primeira, e talvez mais óbvia, é que estes voluntários vão em busca de novas relações inter-pessoais. Mais do que preocupados em viabilizar experiências de lazer para crianças de classes sociais mais baixas, eles estão à procura de seus lazeres, de sua satisfação pessoal. Daí, assinalar as considerações de Stebbins, que defende a idéia que a ação de voluntariado, junto com as de amadores e hobistas constituem-se no que o autor denomina “lazer sério”. A outra, é que esta atividade se tornou uma tradição cheia de sentidos e, é considerada, pela população, como um momento mágico de vivência de lazer, no qual as crianças terão seu direito de brincar. Importa informar que muitos destes monitores já foram crianças beneficiadas por este projeto. Por fim, pode-se dizer que nesta ação existe pura animação, na união de muitas almas que se encontram para uma tarefa tratada seriamente: brincar.

Traçando um perfil deste grupo, sabe-se que a formação acadêmica é mesclada. Em levantamento realizado em 2001, junto a 200 voluntários constatou-se que a maioria era oriunda do curso de letras e pedagogia e muitos eram do ensino médio. Alguns estudavam Turismo e apenas doze cursavam Educação Física. Este é um curso tipicamente associado ao campo do lazer. Este aspecto aponta para uma certa predisposição multidisciplinar preconizada por Requixa (1980).

Na realidade estudada foi possível detectar alguns dos elementos constitutivos da animação sócio-cultural preconizados por esse autor, ou seja, o agente espontâneo convive com o profissional especializado. Por outro lado, este último demonstra traços de estagnação, uma vez que os procedimentos metodológicos empregados para a consecução das atividades são, em sua maioria, os mesmos que eram utilizados pelo “Programa Lazer”, em 1977, guardadas as evoluções tecnológicas disponíveis na atualidade. Assim, já será possível afirmar que o “programa” garante a animação? Afinal, neste caso, conseguiu se sustentar no tempo e preservar algumas marcas.

Antes do risco de uma conclusão precoce, cabe explorar mais a questão do espaço como fator importante na animação. Resgatando um pouco de tudo que foi percorrido ao longo deste texto refletiu-se sobre um espaço que é físico, embora se tenha reconhecido e até mesmo anunciado que dele não se dissipa a subjetividade, não como oposta, mas como componente. Não foi trajetória investigar como os indivíduos vêem e representam o espaço. Aqui, foi analisada e discutida a representação deste espaço a partir de um olhar institucional, pelas suas leis e pelas definições das condutas administrativas municipais. Este foco, na forma coletiva não desmerece a ótica do indivíduo, apenas não é a proposta do estudo.

Nos diversos ensaios foram apresentadas contradições que nem sempre caracterizam o progresso. Um avanço, no entanto, preserva-se inalterado desde o início, o qual vem embalado no conceito, mas pode influenciar uma ação: uma cidade que reconhece que também é constituída de lazer, cria ambiente propício para uma dimensão humana privilegiada, unida da possibilidade da vivência lúdica.

Entretanto, este debate pode ser aquecido pelas considerações de Garcia (1996), as quais propõem instigante questão de que *“todo espaço lúdico é, necessariamente, um espaço de lazer, mas que o inverso nem sempre é verdadeiro”*. (p.16).

Isto é facilmente comprovado com o exame de instalações específicas destinadas às práticas dos vários interesses culturais do lazer, predominantemente as destinadas à experiência física-esportiva. Só para citar um aspecto, as cores de muitas construções públicas recreativas são pintadas das cores cinza e branca, cores neutras que não despertam muita motivação.

Sorocaba não foge à regra. Mas, o que chama a atenção é como uma cidade que demonstra vanguarda programática não se deu conta de que o desequilíbrio estava posto. Não que o espaço não fosse fundamental, é que ele não era necessariamente permanente. A cada promoção ele era reinventado, redescoberto, e revestido de inovação, respeitando a evolução do tempo. Aqui se consolidou a perspectiva “errante” de um “espaço virtual”, construído nos movimentos de cada sação programática, re-editando, de alguma forma, os pousos das tropas e suas feiras festivas e cheias de novidades.

Nas sucessivas Administrações Públicas do município de Sorocaba que se revezaram ao longo das últimas décadas, observa-se o traço comum na dificuldade de instalar pontos fixos que permitam que ali aconteçam seus fluxos. Não foram as orientações partidárias, ideológicas ou programáticas, causando estranheza à lógica do poder público que tem um certo fascínio por obras vistosas, bem fixas e candidatas a monumentos de uma fase. Não parece ser suficiente tampouco meramente defender a tese de que o lazer não é prioritário.

Recapitulando alguns pontos: 1) esta investigação encontrou uma cidade que tem programa de vanguarda que se sustenta na tradição e numa vocação histórica para o lazer; 2) identificou uma comunidade que se solidariza no ato voluntário de levar a sério a brincadeira e, 3) constatou-se ser uma cidade que prefere a aventura do espaço que se redescobre constantemente.

Cabe reafirmar, ainda, o entendimento de lazer assumido neste estudo. Como recomenda Gutierrez (2001) ao abordar a questão metodológica do estudo do objeto lazer, que não se deve apenas se pautar no empirismo, entretanto, assinala que o “*estudioso deverá fazer opções pessoais baseando-se numa visão de mundo*” (p. 64).

Nesta perspectiva, o lazer aqui é compreendido como fenômeno pessoal e como uma dimensão privilegiada da experiência humana, que permite sugestivas e ricas possibilidades de observação da sociedade, lembrando Magnani (1998) que preferiu estudar o trabalhador da periferia e seu pedaço pelo viés do lazer.

Considerar estes valores não significa, contudo, desconsiderar os bloqueios e limitações enfrentadas pelo processo de gestão de uma política pública de lazer. Assim, pode-se destacar a título de suporte conceitual a proposta de Gutierrez (2001) do modelo matricial, no qual as ações de lazer possam ser desenvolvidas atreladas em outros campos

de intervenção. Característica que talvez se explique não somente por uma carência de recursos, mas também, na própria riqueza da natureza interdisciplinar do lazer.

Neste contexto, aliando programa, animadores e espaços que automaticamente são fatores que atraem vários olhares multidisciplinares, a recomendação dentro de uma política setorial de lazer aponta para a constante necessidade de aprimoramento conceitual e operacional, com respectiva e imprescindível ampliação de investimentos.

Se forem considerados alguns exemplos dentro da constituição de novos espaços, encontra-se a re-significação destes lugares, mas em muitos casos a sua negação ou a sua literal desconstrução.

Sorocaba se locomove lentamente nesta seara, mostrando alguma reação apenas agora em sua história bem recente de valorização dos espaços urbanos e mesmo assim, no campo do lazer vacila. Porém, algumas experiências apontam para uma sedimentação importante de que uma cidade deve dar espaço para a função do lazer, não só de descanso, não só de desenvolvimento, mas também de divertimento. Por meio, de algumas iniciativas diferentes estimula o debate ao fomentar o foco em parques abertos com pistas de caminhada, ampliando o repertório de experiências e grupos atendidos, demonstrando resistência ao bordão de que área de lazer é somente campo de futebol. São ações tímidas, porém, reais.

Elaborando sua nova proposta de plano diretor, ainda demonstra o fracasso da concepção sobre o processo de gerenciamento da ocupação urbana. Mesmo que se tenha proposto o aumento de 10 para 12%, a reserva para área de recreio em novos loteamentos, conforme a última versão enviada para votação na Câmara de Municipal, a decisão persiste numa lógica perversa. As áreas denominadas verdes ou do sistema de lazer se destinam em verdade, em preservar as qualidades de permeabilização do solo. Isto equivale dizer, que não são recomendáveis a construção de estruturas impermeáveis. Assim, vislumbra-se, pelo menos teoricamente, o determinismo de que campos de futebol gramados e mesmo generosamente, pistas de caminhada em saibro, sejam as indicações mais adequadas para estas áreas, deixando o difícil mister de uso de áreas chamadas institucionais para as quais também se destinam escolas e hospitais, ou quiçá o direito de preempção, com a desapropriação e respectiva compra de outras áreas. Esta visão urbanística revela uma concepção funcionalista, traduzindo uma dupla perversidade à qualidade de vida: 1)

favorece à lógica do mercado (a área “não loteável” fica de “resto” para o lazer) e, 2) *concorre com equipamentos sociais “mais nobres” nas áreas institucionais.*

Gutierrez (2001) tem razão, quando analisa a fragilidade dos recursos destinados às políticas de lazer. Por outro lado, Requixa (1980) também já alertava para o fato dos investimentos nos recursos humanos serem menos perceptíveis num primeiro momento, em detrimento dos recursos materiais, lembrando que um “animador” é o responsável natural por trazer a “alma” e conseqüente animação.

Alma de quê? Do lazer? Das pessoas? O quê ou quem pode dar alma ao lazer? Programa ou espaço? Sem desviar do ensejo de responder a esta questão. Vale então, rememorar os caminhos percorridos até aqui. Embora os resultados não tenham se apresentado de forma linear, nem mesmo puderam ser excludentes nas eventuais confrontações, cabe a permissão de uma última perspectiva. Invertendo o enfoque, não seria possível propor a questão dizendo que talvez a própria vocação histórica de Sorocaba para lazer constitua a alma para a sua vivência?

Esta vocação histórica percebida é fruto do processo cultural que de alguma forma influenciou a qualidade, assim como a quantidade da experiência de lazer da população. Portanto, é possível dizer que a própria experiência de lazer garante sua animação. Dizendo de outra maneira, a animação no lazer não está necessariamente ligada a um “animador externo”, mas à própria capacidade geradora do lazer em si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informações e documentação de referências - elaboração*. Rio de Janeiro, 2000.

ARRETCHE, M. T. S. *Tendências no estudo de avaliação in* RICO, E. M. (org) *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

ABRANCHES, S. H. *atti alli. Política social e combate à pobreza*. Sergio Henrique Abranches, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

ALMEIDA, A. *História de Sorocaba para crianças*. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1992.

ARANTES, A. A. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BENEVOLO, I. *A cidade e o arquiteto*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BORDENAVE, J. D. *O que é participação*. São Paulo: Editora Brasilense, 1983.

BORGES, M. I. D. *Quintal comunitário. In Esporte não formal: propostas e programas para os municípios*. São Paulo, s.d.

BRAMANTE, A. C. *Qualidade no gerenciamento de lazer in* BRUHNS, H. T. (org) *Introdução aos estudos de lazer*. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

_____. *Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos*. In: MOREIRA, W. W. (org) *Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI*. Campina: Papirus, 1992.

_____. *Lazer: concepções e significados*. Belo Horizonte: Revista Licere do Centro de Estudos de lazer e recreação - UFMG, vol. 1, nº 1, 1998.

BRASIL. Congresso. Senado. Parecer nº 591, de 2001. *Dá Redação ao Substitutivo da Câmara ao Projeto Lei do Senado nº 181, de 1989 nº 5.788, de 1990, na Câmara dos Deputados*, que estabelece diretrizes da Política Urbana e dá outras providências. *Estatuto da Cidade*. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/população/censohistorico>> Acesso em: 11.out.2001.

CABEZA, M. C. *Ócio humanista. Dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.

CAILLOIS, R. *O homem e o sagrado*. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. *Os jogos e os homens – a máscara e a vertigem*. Lisboa: Cotovia, 1990.

CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

CEPAM –. Parecer nº 18.965. In: ALVIM, M.C. de S. Centro de Estudos e Pesquisa de Administração Municipal. São Paulo, 1999.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Notas sobre cultura popular. In: SALLES, P. (org.) *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Editora UNESP/HUCITEC, 1998.

COIMBRA, M. A. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, S. H., COIMBRA, M. A.; SANTOS, W. G. Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

DEBORD, G. *Sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.

DEMO, P. *Pobreza Política*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1988.

DEMO, P. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. São Paulo: Autores Associados, 1995.

_____. *Educação e qualidade*. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 1996.

_____. *Participação é conquista*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DEVASTO, D. Uma perspectiva histórica e metodológica do lazer em Sorocaba. In: *Comunidade Esportiva*. São Paulo, 1986.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Estúdio Nobel / SESC. 1994.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FALEIROS, V. de P. *A política social do estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 2000.

FELJÓ, M. C. *O que é política cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FERREIRA, N. T. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1980.
- _____. *Política educacional e industrial*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.
- GARCIA, E. B. Ação cultural, espaços lúdicos e brinquedos educativos. In: MIRANDA, D. S. (org.) *O parque e a arquitetura: uma proposta lúdica*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. Os novos militantes culturais. In: MARCELLINO, N. C. (org.) *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.,
- GHIRALDELLI, P, Jr. *Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação física brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- GUTIERREZ, G. L. *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- HUIZINGA, J. *O jogo como elemento de cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- IPESO. *Relatório de documentação e resultados da pesquisa sobre atividade física em Sorocaba*. In: Instituto de Pesquisa de Sorocaba. Sorocaba, 2001.
- IRMEN, F. *Taschenwörterbuch: englisch – deutsch*. Berlin: Langenscheidts, 1983/84.
- JOB, V. R. *Algumas considerações sobre o ciclo do ouro e o tropeirismo*. In *O tropeirismo e a integração geográfica e cultural do Brasil*. Sorocaba: Prefeitura Municipal de Sorocaba, 1997.
- JORNAL CRUZEIRO DO SUL. *Suplemento de aniversário*. Sorocaba: Cruzeiro do Sul, 15.ago.1991, p. 10.
- KAPLAN, M. *Leisure in América – a social inquiry*. New York: John Wiley & Sons Inc., 1960.
- KISHIMOTO, T. *Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e o educando*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Atlas, 2001.
- LE CORBUSIER. *Carta de Atenas*. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da UFMG, 1964.

LEFREBvre, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LINHALES, M. A. Política pública para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUSA, E. S.; VAGO, T. M. (org.) *Trilhas e partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Gráfica e Ed. Cultura Ltda, 1997.

LOBO, T. *Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão* in RICO, E. M.(org) *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora UNESP/HUCITEC, 1998.

MANN, P. H. *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MANZINI-COVRE, M. de L. *O que é cidadania*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e Educação*. Campinas: Papyrus, 1990.

_____. (org). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. *Estudos de lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. *Pedagogia da Animação*. Campinas: Papyrus, 1997.

MARX, K. Trabalho Alienado In: SALLES, P. (org.) *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Editora UNESP/HUCITEC, 1998.

MASLOW, A. H. *Motivation and personality*. New York: Harper & Row, 1990.

MELLO, G. N. de. *Cidadania e competitividade – desafios educacionais do terceiro milênio*. São Paulo: Cortez, 1995.

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MORUS, T. *A utopia*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, s/d.

MUNNÉ, F.; CODINA, N. Psicologia social del ocio y el tiempo libre. In GARRIDO, A. (org.) *Psicologia Social: contextos de aplicacion*. Madrid: Mc Gran Hill. (en prensa), s/d.

OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: SALLES, P. (org.) *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Editora UNESP/HUCITEC, 1998.

ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes,

2000.

ORTIZ, R. *Um território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Editora Olho D'água, 1995.

PASSOS, K. C. M. *O lúdico essencial e o lúdico instrumental - o jogo na sala aula de educação física escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física da Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro: PPGF/UGF, 1995.

PEIXOTO, N. B. *Paisagens Urbanas*. São Paulo: Editora SENAC/Editora Marca D'água, 1996.

PEREIRA, P. A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

PINA, L. W. Multiplicidade de profissionais e de suas funções. In: MARCELLINO, N. C. (org.) *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995.

PINTO, L. M. *Lazer: concepções e significados*. Belo Horizonte: Revista Licere do Centro de Estudos de Lazer e Recreação - UFMG, vol. 1, nº 1, 1998.

PRESTES, L. F. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888)*. São Paulo: ProEditores, 1999.

QUEIRÓS, E. *A cidade e as serras*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

REZENDE, H. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, S. & COSTA, N. (org.). *Cidadania e loucura: Políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes e Co-edição Abrasco, 1997.

REQUIXA, R. *As dimensões do lazer*. São Paulo: SESI, 1973.

_____. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

RIBEIRO, S. C. Educação e cidadania. Revista. In: *Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. São Paulo. p. 05-21, 1993.

ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, W. G. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, S. H., COIMBRA, M. A.; SANTOS, W. G. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SÃO PAULO. Fundação SEADE. *Perfil Municipal*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>> Acesso em: 28. ago.2002.

SILVEIRA, R.A. M. *Desenvolvimento sócio-econômico do município de Sorocaba na década de 90*. Monografia (Conclusão do Curso de Economia). Faculdade de Economia da Universidade de Sorocaba, Sorocaba: UNISO, 1999.

SOROCABA. Câmara de Vereadores. *Coletânea de leis municipais*. Disponível em: <<http://www.camara.sorocaba.sp.gov.br>> Acesso em: 15.ago.2002.

SOROCABA. *Perfil do Município 1996*. Publicação Oficial. Prefeitura Municipal de Sorocaba, 1996.

SOROCABA. *Plano Setorial de Educação*. Publicação Oficial. Prefeitura Municipal de Sorocaba, 1977-1981.

SOROCABA. *Programa Lazer*. Publicação Oficial. Prefeitura Municipal de Sorocaba, 1977-1981.

SOROCABA. *Retrospectiva SEMES-1996/Calendário-1997*. Publicação Oficial. Prefeitura Municipal de Sorocaba, 1996.

STEBBINS, R. Educating for serious leisure: leisure education in a theory and practice. In *World Leisure and Recreation*. Revista da World Leisure and Recreation Association – WLRA, 1999.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2002.

TUBINO, M. J. G. *Dimensões sociais do esporte*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Esporte no Brasil: do período colonial aos nossos dias*. São Paulo: IBRASA, 1996.

VERÍSSIMO, F.S et al. *Vida urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

VEBLEN, T. *Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

VIEIRA, R. O papel do tropeiro na integração cultural do Brasil. In: SOROCABA *O tropeirismo e a integração geográfica e cultural do Brasil*. Sorocaba: Prefeitura Municipal de Sorocaba, 1997.

VOTRE, S. J.; BOCARDO, L. *Pesquisa em educação física*. Vitória: UFES, 1993.

WAICHMAN, P. *Tempo livre e recreação*. Campinas: Papirus Editora, 1997.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ANEXO 1⁵³

IV - O PROGRAMA LAZER

1- Macro – Objetivo

“Educar a população, em todas as camadas sociais consideradas a utilizar de forma adequada o tempo livre de que dispõe, propiciando a cada indivíduo, condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”¹²

2- Sub – Programas

De acordo com o documento “Nota Técnica Introdutória: Planejamento Educacional em Município”, do P.S.E.S., a seleção de sub-programas é formulada segundo critérios: *técnico* (diferentes níveis, ramos, modalidades ou aspectos especiais do sistema); *administrativo* (unidades responsáveis de execução); *geográfico* (distribuição da atividade).

Na seleção dos sub-programas do Programa de Lazer foram ainda considerados os seguintes aspectos da realidade que enfrentamos:

- a) No P.S.E.S., os Programas *Educação, Cultura e Esporte*, são amparados por Lei o que lhes faculta recursos de todas as ordens, não acontecendo o mesmo para o Programa Lazer.
- b) Em vista do exposto no item anterior, não houve condição normal de se estabelecer um Plano de Ação para viabilizar o Programa Lazer em 1977, uma vez que no Orçamento Programa deste ano, elaborado pela administração anterior não previu o desenvolvimento de um programa de lazer.
- c) A pesar das dificuldades apresentadas, através do Programa Lazer, a Secretaria da Educação e Saúde realizou duas grandes promoções – MANHÃ DE INTEGRAÇÃO DO TRABALHADOR e FEIRA DA BARGANHA - além de co- participar em inúmeros eventos na área, destacando-se a atuação da UNIMOS/ SESC de Campinas que desenvolveu excelente trabalho junto à comunidade de julho a outubro de 1977 inclusive com o desenvolvimento da FEIRA DE LAZER. Os frutos dessas promoções, sem dúvida alguma, refletiram em vários segmentos da comunidade a importância do lazer, predispondo-se para a ação, e, em termos de Município como um todo, foi despertado o valor que as atividades de lazer podem oferecer na utilização do tempo livre.
- d) Durante estes primeiros meses da atual Administração, acentuadas as linhas adotadas pelos Programas Educação, Esporte e Cultura, já amparados administrativamente para a ação, coube ao Programa Lazer a oportunidade de excluir áreas que lhe poderiam competir e no entanto, já vinham sendo atendidas em

⁵³ Extraído e digitado do documento PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO E SAÚDE 1977- 81, o Capítulo IV referente ao “Programa Lazer”. Este documento foi elaborado à época pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante, então Chefe da Divisão de Educação Recreação Infantil, da Secretaria de Educação e Saúde da Prefeitura Municipal de Sorocaba. (As notas de roda pé estão com sua numeração original).

¹² P.S.E.S. – Cap. IV Objetivos, item 4 – Programa Lazer. Sorocaba, SP, 1977.

sub-programas diversos.

Em vista das justificativas expostas, o Programa Lazer é proposto em quatro sub-programas básicos, a saber:

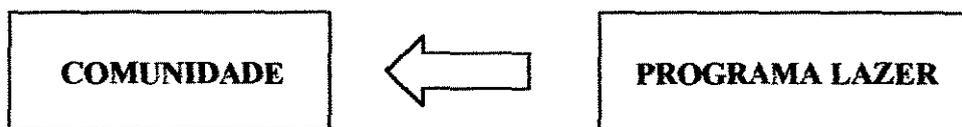
- *Recreação Comunitária*
- *Recreação em Micro-Ambientes*
- *Recreação em Parques Municipais*
- *Eventos Especiais*

RECREAÇÃO COMUNITÁRIA

Visa desenvolver junto a segmentos da comunidade, programas de conteúdo desportivo, cultural e atividades recreativas. Dentro da mesma linha de pensamento em relação a critérios para determinar os Sub-Programas (técnico, administrativo e geográfico), em nível de Projetos, consideramos duas unidades básicas. Ao estabelecermos dois Projetos para esse Sub-Programa Lazer e vice-versa.

Projeto Área de Lazer

A partir de anseios de determinados grupos já constituídos, principalmente em função de localização geográfica, cabe ao Programa Lazer oferece assessoria para o desenvolvimento de atividades de lazer em áreas públicas específicas, prevendo-se a curto prazo a autonomia técnica desses grupos para consecução de seus objetivos.



Projeto Unidade Móvel de Recreação – UNIMOR

A abordagem deliberada do Programa Lazer em um determinado segmento da comunidade implica na consideração de diversos fatores.

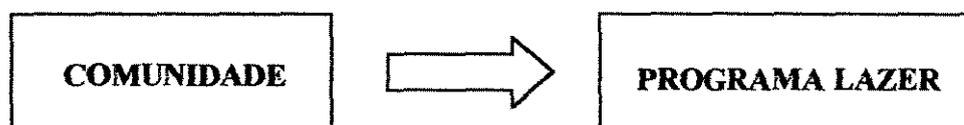
Sob o aspecto geográfico, é necessário avaliar-se o desenvolvimento do primeiro projeto (Área de Lazer), para que, utilizando de indicadores que possuímos¹³ possamos mapear as áreas que serão consideradas. Esses dados sobre concentração demográfica, grupos etários, indicadores sócio- econômicos, permite- nos inferir o valor que é atribuído ao tempo livre a partir das atividades da população e outros que permitirão e outros ao Programa Lazer lançar as bases da ação metodológica de abordagem, em determinada região da comunidade.

Como estratégia, optamos pela Unidade Móvel. A experiência tem mostrado ser válida a premissa que em determinados níveis não há o envolvimento comunitário necessário, por não se conhecer a atividade e, se “Maomé não vai à montanha...” é nossa obrigação levar as atividades de lazer até “à porta” para que se estabeleça o primeiro passo

¹³ Pesquisa Sócio- Econômica – município de Sorocaba – FIESP/CIESP Delegacia de Sorocaba, 1976.

que é a identificação com o desconhecido.

No que diz respeito à operacionalização do projeto, seu custo/ benefício é altamente convidativo, se considerarmos alguns equipamentos de lazer, transportados dentro de uma "kombi" por dois técnicos especializados.



Acreditamos que à medida em que se desenvolva o aspecto educativo da prática das atividades de lazer na primeira ação, poderemos considerar esse segmento da comunidade pronto a integrar o Projeto Área de Lazer apenas a assessoria técnica de animação.

RECREAÇÃO EM MICRO-AMBIENTES

O objetivo deste Sub-Programa é o de introduzir atividades de lazer em instituições de âmbito social de características próprias, obedecendo a uma ação metodológica de abordagem específicas e de acordo com as necessidades de cada grupo.

Em nível de Projeto, duas áreas foram selecionadas e que poderão desdobrar-se em diferentes atividades de acordo com a clientela a ser trabalhada.

Projeto Recreação para Grupos Profissionais

Através da integração dos Programas Cultura e Esportes, o Programa Lazer, desenvolverá atividades recreativas para grupos profissionais específicos ligados a Indústria, Comércio, à rede bancária e outros, que agregam população significativa no Município cuja necessidade de envolvimento em uma programação estruturada é evidente, dada à inexistência de qualquer movimento nesse sentido.

Projeto de Recreação Terapêutica

As atividades de lazer, reconhecidamente agem dentro de um processo auxiliar de recuperação do indivíduo pelas funções profilática e reparadora que lhes são peculiares. Baseado nesses fatos, o Programa Lazer pretende selecionar um ou mais grupos específicos para através de atividades recreativas, atender às necessidades dessa clientela. Nessa área, o Programa Lazer desenvolverá programações em contato direto com Programa de Promoção Social da Divisão e Saúde Pública e Assistência Social da Secretaria, em todas as fases do planejamento, considerando-se o tipo de abordagem e ação que o mesmo já vem desenvolvendo junto a esses grupos (hospital, terceira idade, excepcional, penitenciária, etc.).

RECREAÇÃO EM PARQUES MUNICIPAIS

Sorocaba conta atualmente com três áreas consideradas Parques Municipais: *parque Natural de Esportes, Parque da Biquinha e o Parque Municipal "Quinzinho de Barros"*, este último, o único organizado, está dentro de objetivos específicos determinados (Zoológicos).

Para os dois primeiros, inexistente qualquer infra-estrutura programática. Antes de serem áreas de lazer, representam perigo à população, haja vista os casos de afogamento e promiscuidade neles observado.

Antes de qualquer planejamento há extrema necessidade de um perfeito entrosamento de Programa de Lazer com a Secretaria dos Serviços Comunitários da Prefeitura através da Divisão competente, para que, se estabeleçam prioridades em nível de infra-estrutura física mínima (banheiro, bebedouro, acesso à área), muito mais a cargo da última, para que as atividades possam ser programadas pelo primeiro.

Projeto Parque Municipal “Quinzinho de Barros”- P.M.Q.B.

Contando com 100.000 m² de área, aproximadamente 700 animais pertencentes a 40 espécies, lanchonete, orquidário, reserva de mata virgem, lago, “playground” e o Museu Histórico Sorocabano, o Parque Municipal “Quinzinho de Barros” nos seus nove anos de existência, tornou-se um dos mais respeitados zoológicos do interior do Brasil.

Por tradição, quando se fala em lazer em Sorocaba, a população de modo geral associa essa idéia ao P.M.Q.B., haja vista a frequência que em 1976 foi de 230 mil pessoas.

Por já possuir toda uma estrutura administrativa e programática, a atuação do programa lazer nesse recinto será em termos de otimizar a utilização de seus recursos, com objetivos voltados para a educação da população sobre a importância da preservação do meio-ambiente.

Indubitavelmente, educadores, em geral, têm demonstrado que o fenômeno aprendizagem extrapola os ensinamentos do mestre dentro da sala de aula. Os inúmeros estímulos advindos principalmente dos meios de comunicação de massa têm fomentado junto aos educandos novas possibilidades de aprendizagem. Outro fator que vem recebendo crescente apoio não só de pedagogos, mas arquitetos e antropólogos é a importância da interação “espaço-físico e espaço-humano” quando considerados como agentes naturais do processo educativo.

Nessa área, a proposta do Programa Lazer será a de desenvolver atividades educativas utilizando uma metodologia que explore a informalidade e a espontaneidade do processo educativo. Como é bem frisado no documento “Centro do Estudo do Meio” editado pelo Serviço Social do Comércio, essa metodologia, “*sensibiliza não só o educando como também e educador a explorar mais o meio ambiente e a superar a falsa dicotomia hora-de-estudo e hora-de-lazer*” (SESC, São Paulo, 1976 p. 2-3).

Quanto ao tipo de atividade em si, será elaborado um planejamento conjunto PMQB/ Programa lazer/ Escola de 1º e 2º Graus das redes Municipal, Estadual e Particular, para que sejam levantados os aspectos educativos do local, possíveis abordagens, para em seguida ser elaborado um roteiro de pesquisa antes, durante e após a visita dos alunos.

Projeto Parque Natural de Esportes – P.N. E.

Ocupando uma área de 125.000 m², o P.N.E. dispõe de recursos naturais de infindável exploração em termos de lazer. Como já foi mencionado, infelizmente, no afã de inaugurações precipitadas, esse recinto foi aberto ao público sem mínima infra-estrutura em termos da higiene, os “banheiros” (dois cubículos) estão semidestruídos; segurança (duas pessoas já morreram afogadas) e o pior, favorecendo sua utilização até por marginais, o que, em última análise, muito dificulta o estabelecimento de uma programação sadia e

orientada.

Conta atualmente o P.N.E., com dois lagos e pequena reserva de mata virgem, poço artesiano – na sua entrada frente à casa do zelador – “sanitários” e um elaborado circuito de exercícios em aparelhos (paralelas, barras, argolas, bancos e outros) baseados nos famosos programas de condicionamento físico em áreas livres em Países da Europa: *Trimdich (Alemanha)*, *Vitaparcue (Suíça)*.

Além das deficiências internas, sua utilização é dificultada pelo acesso: é inacessível em tempo chuvoso.

Segundo informações da Secretaria dos serviços Comunitários, à qual está vinculado, há planos de instalação de seis a oito sanitários acoplados a uma lanchonete, além da canalização da água do poço artesiano por pontos estratégicos do Parque. Através da verba para “Cidades-Médias” a avenida Três de Março vem recebendo as primeiras benfeitorias para tornar-se uma via de acesso das melhores.

Portanto, nada mais lógico que o Programa Lazer considere essa área como rica em termos de programações futuras para a família sorocabana. Desde a avaliação da aptidão física, através do treinamento em circuito e natação nos lagos (com a devida observação de salva-vidas) até atividades mais calmas como um piquenique familiar poderão ser incentivados.

Projeto Parque da Biquinha – P.Bq.

Situado em local privilegiado, a menos de dois quilômetros da Praça Cel. Fernando Prestes (referência central da cidade), o Parque da Biquinha conta com uma área aproximadamente de 100.000 m².

Tal como Parque Natural de Esportes, o P.Bq., não tão mal, por não causar perigo à população que o frequenta, foi também entregue ao público como opção de lazer que infelizmente não conta sequer com esgoto.

De belíssima topografia, consideramos o P.Bq. uma rara oportunidade de transformá-lo em Centro de atividades artísticas ao ar-livre.

Por contarmos teoricamente com recursos que se caracterizam pelas possibilidades de desenvolvimento de atividades físicas (PNE) e de caráter educativo (PMQB), podemos considerar o Parque da Biquinha como reduto para expressões culturais e artísticas ao ar-livre de Sorocaba.

Por estar situado em um vale, pode-se criar um teatro ao ar-livre, considerando as encostas como local para a platéia. Quiosques de estrutura de alvenaria, poderiam receber exposições relâmpagos além de cursos que a própria comunidade viesse a reivindicar. Na parte mais alta e plana pode-se construir um barracão onde poder-se-ia instalar “ateliês” de pintura, artesanato, explorando sempre os recursos naturais ali existentes.

Sem dúvida alguma, quando uma cidade está partindo para vanguarda em termos culturais (haja vista a vasta programação do Serviço de Difusão Cultural e o feliz empreendimento da construção do Teatro Municipal), nada mais oportuno do que programarmos um recurso físico que possa servir de sustentáculo às expressões artísticas da comunidade, com conotações de lazer ao ar-livre.

Eventos Especiais

São programações de cunho recreativo e com fim em si mesmas, desenvolvidas a

partir de uma situação específica, e com envolvimento comunitário generalizado.

Com o objetivo de darmos uma visão ao subprograma como um todo, selecionamos 12 (doze) atividades básicas que poderão constar do calendário de 1978.

Cada atividade será desenvolvida em um mês, segundo promoções que se mostram eficazes em 1977 (Manhã do Trabalhador e Feira da Barganha) e anos anteriores (Passeio Ciclístico de Sorocaba), e outras que a nosso ver poderão despertar grande interesse na comunidade.

Colocamos abaixo, o cronograma das atividades propostas, com uma rápida descrição, já que cada uma será elaborada em forma de "projeto", conforme três exemplos em anexo.

Dia 26 de fevereiro de 1978

Festiva de Jogos Gigantes

Jogos populares como dama, xadrez, trilha, jogo da velha, batalha naval, palavras cruzadas, e muitos outros, todos em tamanho grande. Serão levados à praça.

Dia 26 de março de 1978

Momento de Bricolage: Lazer Utilitário

A Prefeitura de Sorocaba, através de seus diversos setores demonstrará e ensinará, em praça pública, à população, como executar reparos no lar tais como os ligados à rede hidráulica, elétrica, etc. (Projeto anexo).

Dia 23 de abril de 1978

Exposição do Verde

Através de contatos com floricultores e empresas do ramo e sob a orientação da Secretaria dos Serviços Comunitários da Prefeitura, faremos, em praça pública, uma demonstração participante que visará ensinar a população sorocabana a cultivar o verde.

Dia 1º de maio de 1978

II manhã de Integração do Trabalhador

A primeira grande atuação do Programa Lazer em 1977, foi a organização da MINTRA- Manhã de Integração do Trabalhador. Para homenagear o trabalhador em seu dia. Optou-se por uma atuação que o envolvesse para a prática de atividades de lazer.

Contando com a colaboração voluntária de todas as professoras da rede pré-escolar do município na monitoria das atividades artísticas, com os professores de educação física do Serviço Municipal de Esportes, desenvolvendo atividades lúdico-desportivas e técnicos da Secretaria da Educação e Saúde, a Prefeitura, prestou sua devida homenagem ao trabalhador sorocabano em plena praça pública (Praça Coronel Fernando Prestes). Na verdade, houve uma comunhão de esforços de todos os setores da Prefeitura, para que fosse oferecido à população presente, momentos de recreação, com a participação ativa da família sorocabana. (Foto em anexo).

Baseados na receptividade do público em geral e do trabalhador em particular, é que propomos a repetição dessa atividade para próximo ano, dando ênfase especial ao trabalhados, no sentido de envolvê-lo diretamente em todos os passos da execução da atividade, através de um trabalho preliminar junto às empresas de nossa comunidade.

Dia 17 de junho de 1978

II Feira da Barganha

O objetivo dessa atividade é o de proporcionar à população, a oportunidade de vivenciar momentos de lazer, através da livre troca de objetos, reunidos em praça pública. É outra programação que será repetida dado ao sucesso em que se revestiu a primeira. Desta vez, a população, já sensibilizada, será melhor orientada no que diz respeito a setorização dos objetos que possui para exposição e posterior troca.

Tentaremos mais uma vez contar com inestimável apoio de radialistas da cidade a quem muito devemos o sucesso alcançado na primeira realização. (Projeto anexo).

De 02 a 30 de julho de 1978

Férias Quentes

É do conhecimento geral que as férias trazem expectativas e aspirações em termos de realização de uma série de projetos, que infelizmente, uma vasta maioria não coloca em prática. Aspectos de ordem econômica e, porque não dizer falta de conhecimento das opções que poderão encontrar no seu dia- a -dia para tornar as férias em momentos agradáveis, são os principais motivos. Tanto o Poder Público Municipal como Estadual e entidades diversas, contam com recursos físicos que na maioria das vezes permanecem “fechados” à utilização, justamente quando a maior clientela potencial, encontra o tempo necessário para usufruí-lo, bastando para tal um planejamento racional das atividades.

Nossa proposta está, portanto, baseada no fato real de as férias se tornarem período ociosos e muitas vezes enfadonhos, para transformá-los em um tempo de “aprendizagem” daquilo que a população desconhece: as opções de lazer. Será, portanto, uma programação voltada normalmente ao escolar de Sorocaba. Através de integração dos quatro Programas do P.S.E.S., visaremos uma maior e melhor utilização do tempo livre de férias e dos recursos físicos das comunidades.

Dia 15 de agosto de 1978

Passeio Ciclístico de Sorocaba

Por tratar-se de uma atividade de reconhecida popularidade e aceitação, o copatrocínio de casas comerciais e fabricantes de bicicletas tem dado de aniversário de Sorocaba. Alguns detalhes de programação poderão ser aperfeiçoados a partir de uma colaboração mais efetiva do Programa Lazer.

Dia 03 de setembro de 1978

Passeio a Pé

Singela homenagem à Semana da Pátria que a população de Sorocaba poderá prestar em consonância com a programação de âmbito nacional que a campanha “Esporte para Todos” do M.E.C. recomenda. Ao final do passeio, o povo participante, concentrado, poderá desfrutar de uma atividade cultural relaxante, seguido de piquenique.

Dia 08 a 15 de outubro de 1978

Super Domingo de Recreio

Em homenagem à semana da criança, as Escolas Municipais de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Sorocaba, abrirão suas portas às famílias, transformando-se em verdadeiros Centros Comunitários, oferecendo aos participantes atividades variadas de lazer segundo a disponibilidade de escola.

Dia 04 de novembro de 1978

Meu tempo de Criança

Projeto que consideramos de magna importância quando vemos as tradicionais atividades infantis se diluindo com o tempo em concorrência desleal com os diversos aparatos de lazer de nossos dias. Pretendemos trazer a família em praça pública para estimular valores quase adormecidos, oferecendo material para a confecção e realização dos folguedos infantis (rodar peão, empinar papagaio, bolinha-de-gude, etc.). A época também é propícia, já que antecede o período de férias de verão.

De 03 a 23 de dezembro de 1978 e

De 06 a 27 de janeiro de 1979

Férias Felizes

Tal como no projeto Férias Quentes, promovido em julho, pretende-se nesta oportunidade, alcançar o mesmo objetivo que é o de oferecer um grande número de opções de lazer para quem está em férias (desta feita não apenas o escolar), através de um esforço comum dos diversos programas do Plano Setorial de Educação, dinamizando os recursos disponíveis da Prefeitura e comunidade em geral.

V – Considerações Finais

Antes de esgotarmos o assunto, cuja amplitude é difícil de ser dimensionada nosso objetivo neste documento foi o de analisar alguns parâmetros da comunidade sorocabana com vistas a uma proposta de ação na área do lazer.

Necessário se faz escalonar as prioridades em função dos recursos de ordem técnica e administrativa que o Programa Lazer receberá.

Para facilitar a definição das metas do Programa Lazer dentro da abrangência da atual proposta, possamos a considerar dois momentos do referido programa e suas necessidades:

Momento 1 – 1977/ 1978

Recursos Humanos

Dedicação de parte do tempo do Chefe da Divisão de Educação e Recreação Infantil exclusivamente ao Programa Lazer. Parece-nos mais viável a colocação de um técnico para auxiliar os programas da referida Divisão, principalmente nos afazeres administrativos das pré-escolas;

A contratação de pessoal técnico para o Programa Lazer está diretamente ligada à abordagem dos sub-programas. Para 1978, parece-nos viável a contratação de, pelo menos, três técnicos, visando um trabalho conjunto nos quatro sub-programa.

Recursos Materiais

É necessário que em 1978 haja previsão nos demais programas do P.S.E.S. de ações

de *interface* com o Programa Lazer. É oportuno iniciar um pequeno patrimônio no que diz respeito à aquisição de equipamentos básicos específicos para desenvolvimento do Programa Lazer.

Momento 2 – 1979/ 1980/ 1981

A criação de um SEVIÇO MUNICIPAL DE LAZER, visando obter-se autonomia orçamentária e de programação é o que planejamos para 1979. Quanto aos recursos mencionados na fase anterior, eles seriam aumentados na medida em que seu desenvolvimento exigisse. Outro fator importante nesta fase, será a ação deliberada do programa Lazer envolvendo segmentos da comunidade com baixa atuação nas atividades de lazer segundo setorização da cidade, com base em dados da realidade sócio-econômica.

Finalizando, sentimos-nos na obrigação de enfatizar ser *este o momento certo* para se desencadear algo em que todos nós acreditamos: *a melhoria da qualidade de vida da comunidade.*

Decididamente, uma Sorocaba melhor, não poderá prescindir da seguinte realidade: é no tempo livre que as qualidades humanas se desenvolvem cabendo também ao Poder Público orientar e educação para que esse seja o melhor utilizado.